

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

MAYARA MUNIZ DE OLIVEIRA

**MAMÃE, EU QUERO! PRIVAÇÕES DE CONSUMO INFANTIL NA POBREZA
RELATIVA**

**João Pessoa/PB
2016**



MAYARA MUNIZ DE OLIVEIRA

**MAMÃE, EU QUERO! PRIVAÇÕES DE CONSUMO INFANTIL NA POBREZA
RELATIVA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Administração no
Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia de Faria Pereira.

**João Pessoa/PB
2016**

O48m Oliveira, Mayara Muniz de.
 Mamãe, eu quero!: privações de consumo infantil na
 pobreza relativa / Mayara Muniz de Oliveira.- João Pessoa,
 2016.
 147f.
 Orientadora: Rita de Cássia de Faria Pereira
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA
 1. Administração. 2. Administração e sociedade.
 3. Pobreza. 4. Privação de consumo. 5. Consumo infantil.

UFPB/BC

CDU: 658(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAYARA MUNIZ DE OLIVEIRA

MAMÃE, EU QUERO! PRIVAÇÕES DE CONSUMO INFANTIL NA POBREZA RELATIVA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Marketing e Sociedade

Dissertação aprovada em: 25/02/16

Banca examinadora:

P/ Rita de Cássia de Faria Pereira

Profa. Dra. Rita de Cássia de Faria Pereira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Carlos Eduardo Cavalcante
Mat. 015354301

Nelsio Rodrigues de Abreu

Prof. Dr. Nelsio Rodrigues de Abreu (Examinador interno)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dra. Luciana Peixoto Santa Rita
Prof. Dra. Luciana Peixoto Santa Rita (Examinador externo)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho a todas as crianças que sofrem em decorrência da pobreza, em especial, as que tive a oportunidade de conhecer e entrevistar.

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar o meu agradecimento a várias pessoas que, de alguma forma, tornaram possível a realização desse mestrado.

- A Deus por sempre ser fiel a mim, por me amar, nunca falhar, por sempre me dar força e sabedoria para resistir aos momentos de dificuldades e sempre me manter firme na Fé. Foram inúmeras as vezes que em minha vida pude sentir a Tua mão a me guiar e me proteger, principalmente nesses dois anos.

- À minha família que soube entender a minha ausência nos muitos momentos desde que ingressei no mestrado. Aos meus pais, Maria e Sinésio por sempre acreditarem em mim, até mesmo, mais do que eu. Minha irmã Simary pelo apoio em todos os momentos e por tudo que representa em minha vida. Ao meu sobrinho João Lucas, que com sua pureza de criança me ensinou uma nova forma de amar e pela felicidade que trouxe para nossa família. A vocês todas as minhas conquistas!

- Aos meus tios Socorro e José Hilton pelo apoio e carinho desde sempre, em especial nos últimos dois anos.

- À minha orientadora, Rita Pereira, pela condução nesse trabalho e ao longo do mestrado, pela amizade, por sempre me acalmar nos momentos de aflição, por sua alegria e por tornar tudo mais simples.

- Aos professores do PPGA/UFPB pela formação de qualidade que me proporcionaram. Aos funcionários Helena, Joca e Diego pela presteza. E ao CNPq, pelo apoio financeiro, que possibilitou minha inteira dedicação.

- Aos professores da banca examinadora, Prof. Luciana Santa Rita. E em especial ao Prof. Nelsio Rodrigues, muito obrigada pelas considerações nessa pesquisa e pelo aprendizado em suas disciplinas.

- As pessoas que me ajudaram na coleta de dados, Janine, Prof. João Agnaldo e minha irmã Simary que me acompanhou em todas as entrevistas realizadas em Sousa e compartilhou comigo as aflições relatadas pelos entrevistados, sempre me dando força, sem me deixar entristecer frente a infeliz realidade das crianças.

- Aos meus colegas da Turma 39, pelos momentos de descontração e dificuldades compartilhadas. Sucesso e felicidade em nossas escolhas!

- À Tatiana pela amizade e companheirismo nos “altos e baixos” desse mestrado, pelas palavras doces nos momentos de tribulação, sem dúvida, poder contar com sua amizade tornou essa jornada mais leve.

- À Mariana, primeira amiga que fiz quando cheguei ao PPGA, obrigada pela atenção e ajuda sempre que precisei, principalmente quando as disciplinas pesaram. Foi muito bom poder contar com você em todos os momentos.

- À Remédios, obrigada por sempre demonstrar carinho por mim e pelo incentivo e orientação à docência.

- À Uiara pela amizade de infância, uma irmã que escolhi ter, e que mesmo distante, sempre presente.

- “*Azamis*” Janine e Lívia que fizeram de nossos encontros para estudos momentos descontraídos e de alegria entre as dificuldades que enfrentamos juntas, obrigada pelo companheirismo e amizade nessa jornada.

- Aos demais amigos que fiz no mestrado (prefiro não citar nomes específicos) agradeço as palavras amigas, as críticas construtivas e momentos de diversão, pessoas queridas que me acompanharam e viram meu esforço.

- À todas as crianças e seus responsáveis que entrevistei e compartilham comigo suas dificuldades e angustias, sem vocês esse trabalho não seria possível, obrigada por me fazer ver o quanto a vida é singela e que precisamos de muito pouco para viver.

E como disse Vinicius de Moraes “a vida é a arte dos encontros” e eu sou feliz e completa por ter encontrado vocês. Meus sinceros agradecimentos!

Os direitos humanos são violados não só pelo terrorismo, a repressão,
os assassinatos, mas também pela existência de pobreza e estruturas
econômicas injustas, que originam as grandes desigualdades
(Papa Francisco).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa, a fim de identificar as necessidades do consumo de crianças, assim como as privações de consumo e as consequências das privações vivenciadas por crianças em situação de pobreza. Foram abordados os temas referentes ao consumo infantil, pobreza e privações de consumo, com o propósito de contextualizar as relações entre privações de consumo e implicações da pobreza, resultando no modelo conceitual de pesquisa. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, com relação aos termos metodológicos, foram realizadas a técnica projetista e entrevistas em profundidade, gravadas pessoalmente e de forma individual. Deste modo, foram realizadas 46 entrevistas, sendo 23 crianças e um responsável para cada criança entrevistada. Em seguida, as transcrições das entrevistas com as crianças e os responsáveis resultaram nas seguintes dimensões: necessidades de consumo na infância, privações de consumo na infância, implicações das privações de consumo e estratégias de enfrentamento da pobreza, está última, resultado empírico da pesquisa. As dimensões necessidades de consumo na infância e privações do consumo se mostram associadas, dando uma sequência a dimensão implicações das privações de consumo e após sentir a implicação, a estratégia de enfrentamento da pobreza. Os resultados evidenciam que, a necessidade do consumo de crianças pobres, ocorre por afiliação, brincar, auto realização e exposição. Os achados dessa pesquisa apontam que os itens de consumo que as crianças sentem de forma mais significativa é a sua privação que está relacionada às seguintes categorias: vestuário e entretenimento. As crianças percebem e sentem mais a falta desses itens, por serem eles os facilitadores da socialização entre os grupos. As implicações emocionais foram encontradas com maior frequência, uma vez que todas as crianças entrevistadas caracterizaram a privação do consumo como o sentimento de tristeza, vergonha e raiva. A exclusão em grupos se mostrou como uma implicação social. Foi identificado como uma forma de estratégia de enfrentamento o direcionamento emocional, as crianças contavam situações que gostariam de vivenciar, as mesmas reorientam suas mentes em situações de consumo mais agradáveis e ainda, idealizam momentos de futuras compras para que, consigam enfrentar sua situação de pobreza e dessa forma, omitem a realidade que enfrentam em decorrência da pobreza que vivem.

Palavras-Chave: Pobreza; Privação de Consumo; Consumo Infantil.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the deprivations of children's consumption in the context of relative poverty in order to identify the needs of consumption of children as well as consumption deprivation and the consequences of deprivation experienced by children living in poverty. It was addressed issues related to children's consumption, poverty and deprivation of consumption, in order to contextualize the relationship between consumption deprivation and implications of poverty, resulting in the conceptual model of research. The qualitative research method was used, with relation to the methodological terms, were realized projective techniques and in-depth interviews, recorded in person and individually. This way, 46 interviews were conducted with 23 children and a person responsible for each of the interviewed children. Following that, the transcripts of the interviews with the children and the people responsible for them resulted in the following dimensions: consumption needs in childhood, consumption deprivation in childhood, implications of consumption deprivation and poverty coping strategies, the latter being the empirical results of the research. The dimensions consumption needs in childhood and consumption deprivation are shown to be associated, giving sequence the dimension implications of consumption deprivation and after feeling the implication, the poverty coping strategy. The results indicate that the need for consumption of poor children happens by affiliation, playing, self-realization and exposure. The findings of this research show that the items of consumption that children feel more significantly is their deprivation that is related to the following categories: clothing and entertainment. Children perceive and feel more the lack of these items, as they are facilitators of socialization between groups. The emotional implications were more frequently found, since every children interviewed characterized the consumption deprivation the feelings of sadness, shame and anger. The exclusion from groups proved to be a social implication. As a form of coping strategy emotional guidance was identified, the children spoke of situations they would like to experience, they reorient their minds in more pleasant consumption situations and even idealize moments of future purchases so that they are able to face poverty and thus omit the reality they face due to the poverty they live in.

Keywords: Poverty; Consumption Deprivation; Children's consumption.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo comportamento do consumidor pobre.....	31
Figura 2 - Segmentação da pobreza por renda	36
Figura 3 - Modelo da pesquisa.....	52
Figura 4 - Etapas de desenvolvimento da pesquisa.....	54
Figura 5 - Etapas da análise.....	66
Figura 6 - Desenho da Criança 19.....	84
Figura 7 - Desenho da Criança 9.....	86
Figura 8 - Desenho da Criança 15.....	87
Figura 9 - Desenho da Criança 6.....	89
Figura 10 - Desenho da Criança 23.....	90
Figura 11 - Desenho da Criança 14.....	91
Figura 12 - Desenho da Criança 8.....	93
Figura 13 - Desenho da Criança 10.....	95
Figura 14 - Modelo empírico da pesquisa.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Necessidades psicológicas das crianças.....	25
Quadro 2 - Desenvolvimento da criança como consumidora.....	27
Quadro 3 - Consequências da pobreza.....	42
Quadro 4 - Renda <i>per capita</i> domiciliar.....	57
Quadro 5 - Perfil das crianças entrevistadas.....	58
Quadro 6 - Perfil das responsáveis entrevistadas.....	59
Quadro 7 - Referencial dos roteiros de entrevista em profundidade.....	63
Quadro 8 - Data, local e duração das entrevistas.....	64
Quadro 9 - Dimensões e categorias de estudo.....	67
Quadro 10 - Objetivos, dimensões e categorias de análise.....	68
Quadro 11 - Itens de Privação de Consumo.....	95

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	19
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2. REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1. CONSUMO INFANTIL.....	24
2.1.1 Consumidor empobrecido	29
2.1.2 Cultura de consumo dos pobres.....	31
2.2. POBREZA	33
2.2.1 Pobreza no Brasil.....	37
2.2.2 Família e pobreza.....	40
2.2.3 Privação de consumo	45
2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS NA POBREZA	48
2.4 MODELO CONCEITUAL DA PESQUISA.....	51
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 DEFINIÇÃO DA PESQUISA.....	56
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA	56
3.2.1 Crianças	57
3.2.2 Responsável pela criança entrevistada	59
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	60
3.3.1 Crianças	60
3.3.1.1 <i>Instrumentos e Técnicas</i>	60
3.3.1.2 <i>A coleta junto às crianças</i>	61
3.3.2 Responsável pela criança entrevistada	62

3.3.2.1 Técnica	63
3.3.2.2 Procedimento	63
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	65
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	68
4.1 NECESSIDADES DE CONSUMO NA INFANCIA	68
4.1.1 Afiliação	68
4.1.2 Brincar	70
4.1.3 Auto realização	74
4.1.4 Exposição	76
4.3 PRIVAÇÕES DE CONSUMO NA INFÂNCIA	78
4.3.1 Saúde	78
4.3.2 Educação.....	81
4.3.3 Habitação	83
4.3.4 Alimento	86
4.3.5 Vestuário.....	89
4.3.6 Entretenimento	91
4.4 IMPLICAÇÕES DAS PRIVAÇÕES DE CONSUMO	96
4.4.1 Emocional.....	96
4.4.2 Social	98
4.5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA	100
4.5.1 Emocional.....	100
4.5.2 Comportamental	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
5. 1. LIMITAÇÕES DE PESQUISA E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	108
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A - Questões filtro	120

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista em profundidade com a criança.....	121
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista em profundidade com o responsável pela criança....	123
APÊNDICE D - Termo de consentimento	124
APÊNDICE E - Família e Pobreza	125
APÊNDICE F - Desenhos: explicação das crianças e percepção dos responsáveis	131

1. INTRODUÇÃO

A definição de pobreza não sofreu grandes alterações no decorrer da história. De forma ampla, a palavra *pobre* (do latim *paupere*) conservou consigo o sentido de deficiência ou fraqueza em relação ao outro. A pobreza é um conceito amplamente utilizado e significativo em todos os países do mundo. Embora seja um conceito universal, sua definição é muitas vezes contestada. E pode ser considerado como um conjunto de diferentes significados sobrepostos dependendo da área de assunto ou discurso (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006).

A interpretação mais universal de pobreza seria a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada (ROCHA, 1992, 2005). Trata-se de não ter o que é necessário à sobrevivência, indica, portanto um estado de carência e privação vivenciado por pessoas e famílias que compromete os recursos necessários para uma vida digna em sociedade. Apesar da universalidade na definição acima mencionada, reitera-se aqui que diferentes maneiras de interpretar a pobreza foram desenvolvidas ao longo do tempo como: a monetária (medida pelo nível de renda), a subjetiva (está relacionada à opinião dos indivíduos sobre bens e serviços necessários à satisfação pessoal) e as privações de consumo (à privação de bens e serviços julgados importantes numa sociedade), esta última, foco desse estudo.

Segundo a UNICEF (2015) 20% da população mundial vive em situação de pobreza, ou seja, essas pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, que segundo o Banco Mundial é definida como um nível de renda e consumo mínimo necessário para suprir as necessidades básicas. As crianças que pertencem a parcela pobre da população têm maior probabilidade de apresentarem retardo de crescimento devido a uma alimentação inadequada e de morrer antes de completar 5 anos de idade (UNICEF, 2015).

No Brasil 29% da população vive em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. As crianças são especialmente vulneráveis às violações dos direitos, à pobreza e à iniquidade no país (UNICEF, 2015). O Nordeste está dentre as regiões mais pobres do Brasil com 40,3% da população em situação de pobreza (IBGE, 2011) dados mais recentes (IBGE, 2014) mostram que os menores rendimentos nominais mensais domiciliares *per capita* do país estão concentrados nessa região dentre os estados do Maranhão, Alagoas e Ceará, a UNICEF aponta que mais de 70% das crianças e adolescentes que vivem no Nordeste são classificados como pobres.

Com relação à Paraíba, estado onde a pesquisa foi desenvolvida, tem o sétimo menor rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* do Brasil, dentre dos estados do Nordeste ocupa a quinta colocação, com renda de R\$ 682,00, nesse cálculo são considerados todos os

rendimentos e todos os moradores da família (IBGE, 2014). Tal índice de rendimento foi adotado como base para essa pesquisa. Assim, foram entrevistados crianças com idade entre 8 e 12 anos e um responsável para cada criança e que ambos tinham a renda inferior ao rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* na Paraíba. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Cajazeiras, João Pessoa e Sousa.

A pobreza pode ser classificada em diferentes níveis: pobreza extrema, moderada, relativa e os vulneráveis a pobreza. A pobreza extrema considera as necessidades básicas e, refere-se à carência de renda e sobrevivência física. Por outro lado, na pobreza moderada as pessoas têm acesso a bens e serviços mínimos necessários à sobrevivência física. Na pobreza relativa, diferente da pobreza extrema e moderada, não se refere somente às necessidades relacionadas à sobrevivência física do indivíduo, mas também às necessidades pertinentes ao modo de vida em sociedade (ROCHA, 1992, 2005). O quarto nível definido por Kotler e Lee (2009) são os vulneráveis a pobreza, nesse segmento as pessoas têm a renda igual à média da renda nacional, mas ainda vulneráveis a retornar a pobreza.

Na pobreza relativa às pessoas têm um nível de renda abaixo da proporção da renda nacional e sofrem privações de recursos materiais importantes para uma vida digna, e é caracterizado pelo sentimento de impotência e exclusão social. No entanto, observa-se que os indivíduos em pobreza relativa são aqueles que têm as necessidades básicas garantidas, mas não conseguem usufruir dos bens e serviços considerados fundamentais numa sociedade.

O conceito de privação adotado para essa pesquisa foi desenvolvido por Huston (2011), o autor explica que a privação material corresponde à insuficiência de moradia, educação, alimentação e atendimento médico de forma adequada, assim como bens e serviços que são considerados indispensáveis à vida em sociedade.

Nesse sentido, o aprimoramento nos padrões de consumo e a evolução dos costumes na sociedade foram, ao longo do tempo, se modificando e motivando novas necessidades que passaram a ser consideradas básicas. Com isso, a pobreza passou a se referir a um conjunto de privação que extrapolam as necessidades básicas à sobrevivência (KAGEYAMA; HOLLMANN, 2006).

A privação é tipicamente associada com conjuntos de alternativas esgotadas, como a exclusão da vida em sociedade em decorrência à ausência de recursos, é compreendida como a falta de satisfação das necessidades socialmente percebidas indispensável à vida. Essa abordagem surgiu na década de 1970 nos estudos realizados por Peter Townsend, onde o autor desenvolveu uma série de pesquisas utilizando o conceito de *deprivação*. Esse conceito seria para mensurar a pobreza, que emergia da falta de acesso à alimentação, vestuário, moradia,

trabalho, educação, saúde, relações sociais, lazer, etc. (SANTOS, 2011). O conceito de privação de Townsend elenca os processos de comparação social, uma vez que os bens, serviços e atividades referem-se a um padrão mínimo de vida considerado como necessário para viver decentemente em uma dada sociedade (CRETIAZ; SUTER, 2013).

Os temas relacionados à pobreza e comportamento do consumidor empobrecido têm sido objeto de estudos dentro da área de marketing a partir do início de 1960 (HILL; STEPHENS, 1997). No âmbito internacional já existem vários estudos relacionados à pobreza (DATT; RAVALLION, 1992; FIELD, 1994; BLOCKER *et al.* 2013; SAATCIOGLU; CORUS, 2014), privação de consumo (HALLEROD, 2006; BOROOAH, 2007; SAUNDERS; NAIDOO; GRIFFITHS; 2008, HILL; MARTIN, 2012; ULLAH; SHAH; 2014), e o consumo na pobreza (ALWITT; DONLEY, 1997; HILL, 2002b; HILL, 2002a; MAYER; SULLIVAN, 2012), que foram utilizados para o embasamento teórico dessa pesquisa. Porém, no Brasil ainda são escassos os trabalhos relacionados à temática na área da pobreza, com destaque para os estudos realizados por Rocha (1992, 1993, 2000a, 2013).

Os estudos de comportamento do consumidor procuram entender os mecanismos intrínsecos envolvidos no consumo com a finalidade de compreender a lógica desse comportamento. Segundo Simonson *et al.* (2001), estudar essa temática é essencial para diferentes áreas de estudo como o marketing, a psicologia e economia. Embora a psicologia tenha tido maior impacto nas pesquisas do consumo, outros campos, como a economia e antropologia, tiveram significativa contribuição. O que pode ser observado é que se trata de uma área de estudo ampla, onde seus temas centrais são compartilhados com outras áreas, sendo esse campo descrito como multidisciplinar (MACINNIS; FOLKES, 2010).

Atualmente, o comportamento do consumidor é entendido como algo mais do que aquisição de bens por meios econômicos, representa o comportamento humano (MACINNIS; FOLKES, 2010). Para compreender os fatores que afetam o comportamento do consumidor, é necessário considerar os determinantes dos componentes normativos e atitudes, ou seja, as crenças adotadas pelos consumidores sobre si e o ambiente em que vivem (AJZEN; FISHBEIN, 1980).

Um campo de estudo que vem ganhando ênfase é do consumidor infantil, por exercer influência direta nas decisões de compra familiar, além disso, destaca-se pelo constante aumento do poder de compra, tornando crianças cada vez mais participativas na movimentação do consumo e na produção nacional de bens para este público. Frente a esse contexto, tanto as empresas, quanto a academia perceberam a importância de investir nesse campo. Dados das principais organizações industriais demonstram que as indústrias brasileiras estão cada vez mais

voltadas ao estímulo do consumo desses indivíduos, estes índices são divulgados pela Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação (ABIA) (SANTOS; SOUZA, 2012).

Outra razão para o aumento do interesse de empresas e pesquisadores em crianças como consumidores é o reconhecimento de que constituem um mercado futuro para os bens e serviços, que pode ser alimentado por meio de seu desenvolvimento, de modo que eles se tornem um fluxo constante de novos clientes para a empresa no momento apropriado (MCNEAL; JI, 2003). A infância passou a ser considerada cada vez mais comercializada e as crianças não são mais vistas como estranhas à cultura de consumo (MARTENS *et al.* 2004).

Crianças consomem produtos tanto por prazer pessoal de adquirir um bem, como pela satisfação de fazer parte de uma sociedade de consumo, sendo que sobreviver na sociedade é uma necessidade humana, então desde cedo já sentem a importância de serem aceitas e conseqüentemente a necessidade de consumir. Com isso, a criança como influenciadora e decisória no processo de compra acabou ganhando destaque no cenário mercadológico. Esse pensamento é apoiado por McNeal (1969) quando expõe que as crianças realizam compras para atender seus desejos e necessidades pessoais.

Entretanto, crianças que vivenciam um contexto de pobreza sofrem as restrições da vida material e recebem pressão por parte da mídia, da sociedade e do ambiente onde estão inseridas para consumir produtos que as incluam em uma sociedade consumista, sendo excluídas quando não têm produtos desejados, quando não consomem marcas, etc. Em muitos casos, essas crianças vivem em famílias onde o consumo se resume as necessidades básicas, ou seja, ao consumo indispensável à sobrevivência. E mesmo com os esforços de suas famílias para atender aos pedidos de consumo das crianças seus escassos recursos econômicos não permite proporcionar os objetos desejados.

Nesse contexto, o presente estudo será direcionado a compreensão do comportamento do consumidor infantil em situação de pobreza, especificamente a pobreza relativa. Os consumidores em pobreza relativa são aqueles que têm condições financeiras para efetuar consideráveis gastos no mercado. Eles têm, por exemplo, condições de comprar produtos, tais como tênis, para os seus filhos iguais aos das crianças de famílias de classe mais elevada (PUGH, 2004). Esse segmento, dado seu tamanho e renda, significam muito para as empresas constituídas no mercado. Porém essas crianças sofrem privações de consumo em decorrência

de seus pais não terem renda o suficiente para suprir as necessidades básicas familiares e atenderem a todas as demandas.

Diante do contexto, é proposta desta pesquisa contribuir com o conhecimento sobre privações de consumo na pobreza relativa, questionando o consumidor infantil sobre as implicações das privações de consumo e os seus objetos de desejo.

Por conseguinte, considerando tais pressupostos e seguindo o embasamento da literatura relacionada à pobreza, a questão de pesquisa do presente estudo consiste em: **Como ocorrem as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a necessidade de consumo de crianças pobres;
- Identificar as privações vivenciadas por crianças pobres;
- Discutir as implicações das privações de consumo vivenciadas por crianças pobres.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O ponto de partida para a construção desse estudo é a interpretação do fenômeno da pobreza, de modo que o objetivo central é analisar as privações de consumo de crianças que vivem em famílias em estado de pobreza relativa. Estudar a pobreza é de grande importância por ser um fenômeno que atinge todos os países e, ainda, de forma mais constante os países subdesenvolvidos (SANTOS, 2011). Em todo o mundo são milhões de pessoas que vivem em situações precárias sem acesso à saúde, educação e habitação. A UNICEF aponta que cerca de 2,5 bilhões de pessoas no mundo não têm sequer acesso a condições adequadas de saneamento básico.

No Brasil, esse quadro de pobreza também assola milhares de pessoas, cerca de 29% da população vive abaixo da linha da pobreza. O Nordeste ainda se constitui como a região mais

pobre do país. Esta pesquisa foi desenvolvida na Paraíba pelo fato de ser um dos estados com o menor rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* do Brasil e do Nordeste.

Dentro desse quadro de pobreza que aflige as famílias, a criança se mostra como um indivíduo ainda mais vulnerável, pelo fato de que a criança nasce pela força das circunstâncias em famílias pobres e em decorrência da pobreza familiar vivenciam privações de consumo. Gunn e Duncan (1997) explicam que as crianças são pobres por que são dependentes de outras pessoas e que até a vida adulta elas não têm condições de mudar o seu estado de pobreza. Com isso, foi identificada a importância da criança ser o sujeito central na condução dessa pesquisa.

Dentre os níveis de pobreza, a pobreza relativa foi escolhida por que a mesma se refere a uma parcela da população que tem condições de realizar gastos no mercado, porém sofrem diversas privações de consumo. Na pobreza relativa às pessoas têm menos do que outras pessoas na mesma sociedade, nesse sentido o conceito de pobreza relativa vai ao encontro do conceito de privação material que corresponde à insuficiência de bens necessários à vida, mas também a bens e serviços importantes à vida em sociedade. Assim, essa pesquisa abordou as privações materiais relacionados ao consumo de crianças em pobreza relativa.

Embora a linha de pobreza seja mais frequentemente utilizada no Brasil para estudar a pobreza (ROCHA, 1992), diversos autores têm tentado estudar a pobreza por intermédio de outros aspectos, que não apenas a renda familiar, utilizando conjuntos de indicadores de qualidade de vida, envolvendo aspectos sociais, culturais e biológicos (TOLOSA, 1978), assim como as privações de consumo (FIELD, 1994).

A privação material corresponde à insuficiência de moradia, educação e atendimento médico de forma adequada, assim como bens e serviços que são considerados indispensáveis à vida em sociedade (HUSTON, 2011). Esses bens variam sistematicamente em todo país com a proporção da sociedade, sendo mais forte em países mais ricos (WHELAN; MAITRE, 2012). Segundo Faag (*et al.* 2013) a privação material é um importante determinante das desigualdades entre adultos, mas ainda há necessidade de debater sobre a extensão da sua importância para o bem-estar de crianças e adolescentes.

No que tange os estudos relacionados ao consumo infantil, os mesmos iniciaram na década de 60, quando McNeal (1969) destacou que o fenômeno conhecido como *Baby Boom* redefiniu os padrões econômicos, aumentando o número de crianças em cerca de 50% nos Estados Unidos na década de 50, o que tornou o segmento mais atrativo. Nessa época, os desejos e consumo das crianças foram aprimorados, e passaram a ter renda delegada pelos pais e, com isso suprir suas necessidades e atender seus desejos.

Mais tarde, na década de 2000, são encontradas publicações que enfatizam a necessidade de estudos relacionados ao consumo infantil (VELOSO *et al.*, 2008), assim como, pesquisas sobre a influência exercida por crianças nas decisões de compras familiares em determinados produtos e a influência da publicidade na TV para o público infantil. Com relação à publicidade na televisão, Isaksen e Roper (2008) destacam que, em famílias empobrecidas, a televisão é utilizada como entretenimento, expondo as crianças a anúncios que estimulam seu apetite ao consumo. Segundo o Instituto Alana,¹ crianças brasileiras passam em média cinco horas por dia assistindo TV, e ainda, existe uma tendência que as crianças de famílias pobres passem mais tempo expostas aos apelos midiáticos. Além da TV, a criança recebe influência dos grupos e familiares, por exemplo. Esse pensamento é condizente com alguns autores (ISAKSEN; ROPER, 2008), ao discutir que crianças e adolescentes de famílias de baixa renda têm um maior nível de exposição à propaganda na TV, pois a televisão é muitas vezes usada como uma forma barata de divertimento. Além da TV, destaca-se o papel da tecnologia, que por meio da Internet facilitou consideravelmente a capacidade dos profissionais de marketing para envolver as crianças na escolha de produtos (COOK, 2007).

As famílias com escassos recursos, quando influenciadas por um anúncio publicitário para a compra de um item caro e desnecessário, podem enfrentar dificuldades financeiras e constrangimentos (STILLERMAN, 2004). Frente a essa situação surgiu uma inquietação na pesquisadora de entender o que ocorre com crianças que vivem em situação de pobreza, porém influenciadas pelo contexto de consumo.

Há mais razões do que interesse pessoal para este estudo, no entanto, uma delas é a perspectiva de que este irá proporcionar uma pesquisa relacionada ao comportamento do consumidor de uma forma que não investigue apenas o que as crianças consomem, mas possibilite a identificação de suas privações de consumo e como essas privações podem afetar suas vidas.

O campo de pesquisa do consumidor é nos dias de hoje, benéfico quando se trata do estudo para analisar as privações de consumo. Na visão de Ropper e Shah (2007), pouca atenção tem sido dedicada às pesquisas relacionadas às crianças de famílias em baixa renda. Segundo Hill (2002), os estudos relacionados ao comportamento do consumidor baseavam-se no consumidor típico de classe média, sendo as classes menos favorecidas pouco estudadas. Embora a privação seja intensamente estudada na literatura política e social, seu universo é relativamente negligenciado (BOROOAH, 2007). E apesar da sua gravidade, estudos

¹ Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne projetos na busca pela garantia de condições para a vivência plena da infância. www.alana.org.br

relacionados à privação tem recebido pouca atenção dos pesquisadores na área da pobreza (O'CONNOR *et al.* 1999).

Rocha e Silva (2008) corroboram esse pensamento, apontando que as pesquisas sobre o comportamento de consumo dos pobres são bastante raras na literatura norte-americana e praticamente inexistentes na europeia, que privilegiaram a classe média como objeto de estudo, em grande parte devido a sua importância percentual nas populações dos países desenvolvidos. Apesar dos progressos significativos, ainda há muito trabalho e uma perspectiva de consumo pode trazer questões importantes que cercam a pobreza e suas privações (BLOCKER *et al.* 2013).

Os estudos sobre o comportamento de consumo infantil geralmente são realizados junto a crianças de classe média, deixando uma lacuna sobre as crianças das classes de baixa renda, que sofrem as fortes restrições orçamentárias dos pais. Uma boa parte do trabalho que tem sido realizado na área de consumo infantil nas últimas duas décadas tem sido desenvolvida por sociólogos, historiadores, educadores, escolas e departamentos de comunicação para quem o impulso de condução central está focado em algo diferente do que conceituar e problematizar as crianças e suas infâncias (COOK, 2013). Nota-se, aqui, uma lacuna nos estudos desenvolvidos na área de marketing. Nessa pesquisa foi investigado o aspecto da pobreza em conformidade com o pensamento de Huston (2011), de que a pobreza deve ser definida e medida tendo em conta não só a sua dimensão puramente econômica, mas também seus aspectos material, cultural e social, de forma mais específica o presente estudo teve o objetivo de investigar as privações materiais.

Os temas relacionados ao consumo de crianças muitas vezes evocam uma preocupação moral sobre a intensidade de comercialização para as crianças e as formas de combatê-lo, em vez de uma curiosidade sobre o assunto de importância conceitual e analítica (COOK, 2004). Existem vários estudos que relacionam a criança e o consumo, que, com poucas exceções, não tentam integrar a vida das crianças e as preocupações maiores sobre a natureza, limites e exigências dessas práticas, muitas vezes, se reuniram sob o consumo (COOK, 2008).

Conforme o exposto, a intenção aqui não foi simplesmente trazer as crianças para o estudo do consumo ou acerca de como melhor acomodar as crianças e a infância dentro de noções existentes na cultura de consumo. Nesse estudo, o propósito foi centrar-se em analisar as privações de consumo no âmbito da pobreza relativa.

Os estudos relacionados ao consumo da população de baixa renda são desenvolvidos com o propósito de compreender estes consumidores e desenvolver alternativas mais consistentes para uma atuação de marketing que os alcance (COSTA, 2014). O mercado tem

direcionado suas ações para esse público alvo e vem gerando inclusive nas crianças desejos de obter produtos que vão além de suas necessidades e condições econômicas. Nos estudos relacionados aos impactos da cultura de consumo, a pobreza deve ser analisada em termos de privação relativa de necessidades socialmente definidas, envolvendo a exclusão dos componentes de um estilo de vida normal (ISAKSEN; ROPER, 2008).

Nesse sentido, compreende-se que foi necessário o desenvolvimento de um estudo que analise as privações de consumo vivenciadas por crianças em pobreza relativa, tendo em vista que a partir dos resultados obtidos na pesquisa permitirá uma melhor avaliação da pobreza. O diferencial da pesquisa consiste na abordagem em contexto brasileiro, sob a perspectiva das privações de consumo material, aplicando fatores sugeridos pela literatura da área.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo, onde esta seção faz parte, apresenta de forma introdutória a temática em estudo, os objetivos gerais, específicos, e a justificativa. No segundo capítulo, o referencial teórico aborda os fundamentos norteadores da pesquisa, divididos por partes que apresentará a temática do estudo em concordância com os objetivos definidos previamente para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, são analisados alguns estudos empíricos na área da pobreza e que contribuíram para o embasamento teórico dessa pesquisa, ao final desse capítulo é apresentado o modelo conceitual da pesquisa. No terceiro capítulo, procedimentos metodológicos, estarão descritos os métodos à pesquisa, os sujeitos, bem como os procedimentos de coleta e análise dos dados. O quarto capítulo apresentará a análise das entrevistas realizadas, por último, o quinto capítulo abordará as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, abordamos o referencial teórico que fundamentou a pesquisa. Inicialmente, falamos sobre o consumo infantil, a discussão concentra-se na questão da pobreza e suas privações de consumo, com ênfase nas privações de consumo vivenciadas por crianças em pobreza relativa e as consequências dessas privações.

2.1. CONSUMO INFANTIL

As crianças apareceram como pessoas sociais em cultura pública ao longo do século XX, em grande parte, ganhando um nível de alforria como consumidores, por meio do mercado. Desde o fim da década de sessenta, McNeal (1969) passou a desenvolver estudos relacionados ao segmento infantil, com a finalidade de descrevê-lo adequadamente, assim como compreender o papel da criança no contexto de consumo.

A década de 1990 deu origem a um aumento da consciência do marketing e ao entendimento das crianças como consumidores (MCNEAL; JI, 2003, MARTENS, *et al.* 2004). O mercado de produtos destinados ao público infantil avançou na produção de novos bens, espaços, imagens e mídia e é um mercado extremamente lucrativo, triplicado nos anos de 1990 (COOK, 2007).

Em decorrência do consumo, a infância passou a ser distinta de outras posições sociais na medida em que sempre é conhecida e entendida como um momento de transição, por adultos e também por crianças (COOK, 2003). As crianças são atores sociais e não apenas seres em formação que se tornarão pessoas “completas” em algum momento no futuro. O lugar e a situação das crianças, e o significado da própria infância, são inseparáveis do consumo de marcas, por exemplo, (COOK, 2004). Estas, por sua vez, são percebidas como recursos culturais e uma maneira de construir a si mesma, referindo-se ao bem-estar material, *status* social, estilo de vida, identidade individual e em grupo (KELLER; KALMUS, 2009), assim como em termos de classe social e gênero (PILCHER, 2011).

Para a criança, o ato de comprar proporciona dois níveis de satisfação. Em primeiro lugar, a satisfação óbvia é produzida pelos itens comprados, geralmente constituídos de uma grande variedade de doces e alguns brinquedos de baixo custo. A segunda dimensão da satisfação decorre do ato da compra ao invés do que é comprado (MCNEAL, 1969).

McNeal (2000) desenvolveu um quadro que demonstra a importância das necessidades específicas para crianças em função da sua idade, restringindo as seis mais relevantes (Quadro 1).

QUADRO 1 – Necessidades psicológicas das crianças.

Seis necessidades mais importantes para as crianças			
IDADE	0-4	4-8	8-12
NECESSIDADES	Senciência	Brincar	Afiliação
	Brincar	Senciência	Brincar
	Assistência	Afiliação	Realização
	Mudança	Realização	Autonomia
	Afiliação	Mudança	Senciência
	Exposição	Exposição	Exposição

FONTE: adaptado de McNeal (2000).

Crianças com idade entre 8 e 12 anos, têm como necessidades mais importante (1) **afiliação**, ou seja, a necessidade de socialização, ter relações com outras pessoas, como a família e os colegas. O (2) **brincar**, quer dizer que a criança está interessada em brincar e se divertir, e de (3) **realização** que envolve algo difícil, onde a criança precisa estar realizando atividades geralmente desempenhadas por adultos. Posteriormente, têm a necessidade de (4) de **autonomia**, para atuar de forma independente, em especial dos pais e encarregados de educação. E em seguida, (5) **senciência** que correspondem às impressões sensoriais, como gosto, cheiro, toque e audição. Por último, (6) **exposição** que está relacionada à necessidade da criança em causar boa impressão a outras pessoas.

O consumo é uma inevitável conexão da criança com outros aspectos, incluindo as relações entre pares, onde os objetos de consumo fazem parte de sua identidade e que, em suas brincadeiras, ocorre ativamente uma apropriação deles, fazendo seus próprios julgamentos e combinações (RUCKENSTEIN, 2010). Consumo, assim, proporciona reconhecimento social, seja ele positivo ou negativo e é uma maneira indispensável e inevitável de participação no mundo e que recebem várias influências (COOK, 2013).

Bachmann, John e Rao (1993) discutem as influências que os grupos de referências exercem sobre os produtos consumidos por crianças. Um grupo de referência é uma pessoa ou grupo de pessoas que influenciam significativamente o comportamento individual (BEARDEN; ETZEL, 1982). Esses grupos são normalmente formados de outros significativos da rede social dos indivíduos, incluindo os membros da família, colegas de trabalho, amigos, bem como

figuras inspiradoras como heróis do esporte, estrelas de cinema e personagens fictícios. Para Ropper e Shah (2007) isso ocorre por que as crianças são preocupadas com sua imagem e tentam se associar a grupos e pessoas que são referência para si e para outras pessoas.

Em uma perspectiva sociológica o consumo por indivíduos é influenciado pela associação de grupo, mais particularmente, sofre mediação pela participação em famílias, classes sociais, subculturas, etnias, estilos de vida, círculos de amizade, ocupações, e os grupos de “referência” em que a adesão é desejada. Os grupos citados por sua vez, apresentam padrões agregados característicos de consumo de acordo com a natureza da sua composição demográfica, localização social, recursos, ambições, e autoconceitos, da sociedade e do mundo (MCCRACKEN, 1987).

Assim como, os grupos, Hill (2002a) destaca o papel da publicidade ao defender que ela é a “marca registrada” da nossa cultura de consumo e desempenha um papel relevante na sociedade. O autor explica que a publicidade tem capacidade persuasiva e penetrante para influenciar resultados de mensagens que apontam as necessidades humanas essenciais, proporcionando oportunidades de consumo. Um dos resultados dessa influência crescente na cultura de consumo é o aumento da globalização, que modificou as sociedades e criou segmentos universais do mercado consumidor que associam significados semelhantes com as pessoas, lugares e produtos (HILL, 2002a).

Se abordarmos o consumo como uma forma social, torna-se evidente que ele pode ser usado para quase todos os fins sociais, incluindo o amor e cuidado. No entanto, o consumo não é uma mera conduta ou um meio perfeito, tem preconceitos e propriedades. Ele está envolvido em relações pecuniárias. Existe, portanto, sempre interesse atrelado às produções materiais e discursivas de bens e meios de comunicação social das crianças (COOK, 2004).

Roedder-John (1999) apresenta um modelo conceitual para a compreensão da socialização do consumidor como base em três estágios. No primeiro, **estágio perceptual**, caracteriza-se por uma orientação geral da criança para as características perceptivas imediatas e facilmente observáveis no ponto-de-venda. Nessa categoria o conhecimento do consumidor infantil é baseado muitas vezes em uma única dimensão e representado por suas próprias observações. E a orientação aqui pode ser mais bem descrita como simples, rápido e egocêntrico.

No segundo, **estágio analítico**, ocorrem mudanças significativas, tanto cognitivamente quanto socialmente. Este período contém importantes desenvolvimentos em termos de conhecimento do consumidor e habilidades, como a transformação de um pensamento baseado

na percepção, modificado para um pensamento baseado em simbologias, ocorre o aumento no processo de informação e compreensão do mercado, assim como um conjunto mais complexo de conhecimentos sobre conceitos relacionados, por exemplo, a publicidade e marcas, influenciando o modo como se discute e negocia os itens desejados.

O terceiro, **estágio reflexivo**, mantém as características do segundo estágio, porém de uma forma mais complexa, esse estágio é caracterizado por um maior desenvolvimento cognitivo e social.

Para uma melhor compreensão em relação ao desenvolvimento da criança como consumidora, o Quadro 2 apresenta a categorização criada por McNeal (1992). No quadro, observam-se as características do comportamento de acordo com a faixa etária. Essas categorias são importantes para entender como as crianças interagem com o ambiente no momento da compra.

QUADRO 2- Desenvolvimento da criança como consumidora.

FASE	IDADE	COMPORTAMENTO
Acompanhando pais e observando	Aproximadamente 1 ano de idade	A criança que vai ao supermercado e fica sentada no carrinho, observando as coisas que acontecem ao seu redor. Ao se aproximar da idade de 2 anos a criança já começa a fazer ligações entre anúncios televisivos e o conteúdo das lojas. Ela também passa a fazer ligações entre certas lojas e produtos que as satisfazem.
Acompanhando pais e requisitando	A partir dos 2 anos de idade	Nesta idade as crianças já começam a fazer requisições aos pais. Visitas mais frequentes a lojas e a exposição à mídia televisiva faz com que cresça a variedade de itens que as crianças pedem. Nestes primeiros momentos as exigências podem tomar forma no grito, choro, etc.
Acompanhando os pais e selecionando produtos com permissão	A partir da idade de 3 ou 4 anos	Nesta fase a criança não está mais sentada no carrinho de supermercado. Ela tem permissão para circular pelos corredores do estabelecimento. Ela já começa a reconhecer algumas marcas, principalmente relacionadas aqueles produtos que gosta. A criança começa a receber permissão para buscar alguns produtos, seja para manter a criança ocupada, seja para ensinar o papel de consumidor.
Acompanhando os pais e fazendo compras independentes	Fase que ocorre entre 4 e 5 anos	Nesta etapa a criança percorre todo o processo de consumo chegando a pagar pelo produto. Surge aqui uma série de problemas relacionados com o entendimento do processo de troca de uma economia capitalista (valor do dinheiro e processo de compra). Também faz falta aqui um determinado nível de conhecimento matemático para que a criança possa realmente entender o que está acontecendo. Surgem também as primeiras impressões marcantes sobre o consumo. Problemas encontrados com relação ao atendimento ou à loja podem resultar em impressões negativas.
Indo sozinha a loja e fazendo compras independentes	Etapa entre 5 e 7 anos	Nesta fase acontecem as primeiras experiências como consumidor independente. Os itens comprados dividem-se entre produtos destinados a própria satisfação (doces e refrigerantes) e para a casa (leite e pão).

FONTE: adaptado de McNeal (1992).

A primeira fase (aproximadamente 1 ano de idade) do desenvolvimento do consumidor é composta por crianças que têm o primeiro contato com o mercado e, assim, tem a primeira oportunidade de interagir com um ambiente comercial de bens e serviços. Essa fase não envolve produtos consumidos pela criança, ela interage com o ambiente por meio de observação de cores e formas, por exemplo, (MCNEAL, 2000).

A segunda fase (a partir dos 2 anos de idade) é marcada por pedidos das crianças, as solicitações são por produtos como cereais, doces e brinquedos, os supermercados e lojas de brinquedos são os ambientes de compra favoritos das crianças (MCNEAL, 2000).

A terceira fase (a partir da idade de 3 ou 4 anos) é o primeiro ato físico para se tornar um consumidor independente, nesse momento a criança já têm praticado o processo de solicitação aos pais de produtos encontrados nos supermercados, lojas de brinquedos, varejos ou conveniência, o próximo passo é o ato físico de começar a pegar esses itens, isto é, pegar o produto levando-o da prateleira ou unidade de armazenamento para o carrinho ou cesta de compra, produtos como brinquedos, lanches (guloseimas e salgados), roupas e itens de presentes são os favoritos nessa fase (MCNEAL, 2000).

Na quarta fase (entre 4 e 5 anos de idade) depois de selecionar produtos e presenciar seus pais pagando por eles, as crianças, tem desejos de atuar em atribuições de adultos, querendo participar do processo de troca. Com idade de cinco anos a criança começa a se comportar como um consumidor primário, e seus ambientes de compras favoritos são: lojas de varejo, brinquedos, supermercado e shopping, e compram brinquedos, lanches (doces e salgados), vestuários e cereais (MCNEAL, 2000).

Na quinta fase (entre 5 e 7 anos) após vivenciar vários momentos de compras dos pais, as crianças tornam-se consumidores e começam a realizar compras sozinhas. Geralmente, há um período de tempo significativo entre a primeira compra de uma criança com os pais e uma compra independente. Durante esse intervalo a criança adquire uma melhor compreensão do dinheiro e do processo de compra adquirindo maturidade para convencer seus pais de que são capazes de realizarem compras por conta própria. Nessa fase a preferência é por ambientes de supermercados, lojas de brinquedos, varejos, conveniências e shopping, e realizam compras de brinquedos, alimentos e vestuários (MCNEAL, 2000).

Na classificação de McNeal (1992), as crianças menores de um ano de idade não são incluídas. Em outro estudo, McNeal e Ji (2003) argumentam que o comportamento do consumidor infantil começa quando as crianças são introduzidas por seus pais ao mercado, e por uma idade média de 24 meses, pois, nessa idade já possuem consciência suficiente de objetos de mercado para fazer seu primeiro pedido de um produto, geralmente cereais. Para os

autores, o local preferido das crianças para suas primeiras compras são as lojas de conveniência, por serem de fácil acesso e pela variedade de produtos (sorvetes, refrigerantes, guloseimas etc.) disponível que satisfaz o público infantil. O cereal foi/é um dos primeiros produtos que as crianças pediram aos seus pais para comprar (MCNEAL; JI, 2003).

Assim, sob a percepção de McNeal (1992), o mesmo analisa (Quadro 2) a criança como consumidora em relação à dependência dos pais, observa-se que a relação com o consumo se torna significativa, pois são os pais que escolhem os ambientes onde as crianças conhecem os primeiros produtos a serem comprados.

2.1.1 Consumidor empobrecido

A palavra empobrecido significa estar pobre, sem recursos, na literatura relativa à pobreza, a palavra empobrecida é utilizada como referência as pessoas que não têm condições de realizarem gastos em decorrência da sua insuficiência de renda, ou seja as pessoas pobres.

A vida dos pobres é significativamente diferente da população mais favorecida financeiramente, segundo Hill (2001a), a principal característica do comportamento do consumidor empobrecido é a incapacidade de pagar por bens e serviços que necessitam (HILL; STEPHENS, 1997). Hill (2002b) retrata algumas características do consumidor em contexto de pobreza, segundo o autor, consumidores empobrecidos são muitas vezes obrigados pela falta de recursos a consumirem produtos e serviços que seriam considerados inadmissíveis e com qualidade abaixo do aceitável para os consumidores mais favorecidos financeiramente. Esse pensamento é condizente com o de Jaiswal e Gupta (2015) ao argumentar que os consumidores empobrecidos não têm acesso a produtos e serviços de boa qualidade, como também, não têm acesso a recursos jurídicos.

As razões para os consumidores pobres ficarem em desvantagem quando compram bens e serviços é porque há menos e menores estabelecimentos de varejo acessíveis a eles. Essas famílias pobres são mais propensas a procurarem bens e serviços básicos fora dos seus bairros, como por exemplo, compras em grandes supermercados e serviços bancários, grandes redes de farmácias e outros tipos de lojas em áreas onde pessoas pobres não têm acesso, envolvendo custos adicionais em termos de gastos de tempo e transporte (ALWITT; DONLEY, 1997).

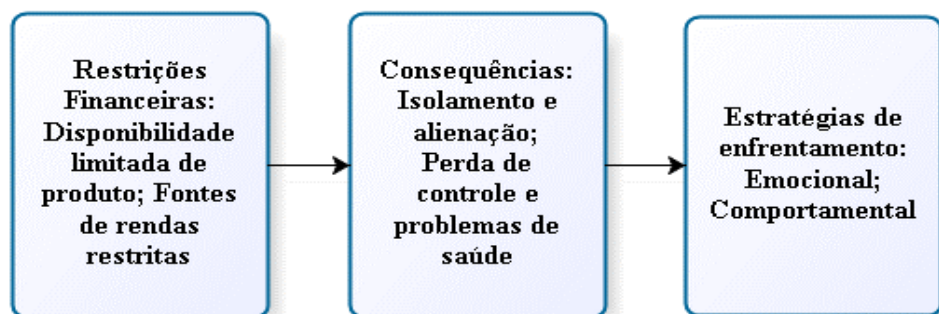
Os pobres têm preferência por produtos novos e caros em relação a produtos mais baratos e mais adequados à sua situação financeira. Segundo Jaiswal e Gupta (2015) os consumidores empobrecidos não são apenas excessivamente preocupados com a satisfação das suas necessidades básicas, mas também em comprar bens de luxo e insistem em igual direito

para escolher o que quer comprar e consumir. Com isso, observa-se que os consumidores empobrecidos praticam o consumo compensatório como uma forma de compensar a sua incapacidade de elevar seu *status* social por outros meios (HILL, 2002b). O conceito de consumo compensatório se concentra em comportamentos reacionários da falta ou deficiências na vida de um indivíduo, e ocorre quando uma pessoa sente uma necessidade, falta, ou o desejo que os produtos não podem satisfazer, assim usa o comportamento de compra como um meio alternativo para atender essa satisfação (JAISWAL; GUPTA, 2015).

Consumidores empobrecidos são retratados como vítimas, por terem a educação e habilidades intelectuais limitadas, tornando-os capazes de obterem facilmente condições de crédito no mercado, porém com altas taxas de juros. E ainda, são muitas vezes explorados por diversas entidades, como agiotas (JAISWAL; GUPTA, 2015). Essa incapacidade dos consumidores empobrecidos é um resultado direto de sua pobreza relativa (HILL, 2002b). O conceito de pobreza relativa está associado ao sentimento de impotência e exclusão social, é ter menos do que outros na sociedade (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006), nessa classificação da pobreza as famílias têm um nível de renda abaixo da proporção da renda nacional (KOTLER; LEE, 2009).

Hill e Stephens (1997) apresentam um modelo tridimensional do comportamento do consumidor pobre (Figura 1). Este modelo reconhece as características únicas do sistema de marketing em contexto de pobreza, as consequências emocionais negativas para os consumidores pobres, e as estratégias de enfrentamento subsequentes.

FIGURA 1- Modelo do comportamento do consumidor pobre.



FONTE: Hill e Stephens (1997) p. 37.

O comportamento do consumidor empobrecido é apresentado no modelo de Hill e Stephens (1997), onde os autores mostram três características relacionadas. Em primeiro lugar,

os consumidores pobres enfrentam **restrições financeiras** significativas que limitam a sua capacidade de adquirir vários bens e serviços necessários e atender seus desejos. Em segundo lugar, as **consequências** dessas restrições normalmente são negativas, incluindo separação e alienação da cultura de consumo da classe média, sentimento de perda de controle sobre os aspectos de consumo de suas vidas, e problemas de saúde mental e física. Em terceiro lugar, os consumidores pobres respondem a essas consequências com **estratégias de enfrentamento** emocional e comportamental, como se engajar em atividades legais e ilegais com o propósito de adquirir renda ou produtos desejados.

Hill (2002a) explica que as necessidades materiais são uniformes, independentemente de sua condição socioeconômica. Isso pode ter implicações para o comportamento do consumidor em geral, principalmente de consumidores pobres. A maioria dos consumidores enfrenta pelo menos uma restrição à disponibilidade de produtos ou a sua incapacidade de pagá-los durante uma parte ou durante toda sua vida (HILL; STEPHENS, 1997).

A pobreza pode ter implicações mais amplas dentro do campo do comportamento do consumidor. As consequências dessas restrições são negativas, e as respostas são em forma de reações emocionais, como raiva, vergonha ou humilhação, sentimento de perda de controle sobre sua vida como consumidores, em relação às consequências das privações de consumo (HILL; STEPHENS, 1997). A raiva em tais situações pode ser uma reação dos consumidores empobrecidos e uma adaptação a esta forma de privação (HILL, 2001a). Em relação às consequências das privações de consumo adentraremos nesse tema adiante no tópico referente à pobreza.

2.1.2 Cultura de consumo dos pobres

O consumo pode ser compreendido como um ato social e processo cultural, isto é, independentemente do objetivo da compra, seja para atender as necessidades básicas ou supérfluas (SLATER, 2002). Compreende-se ainda, que o consumo é um momento onde ocorrem trocas simbólicas, é um ato de natureza social, onde os significados simbólicos e os relacionamentos são produzidos e recebidos (FIRAT; VENKATESH, 1995).

Nesse sentido, o consumo não se torna simplesmente uma escolha sobre bens e serviços, mas uma escolha sobre um estilo de vida, sobre quem somos e como queremos ser percebidos pelos outros em determinadas configurações sociais (MARTENS *et al.* 2004). Assim como, constitui as relações entre pais e filhos.

O contexto cultural do consumo diz respeito ao significado para a comunidade. Por meio de suas distinções significativas, a cultura cria categorias de pessoas, tempo, espaço, atividade e objeto. Ela fornece as distinções de classe social, sexo, idade e profissão em que o mundo social é organizado, explica McCracken (1987).

A cultura do consumo tem se expandido em conformidade com os seus discursos críticos de direita e esquerda, ricos e pobres. Isto sugere que os dilemas morais colocados pelo consumo são fundamentais para o processo que impulsiona o início do consumo. Ao mesmo tempo em que as pessoas estão questionando os efeitos sociais e ambientais da cultura de consumo, outras organizações desafiam o pressuposto tomado como certo que o aumento do consumo faz as pessoas mais felizes (WILK, 2001).

Para Cook (2004), a cultura do consumo infantil permanece à margem dos estudos relacionados ao consumo e à sociedade. E mantém uma espécie de estado associado, em que o consumo infantil representa um caso especial no mundo, supostamente mais abrangente de estruturas “adultos” e práticas. Cultura de consumo infantil tem crescido de forma expressiva, em detrimento aos desejos de consumo das crianças, que se tornou a sua expressão comum. Crianças, neste ponto de vista, estão incluídas na cultura do consumo, em vez de ter e consumir o que é imposto a elas (COOK, 2004). Assim, a infância e consumo estão profundamente relacionados (COOK, 2005).

É dentro desse contexto que em 1959, Oscar Lewis propôs pela primeira vez sua controversa “cultura da pobreza”. Na realidade, o termo se refere a uma subcultura de pessoas que vivem em situação de pobreza que respondem à sua falta de abundância material com um conjunto distinto de crenças negativas, atitudes e comportamentos. Sendo resultado da desigualdade, alienação, perda de autoestima, e problemas de saúde mental e física que elas devem suportar (HILL, 2002a). Para as famílias de baixa renda, a incapacidade dos recursos dá origem a um conjunto de comportamentos e resultados com determinadas origens e implicações para a vida das crianças (PUGH, 2004). Essa incapacidade refere-se tanto a compra de produtos como a não os comprar (RUCKENSTEIN, 2010).

Hill (2002a) afirma que a cultura da pobreza representa um esforço para lidar com sentimentos de desesperança e desespero, resultando em soluções para problemas que não foram cumpridos pelas instituições e agências já existentes. Eles conduzem seus sentimentos para desenvolver mecanismos que lhes permitem superar limitações materiais. Acredita-se que até mesmo as dívidas excessivas por parte da população empobrecida são resultado das consequências de suas ações, que buscam maximizar abundância material.

Como foi abordada por Hill e Stephens (1997) a pobreza ocasiona implicações emocionais negativas no comportamento do consumidor. Em relação à gravidade destas consequências emocionais negativas, os consumidores empobrecidos geralmente empregam uma variedade de estratégias de enfrentamento, a fim de sobreviver. Alguns desses métodos são de natureza psicológica, esses consumidores tentam alterar seu estado emocional, reorientando suas mentes em circunstâncias materiais mais agradáveis ou fantasias de melhores oportunidades de consumo no futuro. É claro que a cultura da pobreza, muitas vezes não tem os bens e serviços necessários para criar uma mudança permanente, portanto, eles podem buscar recursos por meio da generosidade de outras pessoas em situação financeira mais favorável (HILL, 2002a).

A pobreza e a privação podem conduzir diferenças significativas nos perfis cognitivos e motivacionais dos pobres. Na medida em que a cultura difere regionalmente, mesmo para os pobres do mundo, pode haver significativa heterogeneidade dentro do grupo que será refletido em suas orientações de consumo. Assim, grupos de associação influenciam o comportamento do indivíduo através de efeitos de que reforçam comportamentos em contextos sociais via efeitos negativos. Esses grupos podem fornecer reconstruções e interpretações de situações de pobreza. Além disso, eles muitas vezes atribuir sentido e justificação com consumidores que compartilham a pobreza (CHAKRAVARTI, 2006).

2.2. POBREZA

Os pobres são pessoas, famílias e grupos de pessoas que por terem recursos são limitados são excluídos do modo de vida minimamente aceitável nos países em que vivem, esses recursos podem ser material, cultural ou social (HUSTON, 2011). A pobreza denota a incapacidade de um indivíduo ou uma família para adquirir recursos suficientes para satisfazer as necessidades básicas (FIELD, 1994). Nessa perspectiva, Rocha (2003, p. 9), trata a pobreza como “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Assim, observa-se que estudiosos parecem medir e definir a pobreza a partir da renda ou pela falta da mesma, que impõe às famílias um alto risco de privações de consumo para a satisfação de suas necessidades. Com isso, fala-se em linha de pobreza, que indica os níveis de renda, assim como os indicadores de bem-estar físico. E que são estabelecidas considerando a estimativa dos custos efetivos das

necessidades básicas dos indivíduos, considerando ainda, as diferenças no custo de vida de acordo com as regiões metropolitanas.

O Banco Mundial afirma que uma pessoa pode ser considerada pobre se seu nível de renda ou seu consumo não é suficiente para suas necessidades básicas, esse nível é denominado linha de pobreza (KOTLER; LEE, 2009). A linha de pobreza é um valor real constante, abaixo do qual as pessoas são ditas a ser pobres, sendo definido pelos padrões de um determinado país e em um estágio de seu desenvolvimento econômico. Uma vez determinado quem é pobre e quem não, a extensão da pobreza em um país pode, então, ser aferido por variáveis, tais como o número de pessoas que são pobres e a extensão da sua carência de recursos (FIELD, 1994). Abaixo da linha de pobreza, está uma população carente, em muitos casos de alimentação e muitos são associados à linha de indigência ou à pobreza extrema (ROCHA, 2005). Esse grupo de indivíduos ou famílias abaixo desta linha constitui o principal alvo das políticas redistributivas (TOLOSA, 1978).

Assim, a linha de pobreza pode ser utilizada como parâmetro para a comparação da pobreza. Como as necessidades básicas variam ao longo do tempo e do lugar, cada país usa uma linha que é adequada a seu nível de desenvolvimento, normas sociais e valores (KOTLER; LEE, 2009). Embora que para Field (1994) o ideal seria uma medida que captasse diretamente o nível de privação material das famílias.

Por ser, a pobreza um fenômeno complexo que pode ter significados distintos para diferentes pessoas, Rocha (1992, p. 1) advoga que:

Embora a inserção social inadequada e, também, a sensação de impotência e a dependência psicológica estejam fortemente associadas à pobreza, a maneira mais direta de estabelecer quem é pobre em uma determinada sociedade é definir uma lista de bens e serviços básicos necessários à sobrevivência digna naquela sociedade e associar um valor monetário a eles.

Para Rocha (1992), um conceito relevante depende basicamente do padrão de vida e do modo com que várias necessidades do ser humano são atendidas em uma determinada sociedade, pois a linha de pobreza em função do rendimento pode ser vista como focada totalmente no elemento “recursos” para a definição de pobreza (LAYTE, 2000). Em estudo realizado no Brasil, Tolosa (1978) discute o problema da pobreza em relação ao emprego e desigualdades e destaca que a pobreza deve ser definida e medida tendo em conta não apenas a sua dimensão puramente econômica, mas também seus aspectos sociais, culturais e biológicos.

A pobreza é normalmente definida pela renda atual da família em comparação com um padrão absoluto projetado para representar a quantidade necessária para um nível minimamente

adequado de vida ou aos rendimentos medianos de pessoas no mesmo país (MAYER; JENCKS, 1989). Nesse sentido, o Banco Mundial descreve e distingue três níveis de pobreza: pobreza extrema, pobreza moderada e pobreza relativa.

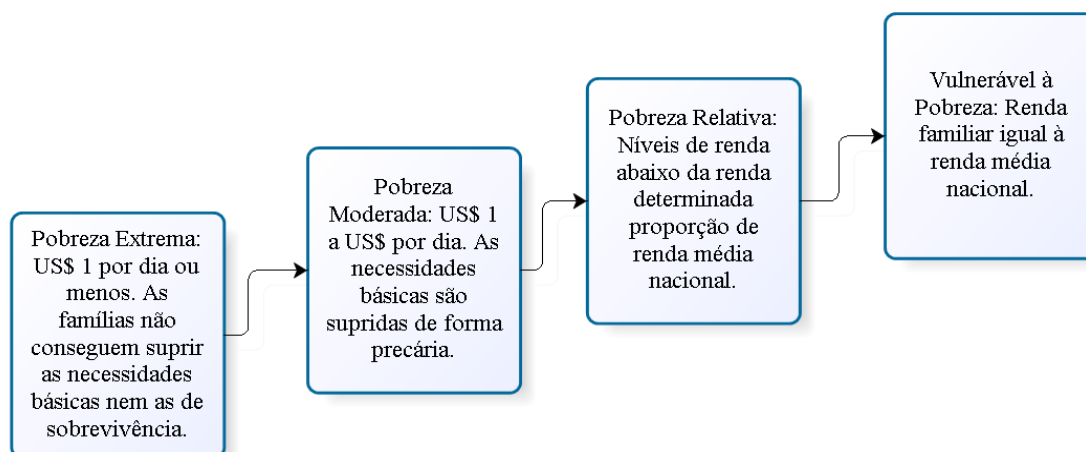
Na **pobreza extrema** as pessoas vivem com menos de US \$ 1,25 por dia. Segundo o Banco Mundial esse estado é moralmente inaceitável à luz dos recursos e tecnologia atualmente disponíveis. Na pobreza extrema as famílias não conseguem suprir as necessidades básicas, não têm acesso a cuidados de saúde, saneamento e não tem condições de proporcionar a educação de alguns ou de todos os membros da família e em muitos casos não dispõem de moradia (KOTLER; LEE, 2009).

Na **pobreza moderada**, segundo o Banco Mundial as pessoas ganham entre US\$ 1,25 e US\$ 2 por dia. Para suprir suas necessidades básicas, muitas pessoas acabam não tendo cuidados com a saúde e educação e com o menor infortúnio como por exemplo, a perda de emprego ou inflação pode fazê-los cair no nível de pobreza extrema (KOTLER; LEE, 2009).

Na **pobreza relativa**, segundo Kotler e Lee (2009), as famílias têm um nível de renda abaixo da proporção da renda nacional, o que reflete a distribuição de renda em cada país, em países de alta renda, onde os relativamente pobres não têm acesso à educação de qualidade, a recreação, diversão e acesso a cuidados de saúde e educação de qualidade. Segundo os autores citados, não existem estimativas globais em relação aos pobres relativos. Nesse sentido, Mayer e Sullivan (2012) discutem que as medidas de pobreza relativa fornecem outra maneira de caracterizar a extensão da privação em uma população, assim, o tipo mais comum de definir as medidas de pobreza são os limites de uma determinada percentagem de renda ou consumo mediano.

E ainda, um quarto grupo, denominado por Kotler e Lee (2009) como os **vulneráveis à pobreza**. Para os autores nesse segmento, as famílias já foram pobres, mas atualmente possuem renda igual à média da renda nacional. Nesse grupo as pessoas estão fora da pobreza, mas ainda vulneráveis a retornar.

Frente ao exposto, Kotler e Lee (2009) apresentam um quadro da discussão da segmentação referente à pobreza aos quatro grupos: pobreza extrema, moderada, relativa e vulnerável à pobreza.

FIGURA 2-Segmentação da pobreza por renda.

FONTE: Adaptado de Kotler e Lee (2000).

Embora a pobreza de renda esteja correlacionada com dificuldades materiais, por exemplo, insuficiência de alimentos, moradia inadequada, falta de acesso a cuidados médicos (MAYER; JENCKS, 1989), também está relacionada com o abandono da escola, com o baixo nível de escolaridade, gravidez na adolescência ou gravidez não planejada, má saúde física e mental, comportamento delinquente, trabalho infantil ou na adolescência e início da vida sexual precoce (GUO; HARRIS, 2000).

As causas da pobreza estão relacionadas a algumas categorias principais como: saúde, ambiente, economia, infraestrutura, educação, fatores sociais e planejamento familiar. Dentre os exemplos, podem ser citados: a falta de infraestrutura e serviços básicos, dificuldade de acesso à educação e falta de planejamento familiar (KOTLER; LEE, 2009). Os fatores responsáveis pela falta de crescimento econômico são também, em grande parte, responsáveis pelo crescimento da pobreza extrema. É claro que é possível tomar medidas para aliviar as condições de pobreza, mesmo na ausência de crescimento econômico. Entretanto, em situação de crise, as restrições são muito maiores do que em um período de crescimento econômico (HOFFMANN, 1995a).

Estratégias de redução da pobreza são apresentadas por Kotler e Lee (2009) onde as pessoas em pobreza extrema seriam levadas a pobreza moderada, em seguida a relativa e por último para fora da pobreza, mas ainda vulnerável a pobreza. Isso, ocasionada em detrimentos de soluções propostas para a redução da pobreza incluem os programas de assistência social, como por exemplo, o programa de serviço social implantado nos Estados Unidos que incluem vales-alimentação, bolsas de estudo e serviços de saúde para os que não dispõem de assistência

medica (KOTLER; LEE, 2009). No Brasil, o programa Bolsa Família paga um dinheiro às famílias pobres, desde que as crianças frequentem a escola e participem de programas de vacinação do governo, esse programa aumentou a frequência nas escolas e um maior número de vacinação. Para a redução da pobreza são lançadas estratégias que englobam, por exemplo, o crescimento econômico, redistribuição de renda e planejamento da população.

Mesmo com esses benefícios a pobreza em seus vários segmentos continua a existir, Kotler e Lee (2009) abordam várias explicações que justificam essa persistência e argumentam que sempre haverá pessoas com pouca inteligência, fraqueza, saúde ruim ou vícios; falta de planejamento e rompimento familiar; fracasso das instituições sociais em proporcionar boa educação e boa moradia; a discriminação de classe, raça e etnia que limita as oportunidades disponíveis a determinados grupos; catástrofes naturais (por exemplo: terremotos e furacões) e de guerras; superconcentração da riqueza; governança fraca e corrupção que retarda o crescimento econômico e desenvolvimento ocasionando uma vida de pobreza. Mais ainda, a incapacidade da economia de gerar um número suficiente de bons salários diante da mudança das habilidades necessárias e da desindustrialização.

Na seção seguinte, busca-se apresentar brevemente o quadro da pobreza no Brasil, assim como as transformações vivenciadas em nosso país.

2.2.1 Pobreza no Brasil

Para uma análise a pobreza no Brasil, é importante lembrar algumas informações sobre o que ocorreu em nosso País desde a década de 70. Durante esse período ocorreu um progresso substancial na redução da pobreza e melhorias nos padrões de vida, além disso, houve redução na desigualdade de renda entre regiões e entre setores (DENSLOW JR; TYLER, 1984). Nessa época, o crescimento econômico foi mais significativo, com o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*² aumentando 81%, em relação a década de 60, e o crescimento da desigualdade foi menor do que a década anterior, com isso ocorreu uma redução na pobreza (HOFFMANN, 1995).

No Brasil, a década de 80, caracterizada como a “década perdida” em relação ao crescimento econômico (HOFFMANN, 1995) testemunhou taxas de crescimento de renda

² De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o PIB *per capita* é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país. A renda familiar *per capita* corresponde ao resultado da divisão da soma da renda de todas as fontes de todas as pessoas da família pelo respectivo número total de pessoas. Considera-se, de forma igualitária qualquer membro da família, independentemente de necessidades específicas, como: idade, atividade e outros fatores (ROCHA, 1992).

muito inferiores aos dos anos 1970. O efeito sobre a pobreza desta estagnação era especialmente preocupante, tendo em conta a generalização de que a desigualdade no Brasil também se agravou na década de 1980. Nessa mesma década, vivenciaram-se sinais de regresso nas taxas de crescimento mais elevadas que na década de 1970 (DATT; RAVALLION, 1992).

No estudo de Datt e Ravallion (1992), que analisa dados sobre a distribuição da renda no Brasil no período 1981 a 1988 (considerando o rendimento familiar *per capita*), evidencia-se que tanto no período de 1981 a 1983, quando ocorreu um considerável aumento no grau de pobreza, como no período de 1983 a 1985, quando houve um processo de recuperação econômica, as mudanças nas medidas de pobreza extrema se devem, predominantemente, às alterações no rendimento médio. Os autores não analisam os dados referentes a 1986. Comparando os anos de 1981 e 1988, verifica-se que houve um aumento no grau de pobreza decorrente do predomínio do efeito do aumento da desigualdade sobre o efeito (negativo) do aumento do rendimento médio.

Depois de uma década de crescimento acelerado (década de 70), a pobreza no Brasil em 1980 ainda era marcadamente rural e nordestina. A população rural correspondia a um terço da população brasileira, onde 42% dos pobres brasileiros viviam em área rural. O Nordeste correspondia 29% da população, ou seja, 49% dos pobres brasileiros (ROCHA, 2013). Essa disparidade econômica entre o Nordeste e as demais regiões do Brasil pode ser decorrente da perda da exportação da cana de açúcar e de fatores ambientais, como a seca (THOMAS, 1987). A pobreza em cidades médias e regiões metropolitanas do Brasil estão relacionadas a diversos fatores, tais como a migrações internas, bem como a estrutura produtiva da cidade e da sua posição funcional no sistema urbano (TOLOSA, 1978).

Já na década de 90, frente ao empobrecimento das metrópoles, a proporção de pobres nas cidades passa de 29% em 1981, para 32% em 1993. Este período marca assim o fim da pobreza rural como sendo a pobreza no Brasil. A participação da pobreza rural na pobreza brasileira continuou a diminuir ao longo do período, passando de 35% em 1981 para 24% em 1993. Isto em decorrência da diminuição da população rural, como também da queda mais rápida da proporção de pobres nas áreas rurais, o que já reflete os efeitos do processo de modernização agrícola (ROCHA, 2013). E também o deslocamento de famílias que residem em área rural para áreas urbanas.

Para Rocha (2013), as desigualdades regionais também foram afetadas da mesma forma, ou seja, tiveram melhor desempenho em relação à pobreza as áreas menos desenvolvidas. Em decorrência, o número de pobres nordestinos no total de pobres brasileiros declina de 49% em 1981 para 43% em 1993. Em contrapartida, aumenta a participação dos pobres residentes no

Sudeste de 30% para 36%. Um fator que contribuiu para essa diminuição da pobreza no Nordeste se dá pelo fato da migração interna, ou seja, do deslocamento de pessoas da região nordeste para a região sudeste do país. Ainda na década de 90, a renda continuou a se concentrar na camada mais alta, assim como as classes mais pobres foram mais afetadas pelo desemprego.

Em seguida com a implantação do plano de estabilização, o Plano Real, que proporcionou efeitos positivos relacionados à inflação, transformando a vida de todos os brasileiros, também causou a redução dos resultados negativos dos indicadores de pobreza. A redução da pobreza associada ao controle da inflação já tinha ocorrido após o Plano Cruzado, segundo Rocha (2013). A autora observa ainda as mudanças ocasionadas pelo Plano Real, mais de um ano após sua implantação ao relatar que os “efeitos da estabilização de preços sobre a pobreza em setembro de 1995 se mostravam acentuados em relação à última referência disponível a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD): a proporção de pobres se situava em 20,6%, mostrando uma queda abrupta em relação à taxa de 30,3% verificada antes da estabilização, em setembro de 1993” (ROCHA, 2013, p. 10).

Além das perdas inflacionárias, Rocha (2013) cita ainda três razões básicas para que a estabilização tenha reduzido a pobreza: (1) o preço favorável dos alimentos, que sobrecarregam relativamente mais na cesta de consumo dos pobres; (2) o aumento do rendimento no setor de serviços, principalmente dos rendimentos de menor valor, pois os pobres se concentram no setor de serviços pouco especializados, foram beneficiados pela ilusão inflacionária; e (3) o câmbio sobrevalorizado e o uso de importações para controle de preços beneficiavam indiretamente os rendimentos no setor de serviços.

Anos seguintes, na década de 2000, analisando-se a renda da população, foi um período caracterizado por três fatores básicos: (1) o comportamento do mercado de trabalho; (2) a política de valorização do salário mínimo e; (3) a expansão das transferências de renda assistenciais. Esses fatores contribuíram para o aumento da renda familiar brasileira e beneficiou os mais pobres. Consequentemente, entre os anos de 2003 e 2011, a proporção de pobres diminuiu praticamente à metade, de 22,6% para 10,1%. Esta diminuição da pobreza resulta do aumento sustentado da renda, potencializado pela redução da desigualdade. E ainda, estes fatores atuaram de forma constante ao longo do período, de modo que, ocorreu uma redução sustentada da pobreza, que se mantém como sugerem as evidências empíricas conjunturais relativas ao ano de 2012 (ROCHA, 2013).

Os dados mais recentes encontrados foram de pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que aponta 5,29% de pessoas em extrema pobreza no Brasil, no ano de 2012, porém no ano seguinte esse número volta a crescer. Quanto aos outros

níveis de pobreza, o instituto aponta que 15,93% da população ainda viviam abaixo da linha da pobreza, no ano de 2012, mostrando uma queda considerável em relação ao ano anterior onde esse número era de 18,42% da população (IPEA, 2013). A linha de pobreza é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Pnad/IBGE, 2013).

Esses indicadores não são o suficiente na busca por se estudar e conhecer a pobreza, pois não basta saber apenas quantos pobres um país possui, mais do que isto, é necessário estudar aspectos sociais, culturais, biológicos e materiais (TOLOSA, 1978, HUSTON, 2011) e entender as privações de consumo (FIELD, 1994) que afetam pessoas e famílias empobrecidas. Nesse âmbito, o presente estudo aborda dentre seus objetivos analisar as privações de consumo sofridas por crianças que junto com suas famílias vivenciam um contexto de pobreza.

Em seguida, analiso o tema famílias e a criança em condição de pobreza.

2.2.2 Família e pobreza

Assim como, uma entidade jurídica e social entende-se por família, um grupo formado por pais e seus descendentes que, ao longo do tempo, foi marcada por diversas transformações, modificando-se ou reestruturando-se. Na contemporaneidade, tais mudanças remetem a um padrão mutável, com novos modelos de famílias diferentes dos padrões historicamente consagrados (famílias patriarcais). Nesse estudo, o universo familiar apresenta-se como um condutor na investigação das privações de consumo ocorridas em seu núcleo, mais especificamente, o consumo de crianças no contexto de famílias em pobreza relativa.

Como já definido anteriormente, na pobreza relativa as famílias têm um nível de renda abaixo da proporção da renda nacional (KOTLER; LEE, 2009). Esse segmento da pobreza caracteriza-se por diversas privações e limitações de consumo ocasionado pela renda familiar. Nessas famílias o consumo aparece mais desfavorável em relação às famílias não pobres, eles têm um consumo muito menor e são poucos propensos a adquirir bens e serviços, como por exemplo, um carro ou plano de saúde (MAYER; SULLIVAN, 2012).

Vários autores desenvolveram estudos com a finalidade de compreender os efeitos da pobreza na vida e bem-estar de crianças e suas famílias (HUSTON, 2011, BEISER *et al.* 2002, MAYER; SULLIVAN, 2012, GUNN; DUNCAN, 1997, 2000). No entanto, Guo e Harris

(2000) argumentam que pouco se sabe sobre como a pobreza afeta o bem-estar das crianças. Em teoria, este efeito funciona por meio de um processo de mediação, em que a pobreza ou falta de renda afeta alguns fatores mediadores e esses fatores, por sua vez, afetam os resultados da criança.

Tendo por base este enquadramento, Guo e Harris (2000) refletem sobre dois pontos cruciais para explicar esse processo de mediação. O primeiro, relacionado ao capital financeiro, nota-se que as famílias que têm menos recursos materiais, e as crianças que crescem com menos recursos tendem a não ter uma educação de qualidade. Embora esse ponto ofereça uma explicação razoável para os efeitos da pobreza sobre o bem-estar das crianças, para os autores é vagamente especificado. O segundo, relativo à socialização parental, entende-se que além de dominar os recursos materiais da família, a pobreza pode afetar as maneiras pelas quais os pais monitoram seus filhos e respondem às suas necessidades, em particular. Os autores argumentam que os pais de famílias empobrecidas têm menos autoridade na educação das crianças em decorrência de alguns fatores afetados pela renda no ambiente familiar.

No estudo de Duncan e Gunn (2000), são destacados vários possíveis caminhos por meio dos quais a renda familiar pode influenciar a criança. A **primeira** via aborda que o relacionamento entre pais e filhos, a qualidade do ambiente da casa de uma criança, a condição física da casa, e oportunidades para a aprendizagem são influenciados pela renda familiar e sobre os resultados das crianças. A **segunda** via, envolvem a qualidade do atendimento que as crianças recebem fora de casa e a assistência adequada no estágio pré-escolar, fatores associados com o melhor desempenho da capacidade de raciocínio e habilidades verbais. A assistência escolar nesse período também pode reduzir problemas de comportamento e aumentar a persistência e entusiasmo para aprender, apesar de que relativamente poucos programas de primeira infância têm avaliado estes resultados (DUNCAN; GUNN, 2000). O **terceiro** caminho possível é por meio da pressão econômica da família que levam pais e filhos a conflitos que por sua vez é ocasionado pela redução da saúde emocional, assim como as dificuldades em ter relações sociais. A **quarta** via possível envolve a saúde de pais e filhos. Os pais pobres tendem a serem menos saudáveis, emocionalmente e fisicamente, do que pais de famílias não pobres, por causa da falta de acesso a saúde de qualidade. Por isso, a má saúde mental dos pais está associada com a menor aprendizagem da criança no ambiente familiar. A **quinta** via está relacionada aos bairros em que residem as famílias pobres, pois há evidência que bairros pobres afetem o desenvolvimento da criança, independente da pobreza família. A baixa renda leva famílias a residir em bairros extremamente pobres caracterizados pela desorganização social com poucos recursos para o desenvolvimento da criança. Em seguida, o

Quadro 3 expõe as consequências da pobreza a partir dos estudos realizados por alguns dos autores que contribuíram para o embasamento teórico dessa pesquisa.

QUADRO 3- Consequências da pobreza.

Autores	Amostra	País	Consequências da Pobreza
Gunn e Duncan (1997)	Crianças (os autores não especificam a idade)	Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas emocionais e do comportamento (ansiedade, isolamento social e depressão); - Baixo rendimento da criança (influenciado pela alimentação inadequada); - Menores experiências de aprendizado; - Violência familiar e criminalidade; - Abandono escolar; - Gravidez na adolescência; - Atraso no desenvolvimento cognitivo; - Dificuldade de aprendizado.
Guo e Harris (2000)	Pessoas com idade entre 14 e 21 anos	Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de educação de qualidade; - Falta de autoridade dos pais; - Conflitos familiares; - Dificuldades de socialização; - Baixo desenvolvimento cognitivo; - Criminalidade; - Baixo nível de escolaridade e aprendizagem; - Excesso de álcool; - Uso de drogas ilegais; - Desemprego; - Discriminação racial e étnica; - Problemas de saúde (redução da saúde emocional e física).
Beiser <i>et al.</i> (2002)	Crianças entre 4 e 11	Canadá	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo desenvolvimento intelectual; - Conflitos e agressões familiares; - Transtorno emocional e depressão; - Problemas comportamentais; - Famílias persistentemente empobrecidas; - Estresse financeiro; - Desagregação familiar; - Desvantagem social.
Gunn e Duncan (2002)	Crianças (os autores não especificam a idade)	Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono escolar; - Baixo nível de escolaridade; - Desemprego; - Vulnerabilidade; - Dificuldade de aprendizagem; - Ruptura familiar; - Persistência da pobreza; - Conflitos familiares; - Desenvolvimento emocional, social e cognitivo menos satisfatório.
Huston (2011)	Crianças (os autores não especificam a idade)	Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto negativo no crescimento intelectual; - Exclusão social; - Baixo desenvolvimento; - Efeitos duradouros da pobreza; - Sofrimento psicológico.

FONTE: Elaboração própria (2015).

Segundo Guo e Harris (2000), as famílias empobrecidas vivem em casas menos confortáveis do que as famílias com renda média, seus lares são mais tendentes a serem danificados e estarem localizadas em áreas de criminalidade ou de abandono, que por sua vez, o ambiente físico das casas reflete a qualidade e segurança da habitação em que vivem. Ou seja, a renda familiar pode influenciar substancialmente tanto o bem-estar de crianças, como dos demais membros da família (GUNN; DUNCAN, 1997).

Crianças em situação de pobreza quando não estão em ambiente escolar, ficam em casa enquanto seus pais saem para trabalhar e estes, não dispõem de recursos suficientes para que seus filhos realizem atividades extracurriculares. A vida de crianças em famílias pobres é mais informalmente organizada, pois elas vivem em um ritmo mais relaxado, em comparação ao ritmo frenético de outras crianças de famílias que dispõem de recursos para mantê-los em atividades, como: aula de música, esportes e artes, teatro, dentre outras, conforme estudo realizado por Lareau (2000).

Nessa perspectiva, Gunn e Duncan (1997) argumentam que um ambiente de vida seguro e confortável é condizente com a boa aprendizagem da criança. Isso ocorre, por que muitos elementos de estimulação cognitiva podem ser comprados. Por exemplo, a renda familiar pode influenciar a qualidade da educação dos membros da família, assim, como pode ter um impacto ainda maior no número de viagens que uma família pode realizar que também servem a um propósito de recreação (GUO; HARRIS, 2000).

As crianças pobres sofrem de problemas emocionais e de comportamento com mais frequência do que as crianças não pobres, tais como ansiedade, isolamento social e depressão. Estudos como o de Gunn e Duncan (1997) demonstram que problemas emocionais podem estar associados com a pobreza da família. No entanto, os efeitos emocionais na pobreza são tão grandes quanto os encontrados em resultados cognitivos, uma vez que os resultados do estudo dos autores mostram que a renda familiar parece estar fortemente relacionada com a capacidade e realização de consumo das crianças, como aos relacionado aos aspectos emocionais.

Esse pensamento é condizente com outro estudo de Duncan e Gunn (2000) quando os autores argumentam que a pobreza também parece contribuir com os resultados cognitivos de crianças. Quando vivem em um contexto de pobreza, crianças têm aprendizagem substancialmente mais baixa do que a das crianças que vivem em famílias não pobres. Além de que a situação de pobreza pode ocasionar impacto negativo sobre a formação do ensino e os anos de escolaridade (GUNN; DUNCAN, 1997).

Os ambientes vividos por crianças em situação de pobreza têm impactos sobre o crescimento intelectual desde o progresso inicial de desenvolvimento. Os primeiros anos são um “período sensível” para as influências ambientais, ou seja, experiências nesses anos têm efeitos particularmente fortes e duradouros, pois a pobreza familiar durante os primeiros cinco anos de vida é mais deletéria para o desenvolvimento intelectual do que é a pobreza mais tarde na infância ou adolescência (HUSTON, 2011).

Na visão de Gunn e Duncan (1997), a pobreza influencia o rendimento das crianças em função de uma alimentação inadequada, de menos experiências de aprendizado, de instabilidade de residência, de baixa qualidade das escolas, de violência familiar, e do contexto onde suas casas estão localizadas, muitas delas em ambiente de criminalidade. Pais de famílias pobres são limitados na sua escolha de bairros onde querem morar, e consequentemente nas escolas que seus filhos passam a frequentar (GUNN; DUNCAN, 1997). Isso ocorre porque essas crianças frequentam escolas próximas as suas casas.

Os pais em situação de pobreza tendem a um estilo de vida pouco saudável caracterizado pelo tabagismo, excesso de álcool e em muitos casos, no uso de drogas ilegais afetando a capacidade de cuidar das crianças da família. E ainda, são assolados pelo desemprego, discriminação racial e étnica, e problemas de saúde, por terem que lidar diariamente com esses múltiplos problemas acaba existindo maiores tensões psicológicas entre pais de baixa renda do que entre pais de família com alta renda (GUO; HARRIS, 2000). A família que é tida como referência de segurança e criação de valor que orienta sua vida e suas ações proporciona à criança a vivência em um contexto familiar pesaroso, marcado por constantes atritos entre seus pais ou responsáveis.

Como a pobreza põe em risco o bem-estar dos pais, consequentemente o bem-estar das crianças também é comprometido (BEISER *et al.* 2002). As crianças nascidas em famílias pobres estão em desvantagem por terem pais com baixos níveis de qualidades necessárias para aquisição de renda, e os filhos, por sua vez têm relativamente pobres habilidades intelectuais e sociais, como resultado de ambas as influências, genéticas e ambientais (HUSTON, 2011). Diante do exposto, observa-se que as crianças sofrem os reflexos da vida dos pais nas suas, essa afirmativa pode justificar os motivos de que em muitos casos, as famílias perduram por um estado de pobreza em outras gerações. Como exposto por Hill e Stephens (1997), evidências sugerem que os filhos de pais pobres têm uma alta probabilidade de permanecerem pobres. Nesse sentido é importante ressaltar que não só as crianças parecem ser vulneráveis às consequências da pobreza, mas seus pais também (DUNCAN; GUNN, 2000).

A privação de rendimento é a condição de não ter renda suficiente para atender às necessidades básicas de alimentação, vestuário e abrigo. Isso ocorre devido às crianças serem dependentes de outras pessoas, eles entram na pobreza, por força das circunstâncias econômicas da sua família. As crianças não podem alterar as condições da família, pelo menos até a idade adulta (GUNN; DUNCAN, 1997).

Mesmo não tendo condições de ter uma educação de qualidade essas famílias têm acesso à educação, porém não conseguem acesso à cultura, lazer, recreação e divertimentos (KOTLER; LEE, 2009). As crianças que vivem em situação de pobreza relativa têm um menor nível de escolaridade que crianças fora no nível de pobreza e, ainda, um pior desenvolvimento social e emocional (GUO; HARRIS, 2000). Isso ocorre por que essas crianças acabam não tendo acesso a pré-requisitos importantes para a ascensão social e podem ter a socialização negativamente comprometida.

As dificuldades econômicas diminuem a capacidade dos pais para interagir e socializar com as crianças de maneiras benéficas ao seu bem-estar. Por exemplo, há evidência que a pobreza, a perda de renda e desemprego reduzem a capacidade de resposta dos pais, em relação aos desejos de consumo dos filhos (GUO; HARRIS, 2000). Os pais são pressionados pelos filhos a adquirirem produtos que estão além das necessidades básicas de alimentação e moradia, mas que envolvem sacrifícios em realizar a compra de um bem com valor monetário que esteja incompatível com a renda familiar. Os aspectos relacionados às privações de consumo são abordados na seção seguinte.

2.2.3 Privação de consumo

A pobreza advém da desvantagem, fundamentada na aplicação de um conjunto de indicadores, tais como falta de renda, dificuldade ao acesso à saúde de qualidade, educação e habitação, bem como a importância do meio local que afetam o bem-estar das pessoas. Assim, um estado de privação em que as pessoas não dispõem de oportunidades para trabalhar, para viver uma vida saudável e segura, de aprender e de viver uma aposentadoria segura são indicadores de desvantagem (ULLAH; SHAH, 2014).

Nessa perspectiva, a pobreza é constituída por uma falta de recursos (um dos principais indícios é a exclusão de um modo de vida mínima). Outro ponto de vista considera a pobreza como exclusão social (uma das causas principais é a falta de recursos) (BERTHOUD; BRYAN, 2011). A pobreza pode ser vista como um estado de privação que é caracterizado tanto por um

baixo nível de consumo, como baixo nível de renda (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006).

A privação é compreendida como a exclusão da vida em sociedade, devido à falta de recursos (BOROOAH, 2007). Um aspecto essencial é que a privação deve ser entendida em relação ao estilo na sociedade a que o indivíduo pertence, isto é, a privação, e também a pobreza, são relacionadas (HALLEROD, 2006). Privação é definida por Saunders, Naidoo e Griffiths (2008) como uma falta forçada de satisfação das necessidades socialmente percebidas é uma forma de identificar quem está perdendo o que a comunidade considera ser necessário (ou essencial) à vida.

A conceituação de privação pode acomodar consequências experienciais de pobreza de consumo (por exemplo, dor de fome), consequências indiretas, como a perda de oportunidades (por exemplo, impossibilidade de viajar para um local de trabalho por causa da desnutrição) e a culpa social e vergonha que, poderia afetar outros aspectos orientados para o consumo de família e vida individual (BLOCKER *et al.* 2013). O conceito de privação tem sido utilizado principalmente para identificar quem está em situação de pobreza, assim como para identificar melhor aspectos relacionados à pobreza (SAUNDERS; NAIDOO; GRIFFITHS, 2008).

Os pobres são pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (material, cultural e social) são tão limitados que os excluem do modo de vida minimamente aceitável (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006, HUSTON, 2011). Os indivíduos, famílias e grupos dessa população podem ser considerados em situação de pobreza quando são privados de recursos para obter uma alimentação adequada, participar das atividades e ter condições de vida e conforto, ou pelo menos em concordância com a sociedade a que pertencem (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006).

No entanto, a privação sugere que os consumidores pobres, cujas necessidades e desejos são em grande parte não atendidas, enfrentam ainda maior descontentamento que se manifesta quando veem discrepâncias injustas entre suas situações materiais e de outros mais ricos (HILL; MARTIN, 2012). A privação está associada a experiências vividas de consumidores pobres, como: os riscos, os sacrifícios, as forças econômicas, sociais, políticas e culturais que são, muitas vezes, em desacordo com a possibilidade de viver uma vida de dignidade (BLOCKER *et al.* 2013). Em muitos casos, eles não têm vestuário, habitação, trabalho, educação e condições sociais, atividades e instalações que são usuais, ou pelo menos aprovados, as sociedades a que pertencem (HICK, 2012).

Consumidores empobrecidos são desfavorecidos e marginalizados em muitos níveis, pois sofrem restrições, incluindo privação financeira, problemas de saúde e falta de acesso aos

recursos necessários a uma vida digna. E ainda, desigualdades estruturais ligadas a fatores institucionais que sustentam a marginalização de grupos desfavorecidos. Estas desigualdades muitas vezes contribuem para a perpetuação de várias desvantagens, tais como a falta de emprego, saúde inadequada, falta de habitação a preços acessíveis, e política de desenvolvimento (SAATCIOGLU; CORUS, 2014). De forma precisa, os itens de privação são ponderados de acordo com a importância atribuída pela população (CRETIAZ; SUTER, 2013).

Pessoas pobres enfrentam diversos fatores que moldam a qualidade de suas vidas, incluindo privação física (a fome, a saúde deficiente), de exclusão (relacionamentos), marginalização, ansiedade e medos sobre o futuro (BLOCKER *et al.* 2013). Elas sofrem com altos níveis de desemprego, bairros decadentes, e a falta de bens e serviços a preços acessíveis, que exacerbam os principais males sociais, tais como o uso de drogas e criminalidade, além da qualidade inferior dos sistemas educativos (HILL, 2001a).

Alguns dos indicadores de pobreza já estão vinculados ao nível de renda, como alguns itens que proporcionam conforto ao domicílio, como, por exemplo: tamanho, durabilidade dos materiais de construção e disponibilidade de bens duráveis, como refrigerador (ROCHA, 1992). Com isso, quando há carência de renda existe este tipo de privação no âmbito do consumo pessoal, então se compreende que a falta de renda afeta as condições de bem-estar da família. Outros tipos de privações não são, todavia, diretamente relacionados à renda familiar. Melhoramentos, por exemplo, das condições de saneamento básico, água e esgoto, melhores assistências na educação e saúde dependem essencialmente da capacidade financeira e gerencial do setor público.

Huston (2011) pressupõe que a pobreza é mais do que a privação material que reflete situação econômico relativa de uma pessoa com as expectativas e normas do seu ou sua sociedade. O entendimento da pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Ao longo das últimas décadas, a pobreza tem sido cada vez mais vista como multidimensional, abrangendo não só a privação material (ou seja, da renda e do consumo), mas também a privação que se refere à falta de saúde e educação (CHAKRAVARTI, 2006). Essa privação pode ser de natureza extrema, moderada ou relativa (abordadas anteriormente). Dentre as definições de pobreza relativa destaca-se a privação que corresponde a um conjunto de bens considerados comuns naquela sociedade (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Ou seja, é ter menos do que as outras pessoas têm. Com relação aos itens de privação, Cretiaz e Suter (2013) comentam que são ponderados de acordo com a importância atribuída

pela população, que para eles parecem ser necessários. Esses itens podem mudar de acordo com a sociedade (WHELAN; MAITRE, 2012).

De modo geral, na pobreza extrema as privações de consumo são mais precárias, envolvem necessidades indispensáveis para a sobrevivência humana, como saúde, moradia e alimentação. Na pobreza moderada as pessoas têm suas necessidades básicas atendidas, mas são privadas de educação e saúde. Na pobreza relativa às pessoas têm acesso à saúde e educação, porém em muitos casos não são atendidos de forma satisfatória, além disso, as pessoas são restritas de acesso à cultura e lazer, nesse segmento da pobreza as pessoas têm acesso às necessidades básicas à sobrevivência e menos do que é considerado essencial em uma sociedade.

Dado que a pobreza provoca restrições de consumo (BLOCKER *et al.* 2013). Pode-se concluir que a privação é pelo menos em parte, um resultado direto de uma baixa renda (BERTHOUD; BRYAN, 2011). Ou seja, é compreensível que a pobreza é a falta de recursos e que privação é a consequência da pobreza (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006).

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS NA POBREZA

Nesse tópico, analisamos alguns dos estudos empíricos relacionados à pobreza e que contribuíram com os fundamentos teóricos dessa dissertação.

O estudo de Guo e Harris (2000) teve como objetivo entender os processos de mediação através do qual a pobreza afeta o desenvolvimento intelectual da criança. A pesquisa quantitativa desenvolvida nos Estados Unidos teve uma amostra de 12.686 pessoas com idade entre 14 e 21 anos. Segundo aos autores, esse estudo proporciona dois principais resultados. Em primeiro lugar, a influência da pobreza familiar sobre o desenvolvimento intelectual das crianças é por meio de mecanismos, como ambiente físico da casa, nível de estimulação cognitiva, e estilo parental. Em segundo lugar, as análises indicam componentes específicos no ambiente doméstico que são afetados por falta de renda que influencia o desenvolvimento intelectual de crianças.

Lareau (2000) realizou um estudo etnográfico nos Estados Unidos com crianças de 7 a 10 anos de idade, essa pesquisa buscou examinar o papel da classe social na formação da infância, ritmo de vida, e a relação entre pais e filhos. Os resultados mostram que as crianças de classe média gastam tempo em atividades organizadas por adultos, salientando execução pública e desenvolvimento de competências. A vida de crianças de classe social desfavorecida

financeiramente tende a girar em torno de brincadeiras informais e de rua e visitando parentes. Atividades escolares de crianças da classe média, embora formalmente organizadas, foram semelhantes às atividades escolares de crianças empobrecidas.

Adentrando ao contexto infantil, o estudo realizado no Canadá por Beiser *et al.* (2002) examinou os efeitos da pobreza sobre a saúde mental de crianças (idade entre 4 e 11 anos) nascidas no estrangeiro, as crianças canadenses-nascido de pais imigrantes e filhos de pais não-imigrantes. Os resultados mostram que as crianças nascidas no estrangeiro foram mais propensas a viver em famílias pobres, mas que tinham níveis mais baixos de problemas emocionais e comportamentais. O efeito da pobreza sobre a saúde mental das crianças imigrantes foi indireto e mediado principalmente pela depressão parental, e disfunção familiar. Em comparação, o efeito sobre a saúde mental entre as crianças nascidas no estrangeiro não pode ser explicado pelas desvantagens que as famílias pobres muitas vezes sofrem. Os autores concluíram que a pobreza pode representar uma parte transitória e inevitável do processo de reassentamento para as novas famílias de imigrantes.

O estudo de Hill e Martin (2012) contribui para pesquisas relacionadas a pobreza, fornecendo uma nova análise do impacto da pobreza as restrições sobre o bem-estar do consumidor. O objetivo foi proporcionar uma visão mais detalhada e representante do consumo para além das comparações simples entre os gastos alimentares e não alimentares. Assim, foram extraídas categorias de consumo de lazer e recreação, habitação e serviços financeiros. A amostra de 38 países oferece um amplo perfil de nações com várias combinações de restrição extrema e relativa. Em muitos países da amostra, no entanto, as disparidades de experiência em rankings, como os Estados Unidos que classifica baixa a pobreza extrema, mas de alta na desigualdade relativa ou restrição. Os resultados e conclusões demonstram que diferenças nas opções de consumo que resultam em bem-estar também são impactadas pela pobreza extrema e da desigualdade relativa, que modifica a percepção do mercado.

A privação material é um importante determinante das desigualdades de saúde em adultos, mas ainda há debate sobre a extensão da sua importância para o bem-estar dos adolescentes. Nesse sentido Faag *et al.* (2013) investigam o bem-estar psicológico dos adolescentes a partir de uma perspectiva geográfica, investigando a associação entre privação de bairro e autoestima na Grã-Bretanha e Canadá com pessoas em idade entre 11 e 15 anos. Os resultados apresentados oferecer (limitado) apoio à equalização socioeconômica na hipótese de jovens a partir de uma perspectiva geográfica, com referência específica à equalização da relação entre a privação de bairro e da autoestima e saúde psicológica no início da adolescência. A falta de interações com variáveis sociais e econômicas fundamentais sugere

que as descobertas podem ser aplicadas em uma série de circunstâncias familiares e diferentes comunidades na Grã-Bretanha e Canadá.

No estudo de Crettaz e Suter (2013) realizado na Suíça o principal objetivo foi analisar o impacto que a pobreza em termos de renda, tem sobre os indicadores de privação material em vários indicadores de pobreza subjetiva e bem-estar subjetivo. Para os autores o resultado mais importante observado é o fato de que os itens de privação são ponderados de acordo com a importância que a população atribui para eles. Isso parece sugerir que, quando uma grande maioria da população pensa que certos itens são necessários para levar uma vida decente, e quanto maior o número desses itens, maior é a privação material.

O estudo realizado por Saatcioglu e Corus (2014) teve como objetivo examina uma comunidade de baixa renda que compartilha elementos de subsistência. Foi investigada a intersecção de múltiplas categorias de identidade dos pobres (por exemplo, o emprego, o estado de saúde, habitação). Na pesquisa foi realizada entrevistas em profundidade com 24 moradores do parque de caravanas na região Sudeste do US. Os achados da pesquisa apontam que a falta de acesso a cuidados de saúde adequados é uma das desvantagens mais significativas vividas pelos entrevistados. Os resultados destacam que a desigualdade de saúde é ainda evidente dentro da mesma classe social de trabalhadores pobres. E que as desvantagens relacionadas à saúde são perpetuadas por outras desvantagens, tais como privação econômica, a falta de emprego, e tratamento injusto no local de trabalho. A falta de um emprego estável foi indicada como uma consequência do baixo nível de escolaridade e saúde debilitada. A vulnerabilidade foi apontada pelos respondentes como uma consequência da saúde debilitada e privação material.

O estudo desenvolvido por Jaiswal e Gupta (2015) teve como objetivo analisar, identificar e explicar aspectos do comportamento de consumo que evidencia a influência de práticas de marketing sobre o consumo de base da pirâmide (BOP). Essa pesquisa foi realizada na Índia e teve uma abordagem qualitativa, foram entrevistadas 32 mulheres. Os resultados deste estudo refletem o alcance dos comerciantes na Índia, onde as empresas têm penetrado com sucesso nos mercados urbanos e semiurbanos com produtos e programas promocionais. Os resultados do estudo apontam para duas conclusões que se destacam a natureza e a influência do BOP de marketing na formação do comportamento do consumidor BOP. Primeiro BOP marketing desempenha um papel importante em influenciar o comportamento de compra dos pobres. Em segundo lugar, os pobres apresentam um alto nível de suscetibilidade aos programas de marketing na Índia. Os resultados mostram um alto nível de notoriedade da marca e despesas

significativas em produtos fora do consumo básico (ou seja, alimentação, saúde, educação, habitação, etc.).

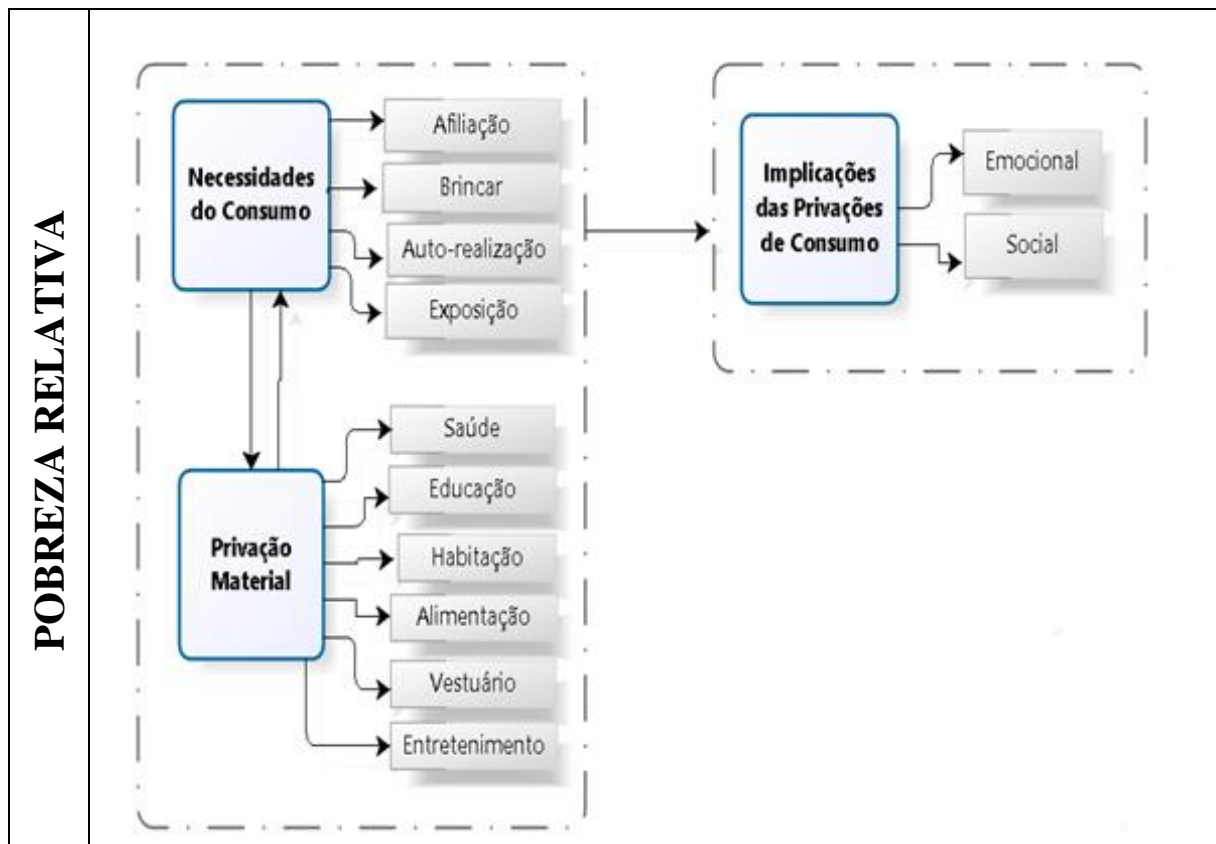
2.4 MODELO CONCEITUAL DA PESQUISA

De acordo com revisão da literatura, a pobreza representa a incapacidade de pessoas ou famílias de adquirir bens e serviços suficientes para atender as necessidades básicas. A pobreza ocorre em três diferentes segmentos: pobreza extrema, pobreza moderada e pobreza relativa. Nesse estudo, o foco foi nas privações do consumo de crianças em pobreza relativa, nível da pobreza em que as pessoas têm suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação atendidas, mas esse atendimento não acontece de forma satisfatória ocasionando privações de consumo de bens e serviços considerados indispensáveis à vida em sociedade, Huston (2011) comenta que esses itens podem variar de acordo com a sociedade o contexto no qual a pessoa está inserida.

As privações de consumo podem ser de recursos material, cultural ou social. A privação material que foi o tipo de privação foco dessa pesquisa denota a insuficiência de recursos, como: habitação, educação e atendimento médico de forma adequada.

A partir da delimitação das dimensões, elaboradas tendo como base a revisão da literatura, observa-se no modelo de pesquisa a relação das dimensões privação de consumo, necessidades de consumo, implicações das privações de consumo e a dimensão que aborda as estratégias de enfrentamento da pobreza que surgiu na fase empírica da pesquisa. Observa-se que a pobreza relativa ocasiona privação material e que ambas proporcionam implicações para a vida de crianças e ainda, que essas necessidades desempenham significado para as mesmas. Com isso, constitui-se o modelo da pesquisa, que abrange essas relações (Figura 3).

FIGURA 3- Modelo da pesquisa.



FONTE: Elaboração própria (2015).

A dimensão “**necessidades do consumo**” aborda a importância do consumo de criança com idade entre 8 e 12 anos, divididas em cinco categorias, a saber: (1) **afiliação** (MCNEAL, 2000, ISAKSEN; ROPER, 2008) relacionada às necessidades que a criança tem de socialização, que pode ser influenciada pelo consumo ou pela falta do mesmo; essa categoria buscou identificar de que forma o consumo influencia a afiliação em grupos; (2) **brincar** (MCNEAL, 2000, RUCKENSTEINS, 2010), vista como a necessidade que a criança tem de brincar; nessa categoria o brincar foi visto como uma maneira de atrair e interagir com amigos e que também pode ser influenciado pelo consumo; (3) **auto realização** (ISAKSEN; ROPER, 2008) relacionadas às atividades de consumo com a finalidade de preencher ou disfarçar aspectos ligados as suas características pessoais; por ser em contexto de pobreza essa categoria teve o propósito de identificar se as crianças realizam consumo com o objetivo de esconder sua condição econômica; e (4) **exposição** (MCNEAL, 2000), ou seja, a forma como a criança é vista por outras pessoas.

A dimensão “**privação material**” reflete a insuficiência de saúde, educação e habitação adequada, e bens e serviços considerados indispensáveis à vida em sociedade (HUSTON, 2011). A partir do conceito de Huston, emergiu as três primeiras categorias dessa dimensão: (1) **saúde**, em que buscou identificar se a criança tem acesso à saúde e se esse atendimento ocorre de forma satisfatória (2) **educação**, que corresponde à assistência que a criança recebe tanto na escola, quanto fora do ambiente escolar; (3) **habitação**, os lares de famílias empobrecidas tendem a ser danificados, localizados em bairros marcados por desordem social e insegurança, assim essa categoria teve o intuito de identificar a qualidade da habitação das crianças entrevistadas.

A quarta categoria dessa dimensão (4) **alimento** tem como base o estudo de McNeal (2000), em que o alimento corresponde a uma necessidade básica da criança. Em contexto de pobreza relativa, a criança tem acesso à alimentação, mas de forma inadequada. A categoria (5) **vestuário** também tem como base o estudo de McNeal (2000), em que o autor cita ser um dos desejos de consumo da criança, assim como se caracteriza como uma necessidade, nessa pesquisa buscamos identificar as privações relacionadas a roupas das crianças.

Sequencialmente, o conceito de Huston, em relação à privação material diz que nesse segmento da pobreza as pessoas sofrem privação de consumo de bens e serviços importantes à vida em sociedade, esse pensamento ainda é condizente com o de Crettaz e Suter, (2013). Porém Whelan e Maitre, (2012) afirmam que esses itens mudam de acordo com a sociedade onde o sujeito está inserido, não foram encontrados pesquisas realizadas no Brasil que estudasse as privações de consumo material na pobreza relativa, como essa pesquisa estudou, as demais categorias que compõem esta dimensão consideram os estudos realizados por Langer (2004) para a categoria (6) **entretenimento**, que está relacionado a produtos destinados ao público infantil, correspondente a itens como jogos e brinquedos, por exemplo, assim como o acesso à recreação e diversão. Essa categoria buscou identificar as privações de consumo que contribuem para que as crianças não compartilhem momentos de descontração e socialização e, ainda, verificar se a criança tem acesso a esse consumo ou se é privado.

O que pode ser observado é que a pobreza relativa e a privação material estão relacionadas diretamente, pois na pobreza relativa às necessidades básicas são atendidas. Nesse segmento o principal critério já não é o consumo de subsistência, mas o consumo de diferença ou como abordado na privação material e pobreza relativa “o que é indispensável para a vida em sociedade”, aqui é importante saber quais os recursos que são considerados aceitáveis na sociedade em que estão inseridas. O consumo desses recursos, ou a falta deles, pode ser vistos como um significado específico para cada criança.

Quando privadas do consumo em decorrência da insuficiência de renda de suas famílias, essas crianças sofrem algumas implicações negativas. A dimensão “**implicações das privações de consumo**” buscou identificar como essas privações interferem na vida da criança e foi dividida em duas categorias: (1) **emocional** (GUNN; DUNCAN, 1997, HILL; STEPHENS, 1997, GUO; HARRIS, 2000), que identificou se dentre as consequências da privação de consumo a criança sofre reações emocionais como vergonha e humilhação; e (2) **social** (GUNN; DUNCAN, 1997, GUO; HARRIS, 2000, LAREAU, 2000, BOROOAH, 2007, BLOCKER *et al.* 2013), estudos apontam que a socialização das crianças tende a ser limitado a dois contextos: famílias e escolas, essa categoria teve o objetivo de analisar se a criança é excluída de grupos em decorrência da falta de consumo.

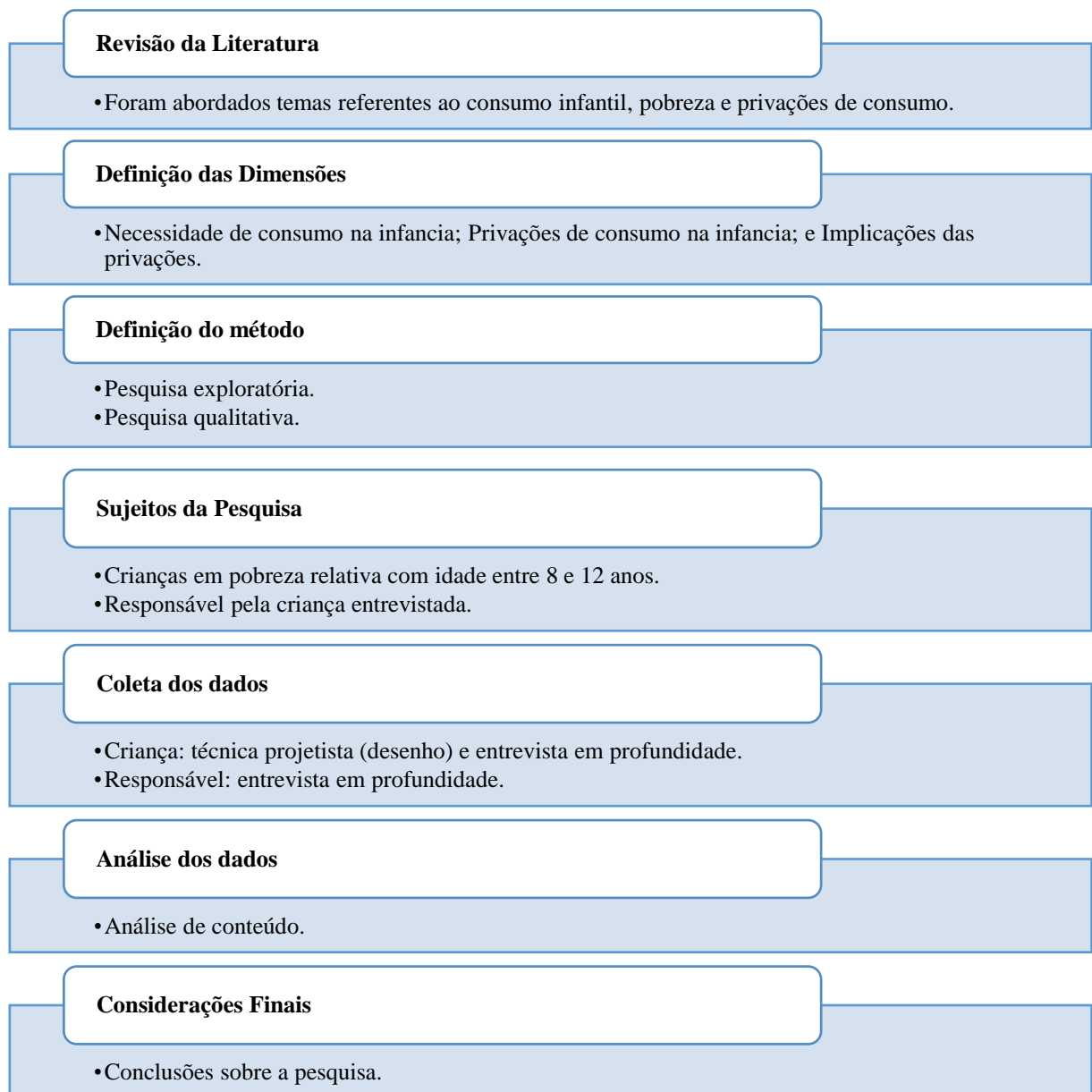
Dessa forma, considerando o que foi abordado na revisão da literatura, foram delimitadas as dimensões e categorias. No próximo capítulo abordamos os procedimentos metodológicos utilizados na fase empírica da pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos nesse capítulo os procedimentos metodológicos aplicados para responder à seguinte problemática de pesquisa: **como ocorrem as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa?**

Para o desenvolvimento da pesquisa foram adotadas algumas etapas, apresentadas na Figura 4.

FIGURA 4-Etapas de desenvolvimento da pesquisa



FONTE: Elaboração própria (2015).

3.1 DEFINIÇÃO DA PESQUISA

O fenômeno em estudo, conforme introdução anterior tem como enfoque central analisar as privações de consumo da criança em pobreza relativa, a fim de identificar as privações vivenciadas por crianças, assim como caracterizar as implicações dessas privações. Segundo Malhotra (2001), este tipo de estudo caracteriza-se como uma **pesquisa exploratória**, estudos onde o conhecimento sobre um tema é pouco estudado.

Para alcançar os objetivos propostos para esse estudo, optou-se por uma **pesquisa qualitativa** que leva em consideração o contexto e os casos para compreender uma questão de estudo (FLICK, 2009). Segundo Flick (2009, p. 9), esse método de pesquisa “parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda”. Para Godoi *et al.* (2006, p. 50), a pesquisa qualitativa “começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”, bem como captar diferentes significados de experiências vividas (ROSA; ARNOLDI, 2008).

Por esse motivo, buscou-se na pesquisa qualitativa um suporte para operacionalizar as inferências relacionadas neste estudo, já que ela envolve mais do que a expressão de um fenômeno singular. Conforme Creswell (2014), a lógica que o pesquisador qualitativo segue é indutiva. Para o autor, os procedimentos desse tipo de pesquisa ou a sua metodologia são caracterizados, além de indutivo, como emergentes e moldados pela experiência do pesquisador na coleta e análise dos dados.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Por sujeitos da pesquisa, entende-se a totalidade de elementos possuidores de características semelhantes, e, em razão disso, escolhido como objeto de um determinado estudo (RUDIO, 1998). Ou seja, é o conjunto de pessoas que possuem determinadas características. Nessa pesquisa os sujeitos são criança e seu responsável, caracterizadas em seguida.

3.2.1 Crianças

Como critério de inclusão dos sujeitos foram considerados, a saber: **(1) classe socioeconômica**, como foi conceituada, em pobreza relativa às famílias têm um nível de renda abaixo da proporção da renda nacional, esse sentido foi considerado para essa pesquisa o rendimento mensal domiciliar *per capita*, que segundo o IBGE corresponde ao resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar. No estado da Paraíba, onde a pesquisa foi realizada, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* corresponde ao valor de R\$ 682,00 (IBGE, 2014). Com isso foram consideradas crianças que vivem em famílias com renda inferior a esse valor (por pessoa da família), pois as mesmas têm suas necessidades básicas (saúde, educação, alimentação e habitação) atendidas, porém vivenciam um contexto de pobreza relativa marcado por privações de consumo de itens considerados importantes para a vida em sociedade e não tendo seus desejos e necessidades de consumo atendidas. A renda mensal familiar e a renda *per capita* domiciliar dos entrevistados são apresentados no Quadro 4.

QUADRO 4– Renda *per capita* domiciliar

Família	Nº de pessoas	Renda mensal familiar (R\$)	Renda <i>per capita</i> domiciliar	Casa própria/alugada	Cidade
Família 1	4 pessoas	682,00	170,50	Alugada	Sousa
Família 2	2 pessoas	400, 00	200,00	Própria	João Pessoa
Família 3	4 pessoas	1.200,00	300,00	Própria	João Pessoa
Família 4	4 pessoas	1.576,00	394,00	Alugada	Cajazeiras
Família 5	3 pessoas	788,00	262,66	Própria	Sousa
Família 6	5 pessoas	1.110,00	220,00	Emprestada	Cajazeiras
Família 7	4 pessoas	1.500,00	375,00	Própria	Sousa
Família 8	6 pessoas	788,00	131,33	Própria	Sousa
Família 9	2 pessoas	900,00	450,00	Alugada	Sousa
Família 10	7 pessoas	788,00	112,00	Própria	Sousa
Família 11	4 pessoas	1000,00	250,00	Própria	Cajazeiras
Família 12	6 pessoas	788,00	131,33	Própria	Sousa
Família 13	6 pessoas	512,00	85,00	Própria	Sousa
Família 14	7 pessoas	1.200,00	171,42	Própria	Cajazeiras
Família 15	7 pessoas	788,00	112,57	Própria	Sousa
Família 16	5 pessoas	464,00	92,80	Própria	Sousa
Família 17	2 pessoas	220,00	110,00	Própria	Sousa
Família 18	4 pessoas	2. 200,00	550,00	Própria	João Pessoa
Família 19	7 pessoas	788,00	112,57	Própria	João Pessoa
Família 20	3 pessoas	1.500,00	500,00	Própria	João Pessoa
Família 21	4 pessoas	788,00	197,00	Própria	João Pessoa
Família 22	6 pessoas	788,00	131,00	Própria	João Pessoa
Família 23	3 pessoas	788,00	262,00	Emprestada	João Pessoa
Média da Renda <i>per capita</i> domiciliar			R\$ 231,35		

FONTE: Elaboração própria (2015).

No Quadro 4 pode ser observado que as famílias têm um rendimento *per capita* domiciliar inferior ao rendimento definido pelo IBGE e que foi adotado como critério de inclusão dos sujeitos nessa pesquisa. Em cada família foi entrevistada uma criança e um responsável pela criança, assim a criança 1 e o responsável 1, pertencem à Família 1, assim são com as demais famílias e respondentes dessa pesquisa.

De acordo com a Lei 8.069 (Art. 2º) considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompleto e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. O segundo critério corresponde à idade da criança dessas famílias. Assim foram consideradas crianças com **(2) idade entre 8 e 12 anos**, foi considerado o pensamento de Valkenburg e Cantor (2001), os autores avaliam as capacidades relacionadas à tomada de decisão desenvolvida pelas crianças, assim como avaliação de produtos e suas alternativas, que ocorre aproximadamente, entre 7 e 8 anos com isso, foram entrevistadas crianças a partir de 8 anos para o limite superior de idade considerou a Lei acima citada; o último critério, com o intuito de melhor definir a pobreza relativa, foram considerados **(3) crianças estudantes de escolas públicas**.

QUADRO 5– Perfil das crianças entrevistadas.

Criança	Sexo	Idade	Série	Tipo de escola	Atividades extracurriculares
Criança 01	Masculino	9 anos	6º ano	Estadual	Não realiza
Criança 02	Masculino	12 anos	7º ano	Municipal	Não realiza
Criança 03	Feminino	8 anos	1º ano	Municipal	Não realiza
Criança 04	Feminino	8 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 05	Feminino	8 anos	4º ano	Estadual	Não realiza
Criança 06	Feminino	8 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 07	Feminino	8 anos	4º ano	Estadual	Realiza
Criança 08	Masculino	8 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 9	Masculino	9 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 10	Masculino	9 anos	5º ano	Estadual	Não realiza
Criança 11	Feminino	8 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 12	Feminino	9 anos	4º ano	Municipal	Realiza
Criança 13	Masculino	10 anos	5º ano	Estadual	Não realiza
Criança 14	Feminino	10 anos	5º ano	Estadual	Não realiza
Criança 15	Masculino	9 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 16	Feminino	10 anos	5º ano	Estadual	Não realiza
Criança 17	Feminino	9 anos	4º ano	Estadual	Não realiza
Criança 18	Feminino	12 anos	5º ano	Municipal	Realiza
Criança 19	Masculino	9 anos	3º ano	Estadual	Não realiza
Criança 20	Masculino	8 anos	2º ano	Municipal	Realiza
Criança 21	Masculino	8 anos	2º ano	Estadual	Não realiza
Criança 22	Feminino	8 anos	2º ano	Estadual	Não realiza
Criança 23	Feminino	8 anos	3º ano	Estadual	Não realiza

FONTE: Elaboração própria (2015).

Foram entrevistadas 23 crianças com idade entre 8 e 12 anos que estudam em escolas da rede pública de ensino estadual e municipal. Os respondentes são das cidades de Cajazeiras, João Pessoa e Sousa na Paraíba.

Rosa e Arnoldi (2008) comentam a importância de serem realizadas entrevistas com os pais/responsáveis pela criança. Para os autores, coletar dados de uma criança, sem a ajuda dos pais, seria como tentar criar um vácuo psicológico, por que a criança tem uma visão diferente do adulto da mesma situação. Nesse sentido, as entrevistas também foram realizadas com o responsável pela criança.

3.2.2 Responsável pela criança entrevistada

Por se tratar do objetivo desse estudo, analisar as privações de consumo vivenciadas pelas crianças em pobreza relativa, os responsáveis pela criança também foram considerados como sujeito da pesquisa, por acreditar que um adulto tem uma visão diferente da criança.

QUADRO 6– Perfil das responsáveis entrevistadas

Responsável	Parentesco com a criança	Idade	Estado civil	Profissão	Escolaridade
R1	Mãe	34 anos	Divorciada	Desempregada	Ensino fundamental completo
R2	Mãe	37 anos	Solteira	Garçonete	Ensino fundamental completo
R3	Mãe	37 anos	Casada	Diarista	Ensino fundamental completo
R4	Avó	56 anos	Casada	Aposentada	Ensino médio incompleto
R5	Mãe	30 anos	Casada	Dona de casa	Ensino médio incompleto
R6	Mãe	24 anos	Casada	Desempregada	Ensino fundamental incompleto
R7	Mãe	31 anos	Casada	Desempregada	Magistério
R8	Avó	53 anos	Viúva	Dona de casa	Não alfabetizada
R9	Mãe	36 anos	Casada	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
R10	Pai	35 anos	Casado	Atleta	Ensino médio completo
R11	Mãe	32 anos	Casada	Dona de casa	Ensino médio completo
R12	Mãe	41 anos	Casada	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
R13	Avó	50 anos	Casada	Diarista	Ensino fundamental incompleto
R14	Mãe	44 anos	Divorciada	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
R15	Mãe	42 anos	Divorciada	Dona de casa	Ensino médio incompleto
R16	Mãe	32 anos	Divorciada	Dona de casa	Ensino médio incompleto
R17	Mãe	46 anos	Separada	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
R18	Mãe	52 anos	Divorciada	Cabelereira	Ensino Fundamental completo
R19	Avó	57 anos	Casada	Dona de casa	Primário incompleto
R20	Mãe	46 anos	Casada	Dona de casa	Ensino médio completo
R21	Mãe	35 anos	Casada	Professora	Magistério

R22	Avó	60 anos	Casada	Aposentada	Ensino fundamental incompleto
R23	Pai	58 anos	Casado	Funcionário público	Ensino fundamental incompleto

FONTE: Elaboração própria (2015).

O responsável entrevistado foi a pessoa que tem a relação mais próxima com a criança, assim os responsáveis variavam entre pai, mãe e avó, como mostra o Quadro 6, os mesmos têm idade entre 24 e 60 anos. Também pode ser observado o baixo nível de escolaridade dos respondentes.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Os procedimentos adotados para a coleta dos junto às crianças e seu responsável são detalhados em seguida.

3.3.1 Crianças

A coleta de dados foi realizada inicialmente com a criança e foi dividido em dois momentos, o primeiro a produção de um desenho para identificar os itens de privação da criança. Segundo, uma entrevista realizada com suporte do desenho.

3.3.1.1 Instrumentos e Técnicas

Foram utilizadas a técnica projetista e a entrevista em profundidade. A técnica projetista, por meio da realização de **desenhos**, foi utilizada com o intuito de identificar os desejos de consumo de itens que as crianças são privadas. De acordo com Malhotra (2001, p.165), a técnica projetiva é “uma forma não estruturada e indireta de perguntar, que incentiva os entrevistados a projetarem suas motivações, crenças, atitudes ou sensações subjacentes sobre os problemas em estudo”. O desenho é um método indicado para a interação com crianças, sendo uma ferramenta para diminuir a lacuna existente entre a criança e o pesquisador (VELOSO; HILDEBRAND, 2007). A entrevista com crianças é diversificada, podendo ser inseridos vários outros procedimentos, como brinquedos e desenhos (ROSA; ARNOLDI, 2008).

A **entrevista em profundidade** pode ser compreendida como uma entrevista direta, pessoal, onde o entrevistado revela suas motivações, atitudes sobre determinado assunto (VIEIRA; TIBOLA, 2005). As entrevistas foram gravadas pessoalmente e de forma individual

com a criança e seu responsável. Esse tipo de registro consiste em um dos mais utilizados e, segundo Rosa e Arnoldi (2008) esse se deve ao fato de poder ser utilizado com naturalidade. Nesta pesquisa, esse meio de registro fez com que os entrevistados se sentissem mais à vontade, não comprometendo suas respostas.

Para a coleta dos dados foi utilizado um **roteiro semiestruturado** desenvolvido a partir dos estudos utilizados no referencial teórico. Esse tipo de roteiro foi escolhido por permitir que se modifiquem perguntas durante o estudo para responder o problema de pesquisa (CRESWELL, 2014). As questões inseridas no instrumento foram construídas de forma a obter resultados satisfatórios que possam responder aos objetivos propostos nesse estudo. Contendo perguntas referentes a cada dimensão e que foi utilizada no direcionamento das entrevistas.

3.3.1.2 A coleta junto às crianças

Inicialmente, as famílias eram contatadas por meio de escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino com a finalidade de saber se as mesmas atendiam aos critérios da pesquisa: renda, idade da criança e tipo de escola, sendo aplicadas as questões filtro (Apêndice A).

A princípio, foi realizada entrevista em uma família, ou seja, a criança e seu responsável com o intuito de verificar a necessidade de ajustes nos roteiros. As entrevistas foram realizadas na cidade de Sousa no dia 23 de junho de 2015, após a realização dessas entrevistas, foram feitas algumas modificações nos roteiros, essas entrevistas não foram analisadas, aqui o objetivo era realizar melhorias nos roteiros. Depois das alterações realizadas no roteiro da criança e do responsável, foram iniciadas as demais entrevistas.

Os entrevistados residentes na cidade de Cajazeiras foram contatados a partir de uma escola estadual, sendo entrevistados quatro crianças e seus responsáveis. Assim, em Cajazeiras foram realizadas um total de 8 entrevistas.

Na cidade de João Pessoa foi realizada entrevista com oito crianças e seus responsáveis. A princípio foi procurado em duas escolas da rede municipal, porém em ambas as escolas não foram encontradas pessoas para contribuir com essa pesquisa e as mesmas mostravam desinteresse em participar, por motivos como: falta de tempo e desconhecimento sobre o tema. Pelo motivo exposto, as entrevistas realizadas na cidade de João Pessoa ocorreram por conveniência da pesquisadora, ressaltando que todas as entrevistas realizadas nessa cidade foram com pessoas que se enquadravam nos critérios propostos para pesquisa. Em João Pessoa foram realizadas 16 entrevistas.

Na cidade de Sousa foram realizadas entrevistas com 11 crianças e um responsável por cada criança, somando 22 entrevistas realizadas nessa cidade. Essas crianças foram encontradas em três escolas, duas da rede estadual e outra da rede municipal de ensino, a partir de contatados foram considerando a disponibilidade da criança e do seu responsável. Além das entrevistas realizadas para testar os roteiros de entrevistas (duas entrevistas) e as analisadas, outras três entrevistas foram iniciadas nessa cidade, porém não foram concluídas. Na primeira, a criança aceitou realizar a entrevista, mas nos primeiros minutos iniciou choro e não concluiu a pesquisa. Como motivo a responsável pela criança explicou que a mesma estava sofrendo exclusão de grupos na escola o que deixava a criança extremamente abalada. A segunda entrevista sem conclusão se deu pela sonolência da criança em decorrência de remédios de uso contínuo o que fez com que o mesmo não conseguisse desenhar e responder as perguntas. A criança foi procurada em duas datas diferentes, mas mesmo assim não obtivemos êxito na conclusão de sua entrevista, a terceira e última foi devido a atritos familiares iniciados pelo pai da criança no momento em que a entrevista era realizada. Tais fatos apontam para um contexto complexo de vida em que as crianças sofrem as consequências da pobreza como a desestrutura familiar e um ambiente pesaroso em suas casas.

Todas as famílias foram contatadas pessoalmente e o responsável pela criança era informado de como ocorreria à entrevista e após a leitura e assinatura do termo de consentimento (Apêndice D), a entrevista era iniciada com a criança.

A princípio era solicitado que a criança realizasse um desenho. Os desenhos pedidos às crianças tiveram como tema “Ir às compras”. Foi explicado com antecedência e pedido que elas que desenhasse itens que compraria, caso estivesse em um passeio. Para isso, foi oferecido material à criança, como papel, lápis de pintar, borracha, caneta etc. Sequencialmente, a entrevista era iniciada com a criança a partir do roteiro em profundidade (Apêndice B) elaborado com base na literatura relativa ao tema do estudo.

3.3.2 Responsável pela criança entrevistada

Após ser realizada a entrevista com a criança, seu responsável foi entrevistado, o instrumento e procedimentos adotados para a coleta dos dados junto aos responsáveis são descritos a seguir.

3.3.2.1 Técnica

Assim como o roteiro de entrevista realizado com a criança, o roteiro desenvolvido para a entrevista realizada com o responsável se deu pela **entrevista em profundidade** e por **roteiro semiestruturado**, os mesmos temas e perguntas realizados com a criança seguiram para com seu responsável. Os roteiros de entrevistas foram desenvolvidos com base na literatura relativa ao tema em questão, como mostra o Quadro 7.

QUADRO 7: Referencial dos roteiros de entrevista em profundidade

Dimensões	Questões Crianças	Questões Responsável	Autores
Sondagem	1	1	
Necessidades do Consumo	2, 3, 4, 5	2, 3, 4, 5	McNeal (2000), Isaksen e Roper (2008).
Privação Material	6, 7, 8, 9, 10, 11	6, 7, 8, 9, 10, 11	McNeal (2000), Langer (2004), Huston (2011).
Implicações das privações de consumo	12, 13	12, 13	Gunn e Duncan (1997), Guo e Harris (2000) Hill e Stephens (1997); Borooah (2007), Blocker (<i>et al.</i> 2013).

FONTE: Elaboração própria (2015).

A sondagem com a criança correspondia à produção do desenho e com o responsável era a percepção do mesmo em relação aos itens de consumo que a criança mostrou no desenho e que é privado do consumo dos mesmos. Não foram elaboradas perguntas relacionadas às estratégias de enfrentamento da pobreza, essa dimensão surgiu na fase empírica da pesquisa.

3.3.2.2 Procedimento

No início, era mostrado ao responsável o desenho que a criança havia realizado para que o mesmo pudesse expor seu pensamento em relação às privações de consumo, a explicação da criança em relação ao seu desenho e a percepção do seu responsável estão no apêndice F. A partir da compreensão do responsável quanto ao desenho eram iniciadas as perguntas do roteiro de entrevista em profundidade.

Ao final, após exclusão das entrevistas para teste dos roteiros e das entrevistas sem conclusão, foram realizadas entrevistas com 23 famílias o que somam 46 entrevistas realizadas com crianças e responsáveis, realizadas nas cidades de Cajazeiras, João Pessoa e Sousa na Paraíba. Os dados foram coletados entre os dias 30 de junho e 15 de agosto de 2015 (Quadro 8).

Quadro 8 – Data, local e duração das entrevistas.

Criança	Data	Local	Duração	Responsável	Data	Local	Duração
C01	30/06/2015	Casa do entrevistado	00:53	R01	01/07/2015	Casa da entrevistada	00:46
C02	07/07/2015	Casa do entrevistado	00:46	R02	07/07/2015	Casa da entrevistada	00:34
C03	09/07/2015	Trabalho da responsável	00: 45	R03	09/07/2015	Trabalho da responsável	00:32
C04	20/07/2015	Casa da entrevistada	00: 42	R04	20/07/2015	Casa da entrevistada	00:38
C05	21/07/2015	Casa da entrevistada	00:41	R05	21/07/2015	Casa da entrevistada	00:34
C06	21/07/2015	Casa da entrevistada	00: 47	R06	21/07/2015	Casa da entrevistada	00:31
C07	23/07/2015	Casa da entrevistada	00:39	R07	23/07/2015	Casa da entrevistada	00:20
C08	23/07/2015	Casa do entrevistado	00:31	R08	23/07/2015	Casa da entrevistada	00:22
C09	31/07/2015	Casa do entrevistado	00:33	R09	31/07/2015	Casa da entrevistada	00:24
C10	31/07/2015	Casa do entrevistado	00:35	R10	31/07/2015	Casa do entrevistado	00:22
C11	01/08/2015	Casa da entrevistada	00:45	R11	01/08/2015	Casa da entrevistada	00:32
C12	05/08/2015	Casa da entrevistada	01:10	R12	05/08/2015	Casa da entrevistada	00:31
C13	05/08/2015	Casa do entrevistado	00:40	R13	05/08/2015	Casa da entrevistada	00:30
C14	06/08/2015	Casa da entrevistada	00:44	R14	06/08/2015	Casa da entrevistada	00:35
C15	07/08/2015	Casa do entrevistado	00:37	R15	07/08/2015	Casa da entrevistada	00:21
C16	07/08/2015	Casa da entrevistada	00:43	R16	07/08/2015	Casa da entrevistada	00:26
C17	08/08/2015	Casa da entrevistada	00:38	R17	08/08/2015	Casa da entrevistada	00:25
C18	13/08/2015	Casa da entrevistada	00:51	R18	13/08/2015	Casa da entrevistada	00:32
C19	13/08/2015	Casa do entrevistado	00:35	R19	13/08/2015	Casa da entrevistada	00:29
C20	14/08/2015	Casa do entrevistado	00:47	R20	14/08/2015	Casa da entrevistada	00:27
C21	15/08/2015	Casa da entrevistada	00:46	R21	15/08/2015	Casa da entrevistada	00:29
C22	15/08/2015	Casa do entrevistado	00:31	R22	15/08/2015	Casa da entrevistada	00:27
C23	15/08/2015	Casa da entrevistada	00:29	R23	15/08/2015	Casa da entrevistada	00:27
Total: 16h08min				Total: 11h14min			
Média = 00:42				Média = 00:29			
Duração das entrevistas realizadas: 27h22min							

FONTE: Elaboração própria (2015).

O local e a data em que as entrevistas foram realizadas foram pela indicação dos responsáveis. Apenas a primeira entrevista, pela falta de tempo do responsável pela Criança 1 não foi realizada em seguida a da criança. As demais foram realizadas no mesmo local e data.

Como critério de julgamento para o encerramento da amostra, foi usada a saturação teórica que, segundo Godoi e Matos (2006), à medida que casos similares são vivenciados, o investigador adquire confiança empírica de que não mais se encontram dados adicionais que possam contribuir para o desenvolvimento de propriedade da categoria.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos utilizados para as análises dos dados coletados junto às crianças e seus responsáveis são detalhados em seguida.

3.4.1 Análise dos desenhos

Seguindo o pensamento de Vinter (1999) para a análise dos desenhos foi usada a orientada para o produto, esse tipo de técnica consiste na análise apenas do que está escrito ou desenhado no papel. Assim, foram verificadas as informações que apareciam nos desenhos, para que fossem identificados os itens de privação apontados pelas crianças.

Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2003) explicam que em pesquisas que trabalham com a análise de conteúdo também são utilizados procedimentos aplicando imagens e sons. Com isso, o desenho utilizado inicialmente na entrevista com a criança teve o intuito de quebrar as lacunas existentes entre a criança e a pesquisadora, como também para que as crianças pudessem descrever os itens de consumo que tem desejo de consumo, mas que em decorrência da renda familiar é restrito.

3.4.2 Análise das entrevistas

Após as entrevistas, foi realizada a transcrição das gravações. A finalidade da transcrição é gerar um conjunto de dados para uma análise cuidadosa e uma codificação (BAUER; GASKELL, 2003). Nesse momento, nada foi excluído, pois como explica Rosa e Arnoldi (2008, p. 61) “quanto mais completos e fieis forem [...] as suas transcrições, maiores as possibilidades de

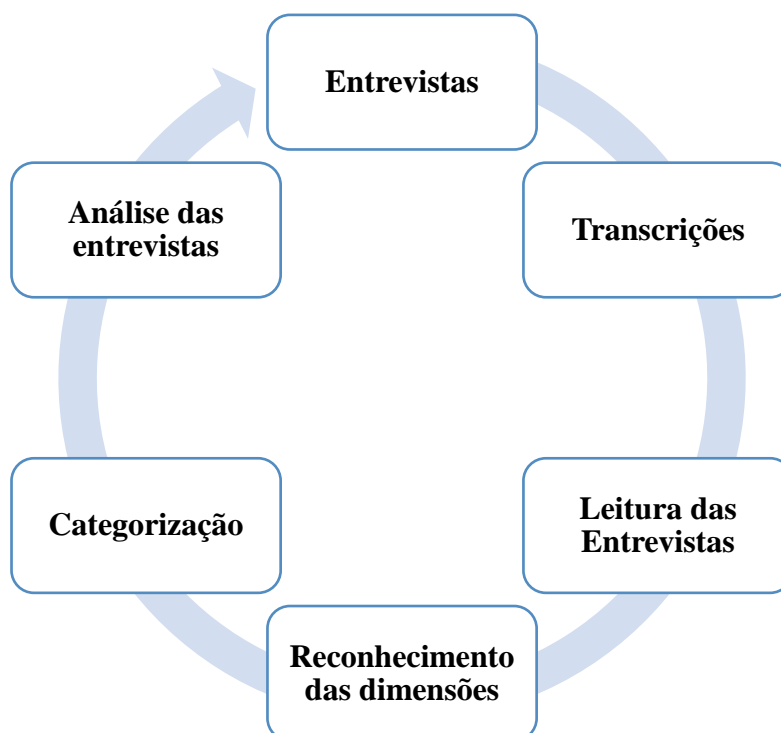
realização de uma análise de alto nível”. Sequencialmente, os autores enfatizam a importância da leitura da transcrição das entrevistas, repetidas vezes, o que foi realizado pela pesquisadora.

A técnica escolhida para análise das entrevistas foi **análise de conteúdo** que consiste “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2007, p. 44).

Os dados coletados nas entrevistas realizadas com a criança e seu responsável foram analisados por meio da análise de conteúdo. Nessa técnica os analistas de conteúdo inferem a expressão e o apelo através desses contextos (BAUER; GASKELL, 2003).

Bardin (2011) assinalou três etapas para a técnica de análise de conteúdo de forma cronológica: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados e interpretação. A pré-análise corresponde à fase de organização dos dados coletados, essa fase visa operacionalizar e sistematizar as ideias para conduzir o processo de desenvolvimento das análises, nesse momento ocorre à leitura fluente das entrevistas transcritas, assim como a escolha dos materiais a serem examinados. A segunda etapa, exploração do material, consiste em operações de codificação das entrevistas. Na terceira fase, tratamento dos resultados e interpretação, os resultados foram analisados de forma que proporcione significados permitindo estabelecer resultados. Para isso, foram adotadas as seguintes etapas (Figura 5).

FIGURA 5- Etapas da análise



FONTE: Elaboração própria (2015).

Após a realização das entrevistas ocorreu às transcrições, e a partir daí, iniciou-se a leitura e releitura das entrevistas para que fossem reconhecidas as dimensões, e assim a categorização de análise, posteriormente foi iniciada a análise das falas por meio da análise de conteúdo.

Assim, foram reconhecidas as dimensões definidas previamente como a necessidade do consumo, privação material e implicações das privações de consumo, e em cada dimensão suas categorias, durante a fase empírica da pesquisa surgiu à dimensão estratégias de enfrentamento da pobreza. Em seguida, o Quadro 9 aborda as dimensões e categorias dessa pesquisa.

Quadro 9- Dimensões e categorias de estudo

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO	CATEGORIAS	AUTORES
Necessidades do Consumo	Crianças desenvolvem a necessidade de consumir, por diversos aspectos que fazem parte de sua identidade e de seus próprios julgamentos e combinações.	Afiliação	McNeal (2000), Isaksen e Roper (2008)
		Brincar	McNeal (2000), Ruckenstein (2010)
		Auto realização	Isaksen e Roper (2008)
		Exposição	McNeal (2000)
Privação Material	Nessa dimensão os autores apontam que os objetos vão variar de acordo com a cultura local, pois os itens de privação material, indispensáveis à vida em sociedade, mudam seguindo o contexto que o indivíduo está inserido.	Saúde	Huston (2011)
		Educação	
		Habitação	
		Entretenimento	Langer (2004)
		Vestuário	McNeal (2000), Langer (2004)
		Alimentos	McNeal (2000)
Implicações das privações de consumo	Para os autores estas implicações ocorrem por meio de um processo de mediação, em que as privações de consumo em decorrência da falta de renda afetam alguns fatores mediadores e esses fatores, por sua vez, afetam as crianças.	Emocional	Gunn e Duncan (1997), Hill e Stephens, 1997, Guo e Harris (2000)
		Emocional	Gunn e Duncan (1997), Hill e Stephens, 1997, Guo e Harris (2000)
		Social	Gunn e Duncan (1997), Guo e Harris (2000), Borooah (2007), Blocker (<i>et al.</i> 2013)

FONTE: Elaboração própria (2015).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa buscou analisar as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa. Neste sentido, os resultados apresentados estão divididos em tópicos e categorias de análises, cada tópico responde aos objetivos específicos, como observado no Quadro 10.

Quadro 10 – Objetivos, dimensões e categorias de análise

Objetivo Específicos	Dimensão de Pesquisa	Tópicos	Categorias de Análise
Identificar as necessidades de consumo de crianças pobres	Necessidades de Consumo	Necessidades de consumo na infância	Afiliação
			Brincar
			Auto realização
			Exposição
Identificar as privações vivenciadas por crianças pobres	Privação material	Privações de consumo na infância	Saúde
			Educação
			Habitação
			Alimento
			Vestuário
Discutir as implicações das privações de consumo vivenciadas por crianças pobres	Implicações das Privações de Consumo	Consequências da pobreza	Entretenimento
			Emocional
			Social

FONTE: Elaboração Própria (2015)

4.1 NECESSIDADES DE CONSUMO NA INFANCIA

As crianças sentem a necessidade de consumir por diversos motivos e o consumo infantil é compreendido como uma conexão da criança com outros aspectos, como por exemplo, a relação entre pares, brincadeiras sendo, assim, é uma maneira de participação com o mundo (RUCKENSTEIN, 2010; COOK, 2013). Com base na literatura relativa ao consumo infantil, buscamos identificar os motivos pelos quais as crianças em contexto de pobreza sentiam a necessidade de consumir.

4.1.1 Afiliação

A afiliação corresponde à necessidade de socialização, ou seja, ter relações com outras pessoas, familiares e colegas (MCNEAL, 2000). Crianças têm suas relações sociais geralmente

formadas por pessoas da família e amigos de escola, no qual passa boa parte do seu tempo (BOROOAH, 2007, BLOCKER *et al.* 2013). Após a sondagem pelo desenho as crianças foram questionadas sobre quem eram os seus amigos e o que era necessário para ter muitos amigos.

No que tange às relações sociais a maioria das crianças confirmam que os amigos são geralmente pessoas da família, amigos de escola e vizinhos.

...tenho amigos aqui perto [vizinhos], mas como a escola é perto aqui de casa aí tem uns colegas meus de escola que também brinco com eles aqui na rua (C09).

Eu **tenho amigos na escola e perto de minha casa** [...] meus amigos **são mais minhas irmãs e minhas primas** (C12).

...meus amigos são mais da escola aqui perto de casa só tenho um [...] (C19).

Tem mais no **colégio**, aqui é mais **só as irmãs mesmo e as primas** (R18).

Só se for na escola, perto de casa **ele não tem amigos não** (R01).

Ela já disse uma vez que tinha poucas amigas, nesse dia ela estava triste me contando isso, mas não disse o motivo, acho que foi porque ela não tinha com quem brincar e ela sempre gosta de brincar com outras crianças (R04).

Eu não acho que ela [filha] tem muitos amigos, tem poucos. Acho ela calada, tímida, ela só tem mesmo umas três ou quatro amigas aqui perto de casa e lá da escola ela não fala em muitas amigas de lá não (R14).

...são poucos os amigos dele, só alguém que ele brinca na escola, aqui na rua ele quase não sai, ele não fácil de fazer amigos não (R19).

Acho que tem na escola e na rua da minha casa é pouco, **ele não tem muitos amigos**, ele fica mais assistindo televisão (R21).

Durante as entrevistas com as crianças e seu responsável não foram identificados amigos ou interação das crianças em outros grupos ou amigos, exceto os citados nas falas acima mencionadas, por exemplo: não foram citados amigos realizados em momentos de recreação ou passeios. Essa falta de interação em outros grupos ocorre em decorrência da falta de acesso que as crianças em situação de pobreza têm de momentos de lazer e recreação que servem como uma forma de conhecer e conquistar novas amizades.

As crianças afirmavam ter amigos, a quantidade é que apresentou variação. No entanto, os pais acreditavam que tinham menos amigos do que foi relatado pelas crianças. Esse contexto é previsto, pois o ciclo social das crianças é restrito, pela convivência predominante com familiares e pessoas do ambiente escolar. E quando essa criança está inserida num contexto de pobreza isso se intensifica porque ela tem sua interação com outras crianças restringida devido à falta de acesso a recursos financeiros para participar de eventos sociais e de lazer (LAREAU, 2000).

Nesse sentido, algumas crianças apontaram a existência de grupos de amigos, geralmente formados nas escolas, os grupos são divididos por gênero “**tem os grupos dos meninos e os grupos das meninas**” explica a Criança 18. Outras crianças apontaram o que é necessário tanto para ter amigos, como o que seria importante para afiliação em grupos.

Não tem que ter nada não, mas **se tiver muitos brinquedos e as coisas que eles [outros meninos] gostem fica mais fácil** (C01).

Tipo assim.... **se eu tivesse maquiagem outras meninas queria ser minhas amigas** mas, ia ser só quando eu levasse quando eu não tivesse elas não iam querer ser minhas amigas (C03).

Primeiro tem que **fazer uma prova** [...] entrou uma menina nova na escola e quer brincar no nosso grupo, aí a dona do grupo diz como vai ser a prova [...] depois que entra no grupo **divide os brinquedos as maquiagens com gente** [...] **se você está no grupo aí você divide suas coisas com quem está no mesmo grupo**, cada criança divide suas coisas com seu grupo (C04).

...para ter muitos amigos tem que ter alguma coisa, tem que ter brinquedos e ficar bem vestida porque se você for para a escola suja elas (outras meninas) não querem ser amigas [...] (C12).

... para brincar em nosso grupo tem que ser legal **se tiver brinquedo tem que dividir**, tem outros grupos que faz outras coisas brincam de brincadeiras diferentes, [...] (C14).

Para brincar nos grupos **tem que gostar das brincadeiras** deles [...] para entrar no grupo **tem que gosta dos mesmos brinquedos também** (C19).

Tem que pedir para entrar aí a gente deixa, **se você tiver um celular ou um tablet** ou algumas coisas que a gente não tem aí **você entra no grupo mas, tem que dividir** com a gente. No meu grupo todo mundo leva ou celular ou *tablet* aí a gente fica trocando (C20).

... eu acho que **se eu tivesse um celular** eu ia emprestar para eles e eles iam achar que eu era legal e eu **ia ter muitos outros amigos** (C22).

Diante das falas, pode ser observado que itens de consumo são usados pelas crianças como uma forma de interação e socialização, já prevista na literatura relativa ao consumo infantil (ROPER; SHAH, 2007; ROPER; NIECE, 2009). As crianças também apontam o consumo de alguns produtos como facilitadores de socialização, uma vez que explicam que a posse de determinado item poderia fazer com que tivessem mais amigos, como foi citado pelas Crianças 20 e 22.

4.1.2 Brincar

As brincadeiras são importantes na infância, pois é através dela que a criança aprende sobre o ambiente que está inserido e ainda possibilitam a socialização com outras crianças (MCNEAL, 2000). Estas deixaram de dar maior importância às brincadeiras infantis e sua

atenção passou a ser voltada para o consumo de produtos que são usados como uma forma de conquistar novas amizades e ser aceita em grupos.

Por se tratar de um estudo realizado com crianças em contexto de pobreza, buscou-se identificar se as mesmas tinham os itens de consumo que são usados como facilitadores de socialização, ou seja, as crianças foram questionadas se tinham brinquedos e, quando não, o que ocorreria com elas ou com outras crianças.

Tenho bola, tem gente que leva (para a escola) jogo, tem meninas que levam bonecas e tem meninos que levam carrinho. Tem gente que não tem [...] **eu nunca deixei de brincar na escola porque quem tem empresta a quem não tem** (C01).

Não, **tenho não**, na verdade **eu só tenho uma boneca**, eu **não tenho muitos brinquedos** porque meu pai estava sem trabalho, aí agora ele está trabalhando [...] Não sei porque não tenho brinquedos não, ela [mãe] só diz que não tem dinheiro para comprar, mas não sei porque não tem dinheiro (C06).

... **eu tenho ursinho de pelúcia** outras levam bonecas e a gente fica brincando, mas tem uma amiga minha que não leva porque não tem, mas **a gente empresta para ela** (C23).

Diferente dos demais entrevistados, a Criança 2 afirma que não tem brinquedos, porém tem itens de consumo como vídeo game, notebook e celular. Ao longo da entrevista, a criança não demonstrou interesse por brinquedos, com exceção da bola, porém a criança também não tem esse brinquedo. “... **gosto de bola, mas não tenho não**, brinco na escola, lá tem brinquedo. A gente não tem muito brinquedo não aí brinca mais só de bola mesmo” (C02).

O ato de emprestar brinquedos e outros itens de consumo pode ser caracterizado como uma forma de fazer novas amizades, além de facilitar a aproximação entre crianças, fortalecendo e mantendo as relações (LUNDBY, 2013). Quando a criança não tem o brinquedo, em muitos casos ela brinca com o brinquedo emprestado dos amigos ou deixa de brincar. Foi observado que, para ter algo emprestado, a criança tem que ser amigo ou já participar do mesmo grupo. As crianças deixam claro que a partilha é um tipo de obrigação dentro dos grupos.

A gente só divide com quem é amigo [...] meu grupinho é só com nossas amigas, são umas 10 meninas, aí a gente só divide entre nos. (**Pesquisadora: Alguém já deixou de brincar?**) **já sim...** elas (outras crianças) chamam alguém e pedi para brincar com e **se não for do nosso grupo a gente não empresta** aí elas vão reclamar com as cuidadoras que ficam olhando a gente no recreio, as vezes elas mandar a gente emprestar, mas **ninguém é obrigado a emprestar se não é amigo, a outra criança tem que pedir a quem é do grupo dela** (C04).

Se não tem, ela (outra criança) **fica calada e triste porque não tem como brincar**. Se ninguém não empresta ela fica falando que não é mais amiga e que não tem amiga porque as meninas não emprestam (C03).

... **tem menino que não empresta** aí eu não peço para brincar com eles (outros meninos) porque eu não tenho brinquedo, aí **se eu não tenho brinquedo eu não tenho como brincar** com eles [...] (C08).

Eu não tenho brinquedo para levar à escola **eu brinco com o dos meninos, eles dividem comigo**, eles veem que eu não tenho e pergunta se eu quero, aí eu digo que quero e eles me emprestam, eu não gosto de pedir porque tenho vergonha [...] **quando ninguém quer dividir aí a gente vai chamar outros amigos e vai brincar sem brinquedo mesmo** e fica brincando com eles (C15).

Aqui foi observado o egoísmo de algumas crianças em querer dividir os brinquedos, sendo que a partilha só acontece com pessoas do mesmo grupo que é quando acontece uma troca de interesse, em alguns casos a criança empresta por que sabe que também vai receber algo emprestado.

Nessa pesquisa foi identificado que as crianças demostram a vontade de ter esses itens e com isso atrair a atenção de crianças e ser aceitas em grupos sociais, como foi observado na fala das Crianças 03 e 22 na categoria anterior (afiliação). É importante observar que as crianças emprestam os brinquedos a outras crianças que já são amigas e fazem parte do mesmo grupo. Nem uma das crianças entrevistadas afirmou a partilha de brinquedos com outras crianças que não sejam seus amigos ou não sejam do mesmo grupo.

Aqui, se destaca a vontade de ter algum item, de ser aceito pelo fato de ter esses itens que são considerados legais por outras crianças (como brinquedos, celular ou *tablet*) e com isso emprestar para conquistar novos amigos e ser aceito em outros grupos, como é o caso das Crianças 04, 09, 15, 21 e 22. A fala da responsável 22 exemplifica essa afirmação “... ela já deixou de brincar, **ela disse que a menina não queria brincar com ela porque ela não tinha brinquedo, celular** [...] e as **outras não queriam emprestar porque não eram amigas dela**”.

Em decorrência da renda familiar muitas crianças não têm brinquedos, algumas (Crianças 06, 07, 08, 09, 10) afirmam que não tem brinquedo ou que tem apenas alguns brinquedos que para eles já estão velhos e já não servem mais para brincar. Como foi identificado na entrevista da Criança 19: “**todo mundo tem alguma coisa**, eu também tenho **só não levo porque fico com medo dos meninos ficarem falando dos meus brinquedos porque são baratos e muitos já estão velhos**, para eles não ficarem rindo de mim **eu não levo nada e brinco só com o da escola quando a professora dá ou não brinco de nada** (C19). As crianças têm vontades de consumos parecidas e não ter o que é considerado importante dentre os grupos é tido como um motivo de exclusão ou dificuldade de interação entre crianças, como observado nesse trecho da entrevista, quando a criança afirma que deixa de brincar por vergonha dos brinquedos não serem como os dos outros meninos.

Dentre as crianças entrevistadas a única que afirma ter muitos brinquedos é a Criança 16 “... **tenho muitos brinquedos** a gente brinca com os meus brinquedos, outros de minhas

amigas, **eu tenho boneca, panelinha, um monte de coisa**, roupinha de boneca, bonequinha de pano”. Ao ser observada a residência em que a criança vive e a renda familiar (a 2ª menor nessa pesquisa) foi identificado uma contradição entre a fala da criança e sua responsável. Com isso a mãe também foi questionada se sua filha (Criança 16) tinha brinquedos, a mesma respondeu que “ela gosta muito de brincar de boneca, com brinquedos, **mas ela não tem brinquedos às condições não deixam** [...] ela brinca com a prima dela que tem brinquedo” (R16). Aqui pode ser observada a discordância entre o que a criança e seu responsável, sendo identificado a mentira contada pela criança 16 durante a entrevista. A responsável ainda comenta que os brinquedos que a criança afirma ter, não são dela, mas sim de outras crianças que ela brinca emprestado. Esse comportamento da criança é compreendido como uma tentativa de esconder suas privações de consumo e sua condição econômica, sendo essa última, uma característica da pobreza (JAISWAL; GUPTA, 2015). As demais crianças relatam a falta de brinquedo e a dificuldade de interação em decorrência dessa privação, como já discutido anteriormente. Essa dificuldade de interação em decorrência das privações de consumo é caracterizada como uma privação da pobreza que será tratada mais adiante nesse estudo.

Nessa categoria os responsáveis foram questionados em relação à falta de brinquedos das crianças, o intuito aqui foi de identificar a percepção dos responsáveis em não poder comprar os brinquedos que as crianças pedem. Os responsáveis 03, 04, 16, 23 falaram que não sabiam explicar como era para eles não poder atender os desejos dos filhos. Diferente dos demais, a Responsável 1 demonstra o sentimento de culpa diante das privações sofridas pela criança.

Ah... a noite quando eu vou deitar eu fico pensando nessa situação, **eu penso que não posso dar nada aos meus filhos**, penso neles, que se eu tivesse uma condição, tivesse trabalhando não faltava nada pra eles, o que eles me pedisse eu dava, mas eu não posso, eu penso muito neles, principalmente nele [criança entrevistada] ele já vai fazer dez anos ele que ter mais as coisas e entende mais que eu não posso dar, os outros não se importam quando eu não tenho, mas ele não, é um problema porque ele não entende que não posso comprar. **Às vezes eu penso que a culpa de faltar as coisas pra eles é minha e que eu como a mãe deles devia dar tudo o que eles pedem**, mas eles ainda são pequenos, tem o menor que vai fazer 3 anos eu não posso deixar eles em casa sozinhos e ir trabalhar (R01).

A gente sempre pensa que a culpa é nossa né? [...] eu quem devia dar tudo o que ele (Criança 15) precisa [...] **é difícil pra mim também** vê que ele não tem as coisas (R15).

De acordo com os relatos alguns responsáveis sentem a culpa por suas crianças não terem acesso ao consumo de itens que desejam, essa culpa pode ser relacionada ao pensamento de Gunn e Duncan (1997). Os autores explicam que as crianças são pobres porque nascem em famílias pobres e são dependentes de seus familiares. Pela dependência que tem de seus

responsáveis as crianças sofrem privações de consumo, assim como os mesmos não dispõem de condições financeiras para atender aos desejos de consumo das crianças se sentem culpadas.

4.1.3 Auto realização

Segundo Isaksen e Roper (2008), as pessoas consomem com a finalidade de preencher ou disfarçar aspectos relacionados às suas características pessoais. Por se tratar de uma pesquisa realizada com crianças pobres, procuramos identificar junto aos responsáveis se as mesmas consumiam produtos caros para disfarçar sua condição econômica. Nessa categoria as crianças foram questionadas pela compra de produtos que as deixavam feliz, esse último também um aspecto de auto realização.

Ao longo das entrevistas, as crianças relatavam a compra de itens que as deixaram feliz, as mesmas não explicavam o valor monetário dos produtos.

Sim, **eu comprei uma casinha cheia de comidinha e uma bonequinha**, foi ano passado que eu comprei no dia das crianças, eu ganhei de presente do meu pai. Eu levei pra escola e as meninas ficaram perguntando quem me deu e ficaram falando que queriam ter uma iguala a minha, eu fiz sucesso (risos) (C04).

Já, **foi uma boneca** que eu queria muito eu pedi para a mamãe, ela comprou [...] mas ela (mãe) me explicou os preços e se eu vejo que é uma coisa cara eu não peço porque sei que ela não vai ter dinheiro para comprar (C07).

Sim, **meu tablet** porque eu sempre queria um aí quando chegou o dia que meu pai comprou **eu fiquei bem feliz** (C11).

... teve um carrinho que minha avó comprou para mim, eu gosto muito de brincar com ele, **quando ela me deu eu fiquei muito feliz** (C13).

...a bicicleta, eu vi uma amiga minha e pedi a minha mãe aí ela disse que ia comprar quando tivesse o dinheiro aí quando ela teve ela foi na loja e comprou [...] **fiquei muito feliz** (C14).

Mesmo não sendo questionado quanto ao preço dos itens de consumo algumas crianças explicam que realizaram compras de itens caros, como *tablet* e celular (Crianças 08, 16, 20) dentre outros.

...caro foi minha boneca das Chiquititas, eu sempre vejo a novela e eu vi passando a boneca e fiquei com vontade e pedi a minha mãe aí **ela comprou no meu aniversário** (C17).

Caro mesmo foi uma boneca que ganhei de minha mãe, ela é linda (risos) (C18).

...teve um celular [...] eu levei para a escola e meus viram e disseram que queriam amigos ter um igual ao meu (C19).

Outras crianças expressavam o desejo em consumir produtos caros em relação à renda familiar, como as crianças 01 e 06, com destaque a fala da Criança 15, “pedi **um tablet, mas era caro**, eu vi na loja do centro e tive vontade de comprar aí ela (Responsável 15) disse que não tinha condições não, aí eu peguei e me conformei [...] achei triste [choro]... depois passou (C15). “... as vezes **eu não peço porque sei que é caro** [...] já **tive vontade de comprar a casa da ‘poli’**” (C23).

Mais uma vez a Criança 16 expressa na entrevista uma realidade que não está de acordo com a que vive quando conta que realizou compras de itens caros “**foi o tablet e a bicicleta que eu ganhei no meu aniversário eu fiquei muito feliz**” (C16), em nem um momento da entrevista a criança demonstrou viver privações de consumo e alega que tudo o que ela deseja comprar, ela já tem. A mãe da criança (Responsável 16) também negou a compra desses produtos. Com isso, a pesquisadora pediu autorização a criança para que pudesse ver os brinquedos, a criança disse que já não os tinha mais, a bicicleta foi vendida e o *tablet* estava emprestado a uma amiga.

As crianças não foram questionadas em relação ao entendimento de preço por não se tratar do objetivo desse estudo, os responsáveis que apontaram diversos produtos considerados caros por eles. Os responsáveis 01, 10 e 21 citaram o celular como um item caro que seus filhos haviam pedido e que não realizaram a compra. Muitas vezes em decorrência da renda familiar as crianças não têm seus desejos atendidos, a fala dos responsáveis 03, 05 e 13 mostra essa realidade.

...não, compro não, eu comprava, agora não compro mais, porque **os brinquedos que ela pede são todos caros**, esses dias **ela me pediu uma boneca (baby life) que custava 300,00 reais**, ela é assim quando pedi brinquedo **é tudo caro**, aí eu acabo não comprando (R03).

...ela (Criança 05) **pediu uma vez uma cozinha da barbie** só que eu disse que não podia comprar, **era caro** na hora ela ficou triste, mas depois foi passando (R05).

...ele (Criança 13) **pediu uma bicicleta**, ele esquece as outras coisas, mas a bicicleta ele sempre fica pedindo e tem outra coisa que ele quer muito também que **é um tablet, essas duas coisas que ele sempre pede muito**, aí ele diz que o *tablet* não é caro, mas eu explico a ele que não é caro pra quem tem dinheiro **pra eu que não tenho é caro sim**, mas depois ele se aquieta (R13).

Os demais entrevistados responsáveis pelas crianças (responsáveis 06, 15, 17, 20) citaram itens como: boneco, carrinhos, bonecas da Barbie, bicicleta e vídeo game, as

respondentes ainda relatam os esforços desempenhados para que pudessem atender aos apelos das crianças.

...o vídeo game, eu comprei a vista, **fiquei apertada, mas juntei o dinheiro para comprar**, a gente faz qualquer coisa pelos filhos [...] (R02).

...teve uma boneca que eu comprei pra ela, não foi essa que eu te falei que ela está pedindo não, foi outra, mas **essa que eu comprei também foi bem cara**, mas eu comprei e **tive que dividir no cartão, passei vários meses pagando**, quando eu comprei eu não estava nem podendo comprar, me apertei, dividi e comprei (R03).

...o dinheiro é pouco, aí **pra comprar o celular eu tive que parcelar** em doze vezes porque eu comprei pra dar de presente de aniversário a ela (Criança 4), [...] aí no mês que eu comprei eu estava muito apertada (R04).

Pra comprar **o tablet dela eu tive que parcelar né**, porque para comprar à vista eu não tinha como, aí eu comprei parcelado e ainda tô pagando (R08).

...ele (Criança 19) **pediu um boneco** uma vez que foi 54,00 reais eu **comprei parcelado no cartão**, mas comprei, deu pra comprar, mas outras coisas como celular, aí eu digo que não tem como comprar (R19).

Diante das falas citadas podemos ver os esforços que os responsáveis desempenham para atender aos pedidos das crianças, comprometendo a renda da família com meses de parcelamento para a compra de brinquedos, bicicletas, vídeo game, celulares dentre outros produtos citados. Em contexto de pobreza as pessoas tendem a realizar compras com o intuito de esconder sua condição social, segundo Jaiswal e Gupta (2015). Ou seja, realizam um consumo compensatório, usando o comportamento de compra como um meio alternativo de cumprimento de suas necessidades, desejos ou falta. Em contexto de pobreza, esse desejo de consumo ocorre geralmente por itens caros para esconder sua condição, e ainda para amenizar suas tensões de estados psicológicos negativos, explicam os autores.

4.1.4 Exposição

Além da necessidade e desejo de consumir, as crianças sentem à vontade de consumir para se expor, ou seja, para causar uma boa impressão em outras pessoas.

[...] **eu acho que se eu estiver mais arrumada elas vão achar que eu sou mais legal** [...] (C04).

eu me importo (risos) **eu gosto de ficar arrumadinha** para as outras meninas não ficarem me ‘zuando’, porque quando eu não tô arrumada elas ficam falando que eu sou feia, suja, essas coisas assim [...] porque **se eu tiver desarrumada ela não querem brincar comigo**, ficam só me zuando, só quem brinca sempre comigo são duas meninas da escola que não ligam se eu tô arrumada (C06).

[...] **eu me importo como as pessoas pensam**, porque assim, quando a gente veste uma roupa feia tem menino e menina que fica falando que está feia e eu fico triste, mas quando eu visto uma roupa que está bem arrumada e pessoa fala que eu tô bonita eu fico feliz (C11).

Eles (amigos) **pensam que eu não sou tão legal** porque eu não tenho as coisas que eles têm como o celular (C21).

A preocupação que as crianças apresentam está relacionada às privações de consumo que vivenciam, pois como expõem, as crianças arrumadas configuram-se como uma forma de causar boa impressão e geram a sensação de que as outras pessoas vão vê-la de uma forma melhor como se pudesse causar a impressão de que são mais legais. Quando não têm produtos de consumo que possibilitem estar bem vestidas ou que sejam considerados “importantes” pelos amigos, as crianças acabam pensando que por tal motivo não serão consideradas como legais.

Essa apreensão que algumas crianças mostram em transmitir uma boa imagem às outras também foi identificado pela maioria dos responsáveis.

Ah! **ela** (Criança 04) **gosta de chamar a atenção das outras crianças [...] ela se preocupa se vai estar arrumada, bem vestida**, ela fica olhando na internet e na televisão como faz penteado no cabelo, ela mesma ajeita o cabelo dela, **adora se exibir para as amigas que é pra elas dizerem que ela está arrumada**, adora roupa nova, ela se preocupa, ela não sai nem na calçada de casa se não tiver toda arrumada, maquiada (R04).

Se preocupa, principalmente com o cabelo ela só quer usar tiara, broque de cabelo, **ela** (Criança 11) **só gosta de andar arrumada. Ela sempre fala que se não tiver arrumada as amigas dela vão chamar ela de feia [...]** eu digo que ela é criança que não precisa disso, **mas ela é muito vaidosa**, esses dias ela foi para um aniversário ela pranchou a franja que cortar o cabelo (R11).

Eu tô notando que ela (Criança 18) **tá se preocupando mais**, não quer repetir a mesma calça que tá mais arrumada (R18).

Se preocupa ele (Criança 19) gosta de se arrumar de comprar roupa, está bem vestido, **principalmente pra os amigos dele vêem** (R19).

Tem um casaco que ele (Criança 20) **gosta de usar porque os amigos dele dizem que ele está chique** e ele se sente arrumado, ele gosta de se arrumar tanto na roupa como no cabelo (R20).

Além dos responsáveis já citados (04, 11, 18, 19, 20) outros também corroboram esse pensamento (05, 07, 12, 23) de que seus filhos demonstram uma preocupação em estarem bem vestidos para que outras pessoas vejam. As crianças ainda demonstram satisfação em serem notadas e em receberem elogios de outras pessoas, como foi apontado pelos responsáveis 04 e 20. Esse tipo de comportamento foi identificado com maior intensidade entre as meninas, enquanto que apenas os responsáveis de dois meninos (crianças 19 e 20) afirmam que seus filhos têm essa preocupação. Os demais responsáveis entrevistados afirmam que seus filhos não

se preocupam, com exceção dos 16 e 17, que não observaram se as filhas tinham esse comportamento.

4.3 PRIVAÇÕES DE CONSUMO NA INFÂNCIA

Privação de consumo é compreendida como a falta de recursos necessários para a vida, que ocorre em detrimento da pobreza que aflige milhares de pessoas. O conceito de privação é utilizado para identificar aspectos relacionados à pobreza, dentre estes aspectos os tipos de privações vivenciadas por famílias e suas crianças. As privações de consumo estão associadas ao estilo de vida em sociedade, uma vez que, a privação, e também a pobreza estão relacionadas (SANTOS, 2011; CRETIAZ; SUTER, 2013). De forma mais específica podemos dizer que a privação de consumo é uma consequência da pobreza.

Nesse estudo foram investigadas as privações materiais na pobreza relativa. A literatura explica que na pobreza relativa as pessoas têm suas necessidades básicas atendidas, como saúde, educação, habitação, alimentos e vestuários atendidos, porém não de forma satisfatória, o que ocasiona tais privações de consumo, como também consumos relativos a entretenimento não são atendidos.

Para identificar os itens de privação que as crianças entrevistadas sofrem foi realizada uma sondagem, sendo solicitado que as crianças realizassem um desenho de itens que elas comprariam caso fossem a um passeio e pudessem realizar compras de produtos que desejassem comprar. Para melhor compreensão, as privações foram divididas em categorias de análise que estão de acordo com os objetivos, dimensões e categorias de pesquisa definidas anteriormente.

4.3.1 Saúde

Pessoas pobres tendem a ter saúde comprometida, pois em decorrência da falta de renda familiar e incapacidade do governo de oferecer o atendimento adequado, essas pessoas não têm cuidados básicos com a saúde, podendo acarretar má saúde física e mental.

Essa categoria buscou identificar se as crianças tinham acesso aos cuidados com a saúde e, para tanto, as crianças e os responsáveis foram questionados se a criança já havia ficado doente e como tinha sido os procedimentos de cuidados para com a saúde. As crianças entrevistadas não compreendem a precariedade de atendimento e respondiam que já haviam ficado doente, mas que não tinha sido nada grave.

Já sim, [...] minha mãe teve que me levar no médico, eu vomitei [...] aí veio **um médico me atendeu** (C14).

Já [...] fui pro hospital passei a noite lá o médico me atendeu, fiquei bem depois (C16).

Fiquei vomitando **tive que ir pro hospital e fiquei tomando** soro e quando cheguei em casa eu tive que tomar remédio [...] não sei se foi minha mãe que comprou o remédio (C17).

...só fiquei com dor de barriga, vomitando, assim... **nada grave** (C18).

Já sim, fui para o médico e tive que tomar remédio quando cheguei em casa, mas **não foi grave eu voltei logo pra casa** (C19).

Já, mas **não foi nada demais eu tomei remédio em casa mesmo** (C21).

As falas das demais crianças entrevistadas (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 20, 22 e 23) estão em concordância com os trechos das entrevistas acima expostas. As dificuldades e privações relacionadas à saúde da criança são apontadas por seus responsáveis.

... na vez que eu levei ela (Criança 05) no materno (hospital infantil da cidade) **faltou sim, teve remédio que ela tinha que tomar lá no hospital e lá não tinha**, aí o médico prescreveu, era uma injeção, mas ela tomou depois porque eu comprei e o atendimento lá também não foi bom [...] teve uma vez, já faz um tempo que aconteceu ela estava com infecção intestinal eu levei para o hospital, **fiquei esperando atendimento e não teve médico, aí eu tive que pagar a consulta** e tudo que foi preciso (**Pesquisadora: a senhora tinha o dinheiro?**) [...] eu pedi emprestado a uma pessoa de minha família e depois eu fui pagando (R05).

[...] **eu compro os remédios, passo aperto**, mas eu compro porque deixar ele doente é que não dá né? **A pessoa faz o esforço compra fiado para pagar no mês que vem**, mas compra [risos] (R09).

Já sim ela (Criança 16) tem um problema, ela não pode beber nada gelada nem ‘pegar’ poeira, **eu levo ela pro hospital o médico passa remédio**, mas **quando tem eu pego na farmácia da prefeitura** quando não tem lá **se for barato eu compro, se não fica complicado**, nem sempre tem na prefeitura, eu me viro, compro para pagar depois teve uma vez que eu não tinha como comprar e minha família me ajudou (R16).

...eu levo pro hospital, **para comprar remédio e ir ao médico uma vez eu contei com a ajuda de... (amigo da família) ele pagou exame, consulta e remédio** porque eu não tinha condições e levei pro hospital, mas lá foi só a consulta, exames e remédios foi ele quem comprou. Quando precisa comprar remédio eu faço sacrifício e compro, ele (Criança 19) tem um remédio que ele toma, e se ele não tomar ele não estudar, não come, fica agitado, aí ele tem que tomar todo dia não pode deixar faltar, mas a gente compra (R19).

Pela falta de atendimento e medicamento em hospitais públicos os pais das crianças desempenham esforços para que as mesmas não fiquem sem atendimento médico e contam com a ajuda de amigos e familiares, recorrem a dinheiro emprestado e realizam compras parceladas para realizar os cuidados que a criança necessita e que é um dever do governo, porém em

decorrência da má administração do dinheiro público, as famílias passam por dificuldades quando necessitam de cuidados médicos ou de medicamento. Assim como o relato mencionado pelos responsáveis 05, 09, 16 e 19 as transcrições se repetem, em que são relatados os fatos de que em alguns casos não falta atendimento e outros faltam, “... **é por dia, tem vez que quando a pessoa precisa tem médico tem remédio e tem dia que não tem nada**” (R10). E outros responsáveis (01, 02, 03, 05, 06, 21, 22, 23) afirmam que poucas vezes seus filhos precisaram de atendimento médico, mas quando precisam corroboram com o pensamento das demais (05, 09, 10, 16 e 19) já mencionadas.

A Responsável 09 expõe que a criança realizava acompanhamento psicológico como tentativa de minimizar as consequências do contexto familiar pesaroso que vive. A mãe ainda conta que a criança tem dificuldades de socialização, já sofreu *bullying* e necessita ser acompanhada por psicólogo e psicopedagogo, porém no ano de 2015 o tratamento da criança foi interrompido pela falta de assistência. A mãe ainda diz ter procurado a secretaria de saúde do município, PSF (Programa de Saúde da Família), CAPS infantil e CRAS, porém os órgãos municipais contatados, mesmo sendo de sua competência, não mostraram uma solução para que a criança continuasse o tratamento e até a data da entrevista a criança aguardava uma vaga para que retomasse o tratamento.

A Responsável 13 é avó da Criança 13 e relata que o mesmo toma remédio de uso controlado e faz acompanhamento com psicólogo. Durante a entrevista a criança apresentava inquietação e nervosismo e, segundo a avó, esse comportamento é habitual e ocorre em decorrência dos problemas psicológicos que a criança adquiriu aos 6 anos, idade em que foi abandonada pela mãe. Quanto ao acompanhamento médico a responsável afirma ser satisfatório, mas faltam os medicamentos.

...ele tem problema, **ele toma remédio**, ele já teve uma gripe muito forte, ele teve um problema nos dentes porque ele toma uma medicação bem forte que estraga os dentes dele [...] **eu tenho que comprar é muito raro encontrar lá** (farmácia do município) o mais barato que não chega a 10 reais eu não encontro lá, muito difícil o ritalina (nome de um dos remédios que a criança toma) **eu tenho que fazer um esforço para comprar [...] só eu sei o que eu passo para comprar o remédio desse menino** (Criança 13), porque 60 reais de remédio todo mês é muita coisa para a gente que só tem o que comer (R13).

Os remédios que a Criança 13 toma não são disponibilizados pelo município e o gasto mensal de 60 reais de medicamentos comparado à soma da renda familiar é um valor significativo. A avó ainda relata que passa dificuldades para conseguir comprar os remédios e

que em vários meses conta com ajuda de professoras e diretoras da escola em quem a criança estuda.

Para essa categoria de análise podemos concluir que todas as crianças sofrem privações relacionadas à saúde, como a falta de atendimento em hospitais, acompanhamento médico e medicamentos. Em alguns casos os responsáveis mostram que o atendimento à saúde foi satisfatório, mas em algum momento sempre faltou algo. Esse tipo de privação ocorre pela assistência precária do sistema de saúde público e pela falta de renda familiar que impossibilita essas famílias de procurarem atendimento médico no sistema privado.

4.3.2 Educação

A educação infantil é de grande importância na superação da pobreza, como também, contribui para o desenvolvimento social e econômico. As privações materiais relacionadas à educação correspondem ao atendimento de forma inadequada, uma vez que na pobreza relativa às pessoas têm acesso à educação, porém a educação oferecida a essas crianças não é de boa qualidade, ou não ocorre de forma satisfatória para o seu desenvolvimento (HUSTON, 2011).

Aqui, buscamos identificar aspectos relacionados à assistência escolar que a criança recebe. Os entrevistados (crianças e responsáveis) alegam que a escola é de boa qualidade no que se refere ao corpo docente das escolas e diretores. Quanto à qualidade do ensino tanto as crianças como os responsáveis apontam que a escola é de boa qualidade por dois motivos, primeiro pela localização que fica próximo as suas residências, e segundo, pela merenda escolar que não falta.

Lá é uma escola boa [...] **eles dão comida** e na outra não tinha [...] (C01).

Eu gosto da escola porque lá tem merenda, tem brinquedo para brincar [...] (C08).

Eu **gosto da escola é perto de casa** e ele está se desenvolvendo mais e lá ele tem mais vontade de estudar (R15).

...é boa eu **gosto de lá é bem organizada e perto de casa** dá pra ela (Criança 16) ir sozinha [...] (R16).

A escola eu acho boa **é perto de casa** as professoras sabem que ele é muito danado e tem paciência com ele, **eu gosto muito de lá** (R20).

Nas entrevistas foi observado que os motivos apontados para indicar o interesse da criança em estudar foram à alimentação oferecida na escola. Os responsáveis 16 e 19, afirmam

que a alimentação de suas crianças é complementada pela merenda escolar, também confirmado pelas crianças 01 e 08.

Com relação às atividades extracurriculares realizadas com o intuito de aprimoramento da educação e desenvolvimento de habilidades da criança, observou-se que elas não são ofertadas à maioria das crianças entrevistadas. Apenas as crianças 07, 12 e 18 realizam atividades extras, como: aula de música, reforço escolar, karatê e aulas de jogos.

eu gosto de estudar [...] na escola **tem aula de música** que a gente aprende a tocar flauta, a gente ensaia apresentação para quando tiver festa na escola a gente se apresentar, **tem aula de reforço para leitura e aula de karatê**, ano passado tinha de futsal, mas esse ano não tem mais (C07).

gosto sim de estudar nunca repeti de ano, eu gosto também de **aula de música e dança que tem na escola** e tem aula de reforço também (C12).

As demais crianças não realizam atividades extracurriculares, pois não são oferecidas nas escolas, algumas afirmam que tais atividades já foram desenvolvidas, mas atualmente não são mais ofertadas, como foi relatado nas transcrições.

Gosto de estudar, mas **não tem aula extra não**, ano passado tinha, só que esse ano não teve mais (C05).

Eu gosto de estudar [...] **quando tinha a ‘mais educação’** (programa do governo) **eu gostava das aulas** de português de matemática e de educação física, eu também gostava das aulas de música, de karatê, essas coisas, mas acabou, eu acho que esse ano não volta mais não (C10).

[...] mas **não tem aula extra não, antes tinha de música, caráter, dança, mas agora não tem mais nada**, eu queria que tivesse porque o reforço que tinha lá ensinava muita coisa pra gente (C13).

Lá não tem essas aulas de música, dança não, mas quando é no São João ou no final de ano aí a gente faz apresentação e tem festinha na escola é bem legal (C20).

[...] **não tem aula de música, nem dança** eu queria que tivesse uma amiga minha faz e disse eu era bem legal (C22).

O Programa Mais Educação citado pela Criança 10 consiste em um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento em Educação, programa do governo federal cujo foco é ampliar a jornada escolar, visando à educação integral, por meio da cultura e artes, cultura digital, meio ambiente e educação. Porém, das 23 crianças entrevistadas, apenas 3 tem acesso à educação de tempo integral e o motivo apontado por crianças (14 e 16) e responsáveis (01 e 10) é a falta de repasse dos recursos do governo para as escolas.

Além da falta de assistência do governo para uma educação de qualidade, a renda familiar não possibilita as crianças tem acesso a atividades extracurriculares.

[...] não está tendo agora, mas já teve aula de caratê, esporte, música, mas acabou, tomara que volte [...] eu gosto quando tem essas aulas, **eu pedi a minha mãe para pagar aula de balé, mas ela disse que agora não está podendo** (C17).

Eu gosto de ler, mas não tanto a gente fazia aula de leitura ano passado, mas acabou [...] não tem aula extra não **eu tenho vontade de fazer karatê, mas minha mãe não pode pagar** (C21).

[...] **não tem aula extra, mas ela tem muita vontade de ter aula de balé** e eu já disse a ela que um dia quando as coisas melhorarem eu vou colocar ela (R22).

[...] **ela** (Criança 23) **também fica querendo fazer aula de música e dança**, mas agora não tô podendo pagar, ela sempre pedi, mas é difícil, **eu não posso pagar** (R23).

As atividades extracurriculares são importantes para o desenvolvimento das crianças, pois proporcionam a possibilidade de aprendizado, e ainda, contribuem para a maturidade das mesmas. Para crianças de famílias pobres essas atividades são de significativa importância, pois sua vida tende a girar em torno de brincadeiras informais e com tempo ocioso. Os achados confirmam que Crianças pobres, quando não estão na escola, ficam em casa enquanto seus pais saem para trabalhar e em decorrência da falta de renda familiar, seus pais não têm recursos para pagar atividades extras para seus filhos (LAREAU, 2000).

De acordo com as entrevistas realizadas, é possível identificar a falta de assistência escolar e educação adequada as crianças. Assim como a saúde, a educação é uma necessidade básica que também é precária, na visão das famílias pela falta de assistência do governo e de renda familiar, sendo a criança a principal prejudicada.

4.3.3 Habitação

A renda familiar influencia diretamente no bem-estar das famílias e consequentemente nas crianças, famílias em contexto de pobreza vivem em casas menos confortáveis do que famílias em melhores condições financeiras. As casas de pessoas pobres tendem a ser danificadas e localizadas em áreas periféricas, pois não têm renda suficiente para pagar habitação adequada (GUNN, DUNCAN, 1997; GUO, HARRIS, 2000; HILL, 2002b).

Crianças e responsáveis foram questionados quanto à segurança e ao conforto de suas residências. A Criança 01 conta que a casa em que mora está com as portas quebradas em decorrência de atritos entre sua mãe e seu padrasto, os mesmos não teve condições de pagar pelo conserto dos dados e para a criança a casa não é mais segura. Outros entrevistados também relatam a falta de segurança em suas residências.

[...] aqui **nesse bairro o pessoal sempre fala que acontece assalto**, aí as vezes a gente fica com medo, mas minha mãe tranca as portas e a gente dorme no mesmo quarto (C09).

Acho que não é seguro nessa casa [...] quando foi na noite de São João entrou um cara aqui [...] eu acho que se a porta fosse segura ele não tinha conseguido entrar (C14).

[...] **eu só queria que as paredes fossem de tijolo**, mas minha mãe disse que não tem dinheiro para fazer as paredes [...] **acho que não é segura porque as portas são velhas, as paredes são de barro se chover a casa fica cheia de água** e também um ladrão pode entrar aqui (C15).

Falta pintar e arrumar toda porque é só as paredes e **não é segura porque o ladrão já entrou**, pulou o portão e foi pelo beco e roubou as coisas de lá, mas eu gosto porque tem um muro que dá para brincar. **Eu queria que fosse toda arrumadinha com as paredes brancas e eu tivesse um quarto sozinha com cama e guarda roupa** (C22).

Assim como a Criança 22 que demonstra a vontade de sua casa ter maior conforto com um quarto, outros entrevistados também sentem essa necessidade.

[...] **eu queria morar em outro lugar, eu queria que minha casa fosse bem grande** que tivesse uma área de serviço, **um quarto para mim**, outro para meu irmão e um para minha outra irmã, [...] no meu quarto eu queria que tivesse um monte de coisa, com uma cama, um guarda roupa, muitos brinquedos, só que eu não tenho nada de brinquedos (C06).

[...] **eu queria que essa casa fosse grande**, espaçosa e que desse pra minha família que não tem onde morar ficasse aqui com a gente (C13).

Eu **tenho vontade de melhorar minha casa** [...] **eu só queria que fosse de tijolo**, mas minhas condições não deixam, **eu gostaria que fosse mais segura também** porque as portas já estão caindo, eu fico esperando por esse sonho, quem sabe um dia (R15).

Foi observada que a casa da Criança 13 é deteriorada, a mesma dorme na sala da casa, sem nem um tipo de conforto e segurança, e seu responsável, afirma que não tem condições de pagar por uma reforma na residência e que, pela falta de renda, só conseguiu construir a casa com apenas dois cômodos.

Assim como nas entrevistas, durante a produção do desenho algumas crianças demonstraram habitação como um item de privação. A Criança 19 desenhou a casa que a gostaria de ter, como pode ser observado na Figura 6.

FIGURA 6 – Desenho da Criança 19



FONTE: Desenho coletado na entrevista

A Criança 19 explica o desenho ao relatar que **“eu queria comprar uma casa que fosse grande e que desse pra todo mundo morar, porque essa casa está com as paredes molhadas à porta tá velha e é muito pequena a casa.** Além da explicação do desenho, durante a entrevista a criança relatou **“eu queria que ela fosse como uma casa que tem aqui nessa rua e eu queria que tivesse uma cozinha grande e um quarto só para mim.** Assim como a criança, seu responsável (19) demonstra o mesmo interesse **“aqui só tem um quarto, eu durmo na cozinha, a casa não é segura porque o muro caiu e ficou aberto, a gente não tem condições de fazer outro não (R19).** A casa da família é pequena, com apenas três cômodos (sala, quarto e cozinha) para sete pessoas e está danificada e com falta de segurança.

Nessa categoria de análise, a privação material foi percebida mais pelas crianças que apontaram a falta de segurança e conforto, mostrando assim, que muitas famílias residem em casas danificadas, sem segurança e localizadas em bairros marcados pela criminalidade. Apenas os responsáveis 15 e 19 que demonstram, assim como as crianças, a precariedade de seus lares. Outro fato a ser observado é que para os responsáveis o fato de não pagar aluguel já torna a moradia adequada, mesmo diante aos problemas relativos na habitação.

A casa é do meu sogro, é emprestada, **só em não pagar aluguel já está muito bom,** eu até queria ter condições de morar em uma casa maior porque ela (Criança 06) quer ter um quarto só para ela. **E as portas da casa já são velhas o bairro aqui tem assalto,** as vezes eu fico com medo, mas agora não estamos podendo trocar as portas, e se mudar para pagar aluguel também não podemos (R06).

Eu gosto daqui, **a casa é minha** [...] **eu queria ter uma casa maior** para ela poder ter um quarto só pra dela, **mais segura, em outro bairro**, mas se eu for sair daqui é pra pagar aluguel e eu não tenho condições de pagar aluguel (R14).

A casa é essa que você está vendo **é de taipo**, mas esse local é bom eu gosto daqui eu queria que fosse melhor, **mas só em não pagar aluguel já está bom**. Só que se chover a gente tem que sair porque a água do rio entra na casa, mas faz tempo que não chove (R16).

O problema habitacional se destaca pela falta de casas apropriadas, dentre as questões que se apresenta, a desigualdade de renda contribui para que muitas famílias não tenham segurança para suas crianças, a falta de habitação a preço acessível e a falta de renda para pagar por moradia digna, faz com que muitas famílias morem em periferias, áreas de risco, de difícil acesso e sem infraestrutura, como é o caso das famílias participantes dessa pesquisa. Diferenças regionais não foram constatadas, foi verificada características de má qualidade na habitação das crianças em todas as cidades em que foram realizadas entrevistas.

4.3.4 Alimento

A alimentação é uma necessidade básica e um direito humano, não basta ter acesso, é necessária ser adequada. Romanelli (2006, p. 336) explica que a dieta da população pobre é monotonamente repetida e os alimentos são classificados entre os que são comida, como arroz, feijão e carne. “Em suas representações são alimentos ‘fortes’ que sustentam e se contrapõem a verduras, legumes, frutas que servem para “tapear” e são indicados no diminutivo como ‘coisinhas’, ‘saladinhas’, ‘verdurinhas’ que não enchem barriga”. Assim como relatado pelas crianças 1 e 16: “**arroz, feijão e frango. É o que tem lá em casa**” (C01). “**Eu como bem arroz, carne, macarrão, essas coisas**” (C16). [...] **aqui em casa falta carne**, tem dia que não tem **fruta** eu também gosto de comer, mas minha avó diz que **o dinheiro não dá para comprar** (C13).

Uma alimentação adequada é aquela que por meio de nutrientes atende todas as exigências do corpo, ou seja, as necessidades do nosso organismo (ALBUQUERQUE, 2009). As crianças (02, 03, 11, 18, 22) confundiam uma boa alimentação com “comer muito”. Nos desenhos as crianças 09 e 15 expõem a vontade de comprar itens relacionados à alimentação. Na Figura 7 o desenho da Criança 09 é de frutas, como: banana, maçã e uva, a criança ainda explica que são itens que gosta de comer e que muitas vezes falta, tendo a responsável pela criança confirmado a carência desses itens na alimentação da família.

A falta de uma alimentação adequada foi observada pelos responsáveis, mais do que pelas crianças. Acredita-se que pelo fato de serem os responsáveis que realizam tais compras ou porque as crianças não entendem quais são os itens necessários para uma boa alimentação.

Acho que a alimentação deveria ser melhor, mas o dinheiro é pouco... a gente faz o que dá (R02).

[...] **falta uma fruta** que nem sempre tem, essas coisas não, **aqui só tem o básico mesmo** (R13).

[...] **aqui nunca faltou comida**, eles nunca passaram fome, a comida **não é das melhores**, mas também não falta, **falta carne, fruta, verdura** que nem toda semana dá para comprar, mas comida não falta não, graças a Deus nunca passaram fome (R15).

A alimentação é mais ou menos, é o que o dinheiro dá, só pro básico mesmo, mas na escola ela se alimenta melhor, lá tem fruta, suco, iogurte que ela (Criança 16) gosta (R16).

Ele (Criança 19) come direitinho, mas **quem tem um salário mínimo não come bem não, a gente ‘passa’**, até hoje não faltou, mas vem água, luz, gás e nem sempre dá para comprar o que a gente tem vontade a alimentação é simples, mas a gente vai levando (R19).

A Responsável 02 afirma que em sua casa a alimentação não é adequada. Nem para ela nem para a criança. Nesta família, foi observada uma disparidade nas falas, ora a mãe afirma comprar itens considerados caros para a criança, ora afirma não ter condições de custear uma boa alimentação e cuidados com a saúde. Nota-se que os esforços desempenhados pela mãe, que assume o papel de chefe da família, são para atender desejos de consumo da criança, comprometendo suas necessidades básicas, como: saúde e alimentação.

Mesmo afirmando a falta de itens importantes na alimentação como verduras e frutas, os responsáveis não confirmam as privações de consumo relacionadas à alimentação. Nas falas foi possível observar que quando se tem o “básico” já é o suficiente. Segundo Romanelli (2006), pessoas pobres, em suas representações veem os alimentos “fortes” que sustentam e se contrapõem a verduras, legumes e frutas. Para o autor essa lógica classificatória não se baseia no valor nutriente dos alimentos, mas no fato de que proporcionam a sensação de repleção, ou seja, dando a sensação de “barriga cheia”. Nas entrevistas tanto das crianças quanto de seus responsáveis, foi identificado que os mesmos têm acesso à alimentação, porém essa pesquisa verificou a falta de alimentação adequada, pois como são famílias pobres enfrentam a falta de recursos financeiros para ter acesso a certos tipos de alimentos.

4.3.5 Vestuário

Assim como a saúde, educação, habitação e alimentação, vestir também é caracterizado como uma necessidade básica da criança. Os principais atributos para a escolha de roupas englobam a qualidade, o conforto, o caimento, o design do modelo, o estilo pessoal, a possibilidade de coordenação com os outros itens, a adequação à moda e a ocasião de uso (FREDERICO; ROBIC, 2006). Nessa pesquisa, apenas três crianças relataram a compra de roupas. A Criança 10 diz que não compra roupa com frequência, mas que quando compra são roupas baratas, pois seus pais não dispõem de muito dinheiro. As crianças 11 e 12 contam que quando precisam de roupas as mães compram ambas afirmam que são roupas baratas e que são mais para atender as necessidades, como explica a Criança 11: **“ela (mãe) compra roupa barata, não é nada de marca nem caro não”**.

Quando questionados se a compra de roupa acontecia com frequência à maioria dos entrevistados afirmaram que não e que esse tipo de compra acontece mais em decorrência da necessidade e caso a renda da família suporte tal gasto.

Nem sempre a gente compra roupa só quando tem dinheiro, quando não tem dinheiro e a gente precisa de uma roupa para usar, a gente espera quando tiver para comprar (C06).

As vezes quando dá para comprar, ela (Responsável 8) me leva para provar, mas é sempre ela quem escolhe (C08).

A gente só compra roupa quando precisa e tem dinheiro (C18).

Não, só quando preciso minha mãe que compra, ela que escolhe, ela sabe o que o dinheiro dá para comprar (C19).

Eu só compro quando precisa, eu gosto de comprar pra ele (Criança 09), **mas na situação que eu tô não posso comprar nada pra ele**, nunca mais comprei nada (R09).

Eu só compro quando precisa mesmo, mas eu sempre compro alguma coisa pra ela (Criança 14), sempre que posso eu compro [...] como eu tenho outros filhos tem um mês que eu compro alguma coisa pra um no outro mês compro para o outro, **eu sempre compro roupa barata** porque eles sempre têm alguma coisa para comprar, eles estão crescendo e as roupas ficam perdidas (R14).

A Criança 06 fala na entrevista que nem sempre tem condições de comprar roupas, como também demonstra em seu desenho. Com relação à ilustração, ela explica que são roupas que ela compraria: um dos desenhos é sua mãe comprando roupas e tênis para ela e seu irmão.

FIGURA 9 – Desenho da Criança 06

FONTE: Desenho coletado na entrevista

Na Figura 10 o desenho da Criança 23 também mostra a vontade de comprar roupas. A criança explica o desenho “se minha mãe e meu pai dissesse que eu podia comprar tudo o que eu queria, eu queria comprar a casa da poli que eu vi na TV, um celular para brincar com minhas amigas e **um vestido de bolinha**” (C23). O responsável 23 afirma “[...] roupa ela já tem também é porque menina sempre quer ter mais roupa né?” (Risos)”.

FIGURA 10 – Desenho da Criança 23

FONTE: Desenho coletado na entrevista

Algumas crianças cujas famílias não têm condições de comprar roupa, contam com ajuda de outras pessoas. Em situação de pobreza as pessoas buscam recursos por meio da generosidade de outras pessoas em situação financeira mais favorável (HILL, 2002a) como pessoas da família e amigos apontados por alguns dos entrevistados.

Não muito, quando precisa eu compro, **tem muitas roupas que eu ganho de minha prima, minha tia**, eu gosto das coisas que elas me dão (C05).

[...] tem **uma mulher que minha avó faz faxina na casa dela que ela sempre traz roupa e brinquedo usado** quando o filho dela não quer mais brincar ou quando a roupa dele não cabe mais ela vem e me dá, as coisas que ela traz é bem novinha e eu uso tudo, semana passada ela trouxe umas camisas, essa que eu tô vestida foi ela que me deu (C13).

Eu sempre recebo roupa da mulher que é amiga de minha avó, quando ela não quer mais roupa ela traz para a gente e sempre vem roupa para mim também (C22).

Eu nunca compro roupa, difícil ele (Criança 08) pedir e também **as vezes ganha roupa de uma pessoa que eu já trabalhei na casa dela** aí ela tem um menino que é quase do tamanho dele, aí quando ele não está usando mais uma roupa aí dá para ele, ele fica feliz, ela traz a roupa quase nova e já me ajuda muito (R08).

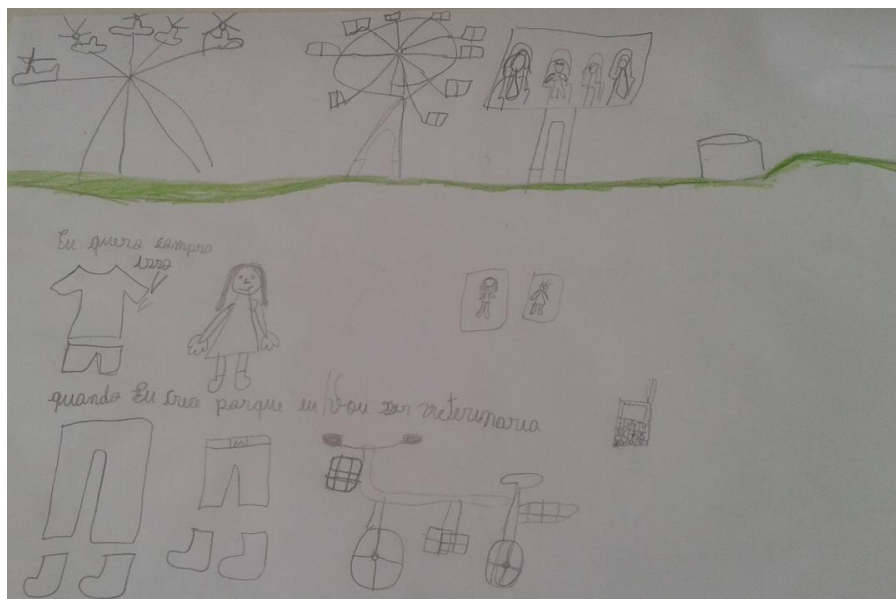
A privação de consumo no que tange aos aspectos relacionados ao vestuário das crianças, foram identificados que essa não é uma carência sentida de forma significativa, pois mesmo não tendo condições de comprarem roupas com frequência, a maioria dos respondentes contam com a generosidade de pessoas próximas que por meio de doação de roupas usadas supre a necessidade das mesmas.

4.3.6 Entretenimento

As pessoas relativamente pobres não têm acesso a recreação e diversão (MAYER; SULLIVAN, 2012). Nesse estudo, o entretenimento está relacionado a itens destinados ao público infantil, assim buscou identificar como são as formas de entretenimento das crianças de famílias pobres e ainda, se durante os momentos de descontração e socialização a criança sente à vontade de consumir algo.

Na figura 11, o desenho da Criança 14 ilustra os seus desejos de consumo, a mesma explica que roupas, brinquedos e celular era o que compraria, além do parque de diversões que explica: [...] **aqui em cima é o parque que eu vou com seus irmãos pra gente brincar nos brinquedos** (C14).

FIGURA 11 – Desenho da Criança 14



FONTE: Desenho coletado na entrevista

Em relação aos momentos de recreação e diversão as crianças afirmavam que seus passeios são restritos a casas de familiares, praças, escola, igreja, shopping ou quando seu responsável precisa sair para realizar compras à criança está presente.

A gente **nunca sai para passear**. (C02).

Só quando tem dinheiro, aí quando tem **a gente vai para praça para o parque**, para rua **comprar as coisas**, a gente compra as coisas para comer (C06).

Eu **vou para a escola**, as vezes **vamos para o centro comprar coisas**, **vamos no mercado fazer fera** [...] **eu peço a ela para comprar iogurte que eu gosto** [...] difícil ela comprar, ela sempre diz que tem pouco dinheiro que tem que comprar as coisas para passar o mês aqui em casa (C08).

A gente **sempre vai no centro**, **ver as lojas**, **eu peço pra ela comprar panelinha**, **brinquedos**, **essas coisas** [...] ela (Responsável 11) diz que não tem dinheiro [...] (C11).

[...] **para casa de minha tia**, **minha avó** e as vezes **vamos no centro** [...] **quando a gente sai eu fico com vontade de pedir pra minha mãe comprar as coisas pra mim**, só que eu acho chatinho apertar minha mãe para comprar as coisas que ela não pode, as vezes ela briga porque eu fico pedindo aí eu penso que eu fiz uma coisa errada, antes eu não pedia as coisas a minha mãe, mas agora eu peço porque eu vejo que minhas amigas têm e fico tendo vontade de ter (C12).

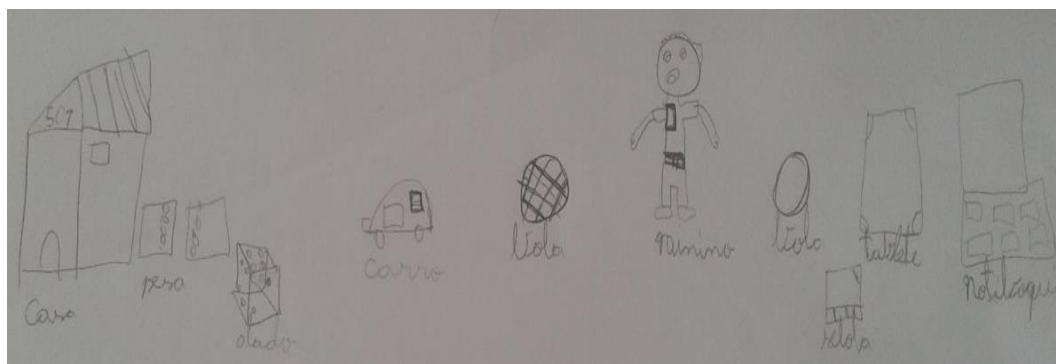
Eu **gosto de ir na pracinha**, **para a sorveteria**, **fazer compras no mercado com minha mãe**, **eu acho muito divertido**, mas a gente só compra alimento, eu peço sorvete a minha mãe, picolé essas coisas quando a conta não fica grande ela compra (C15).

Eu **gosto de ir pra casa de minha tia de minha avó da minha madrinha e minhas primas**, só para essas casas que a gente vai (C17).

[...] **a gente não sai não, só vou na casa de minha tia mesmo ou quando minha mãe vai para o centro** e quando chegou lá eu pedi para comprar umas coisas que eu vi nas lojas, tinha **roupas, brinquedos eu pedi**, mas ela (Responsável 22) não tinha dinheiro (C22).

Como foram relatadas pelas crianças entrevistadas, muitas delas estão presentes quando seus pais realizam compras, para elas o ato de comprar é compreendido como um momento de entretenimento que substitui até mesmo momentos de brincadeira (MCNEAL; JI, 2003). Então, assim como previsto na literatura, a criança se diverte enquanto acompanha e presencia seus responsáveis realizando compras, também foi observado que durante esses momentos as crianças solicitam a compra de itens que desejam consumir e que esses itens variam de acordo com o ambiente em que estão inseridas. Por exemplo, para a Criança 08 fazer compras no supermercado é um momento de entretenimento e diversão e durante esse momento seu pedido é por itens que constam no supermercado. No desenho da Figura 12 a mesma criança, ainda expõe o desejo por outros itens de consumo que viu em outros ambientes de compra.

FIGURA 12 – Desenho da Criança 08



FONTE: Desenho coletado na entrevista

As crianças pobres podem ir para as lojas em nome da família, mas eles não fazem compras para seu uso pessoal. Em geral, as decisões de consumo envolvendo crianças pobres são feitas em outros lugares e delegadas para a criança (WELLS, 2002). Ou seja, em muitos casos as crianças são informadas previamente pelos pais o que podem ou não consumir. Elas sabem que podem ter de esperar até um aniversário ou Natal para conseguir o que querem, mas isso não as impede de tentar fazer pedidos durante as compras. Essa tensão é uma característica que define as relações entre pais e filhos (RUCKENSTEIN, 2010).

Ela (Responsável 03) **diz que não pode ficar pedindo quando a gente sai**, tem esperar ela perguntar se quer [...] quando a gente vai para algum lugar ela diz: ‘só pode pedir isso e tal’ é assim que ela diz, aí eu não fico pedindo nada (C03).

...a gente sempre sai, as vezes a gente vai pra piscina para o shopping [...] **não, nunca peço nada, a gente sabe o dia que vai para comprar e o dia que vai para passear. Minha mãe avisa antes de sair de casa o dia que vai comprar** roupa ou que vai só para passear, aí a gente já sabe aí nem pedi porque ela avisa em casa (C18).

Quando eu levava ele (Criança 01) pra área de laser [...] ele ficava pedindo as coisas sem eu poder, **antes de sair de casa eu falava pra eles que não podiam pedir nada que o dinheiro era contado** [...] eu que ia comprar as coisas pra eles, só que quando chegava lá ele ficava pedindo [...] (R01).

Para famílias pobres, a televisão é utilizada como forma de entretenimento, com isso as crianças tendem a passar mais tempo expostas aos apelos midiáticos do que crianças de famílias com renda mais favorável (ISAKSEN; ROPER, 2008). As famílias em contexto de pobreza não têm condições de pagar por lazer, como por exemplo, viagens que servem ao propósito de recreação (GUO; HARRIS, 2000). Com isso, a TV é usada como uma forma barata de entretenimento e que estimula o consumo de crianças pobres em que seu consumo se resume às necessidades básicas.

A boneca ... eu vi na televisão, passa a propaganda dela na televisão, aí eu chamei minha mãe e mostrei a ela que eu queria e quando ela teve o dinheiro ela comprou e me deu [...] **eu sempre assisto os desenhos das princesas e vejo passando** (C07).

Eu gosto de assistir desenho animado, filme, novela, Chiquititas, Carrossel, bom dia e companhia, carrossel animado, Chaves [...] **uma vez eu vi um boneco do “buzz lightyear” que eu vi passando na TV aí eu pedi o dinheiro para ela para comprar aí ela não me deu não**, disse que ia comprar, mas depois ficou dizendo que não teve tempo. No outro dia eu pedi de novo mas ela não me deu ainda, acho que ela não vai compra não (C10).

Eu gosto de ver TV [...] **as vezes quando passa alguma coisa na televisão eu peço a mainha, tem um programa que passa uma menina com um notebook aí eu fico pedindo**, mas ela diz que agora não que eu sou muito criança ainda (C11).

[...] **tem a novela Carrossel e tem uma menina que tem um tobogã da ‘poli’ e eu pedi** e ela (Responsável 12) disse que não podia porque era caro [...] **E teve uma sandália que fica piscando que eu também tive vontade de comprar** (C12).

[...] assisto desenho de manhã e à noite eu assisto Chiquititas, Carrossel e Cúmplices de um Resgate (novelas) [...] **uma vez eu tive vontade de comprar um ursinho que eu achei muito bonito quando passou na novela de Chiquititas e eu pedi para minha avó para comprar e ela disse que agora não estava podendo comprar e que quando ela tivesse dinheiro ela comprava** (C13).

Assisto novelas [...] **já vi uma bicicleta e tive vontade de comprar, eu já vi roupas também**, aí sempre que eu vejo eu peço a minha mãe e ela diz que não tem condições [...] (C15).

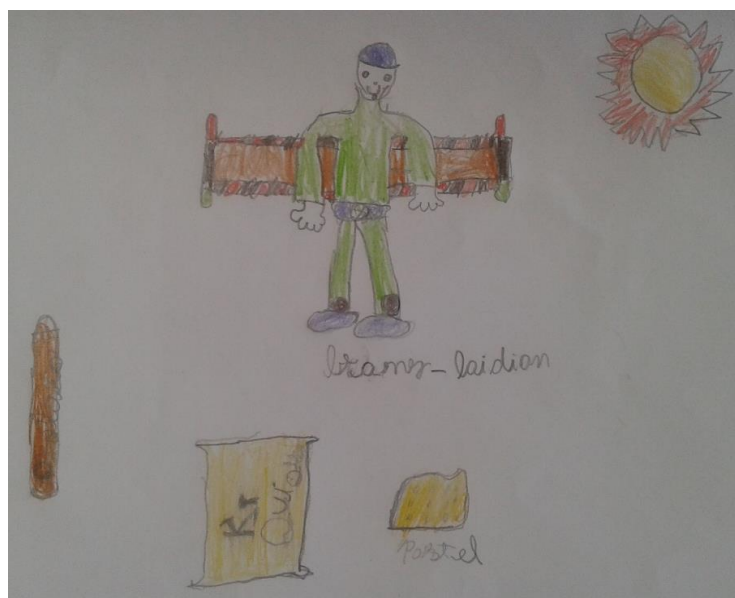
Foi **a casinha da barbie que passa na propaganda**, só que ela (Responsável 17) disse que não podia comprar porque era muito caro (C17).

Tive vontade de comprar **um sapato pra eu ir pra escola**, era um tênis que vi uma menina da novela usando (C18).

Desenho, novela... **eu já tive vontade de comprar brinquedo e tablet que eu vi na televisão** (C22).

Nas propagandas sempre existe algo para chamar atenção das crianças, mesmo que o produto não seja destinado ao público infantil. Como as crianças de classe social mais desfavorecida passa mais tempo vendo TV, as mesmas são, ainda mais vulneráveis aos apelos midiáticos. E quando não tem seus desejos de consumo atendidos sofrem diversas consequências negativas (HILL, 2001a). O desenho da Criança 10 ressalta sua vontade de comprar o brinquedo que viu passando na TV. A criança explica a compra tanto de itens para alimentos como um boneco que viu passando em um desenho animado na TV.

FIGURA 13 – Desenho da Criança 10



FONTE: Desenho coletado na entrevista

Assim como a TV, a tecnologia, por meio da Internet facilitou a capacidade dos profissionais de marketing para envolver as crianças na escolha de produtos (COOK, 2007). “Ela (Criança 23) **gosta de ficar na internet aí fica olhando site de compra de brinquedo de material escolar e ela vê e me chama para olhar já na intenção de que eu vou comprar pra ela**” [...] (R23). Quando as crianças têm a necessidade de saber informação de um produto ou serviço elas buscam meios de comunicação como: televisão e internet (LINN, 2006).

Com base nos desenhos coletados durante as entrevistas com as 23 crianças, foi desenvolvido o Quadro 11 para demonstrar os itens de consumo que as crianças desejam adquirir, agrupados em: educação; habitação; alimento; vestuário e beleza; eletrônicos; entretenimentos e brinquedos. Nessa tabela, foram considerados os itens que compõem os desenhos das crianças, aqui não foi considerada a percepção dos responsáveis.

Quadro 11 – Itens de Privação de Consumo

ITENS DE PRIVAÇÃO	CRIANÇAS
Educação	13
Habitação	3; 8; 19
Alimento	1; 9; 10
Vestuário e beleza	1; 2; 4; 6; 12; 14; 18; 23
Eletrônicos	1; 8; 15; 16; 21; 22; 23
Entretenimento e brinquedos	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 20; 23

Fonte: Elaboração própria (2015).

O quadro ilustra que a maioria das crianças sente a privação de itens como, vestuário e beleza, que correspondem às roupas que a criança usa, assim como maquiagens, tiaras e bijuterias apontadas pelas meninas. Os eletrônicos estão relacionados à compra de celular, *tablet* e computador. Por último, a criança sente a maior privação em brinquedos, e como é usado como facilitador de interação entre as crianças, esse pode ser um dos motivos pelo qual elas sentem essa privação de forma mais significativa.

4.4 IMPLICAÇÕES DAS PRIVAÇÕES DE CONSUMO

Independentemente de sua condição econômica as pessoas sentem a necessidade de consumo (HILL, 2002a). Pessoas pobres enfrentam restrições de consumo em decorrência da sua incapacidade de pagar por produtos. As respostas dos consumidores às privações de consumo são com consequências negativas que podem ser emocionais e sociais (HILL; STEPHENS, 1997; GUNN; DUNCAN, 1997).

4.4.1 Emocional

As consequências emocionais das privações de consumo envolvem sentimentos como: vergonha, tristeza, raiva e humilhação (GUNN; DUNCAN, 1997; HILL; STEPHENS, 1997; GUO; HARRIS, 2000). Com relação aos sentimentos desempenhados pelas crianças em decorrência da privação de consumo a tristeza e a raiva foram mais citadas.

[...] **eu acho triste**, acho triste não poder comprar o que você quer, a pessoa fica querendo comprar alguma coisa e não pode e minhas amigas tem e eu não tenho e nem posso comprar, eu fico triste quando acontece isso comigo (C06).

[...] **eu fico muito triste**, um dia eu pedi o *tablet* de um deles (amigos) para eu brincar aí ele disse que eu não sabia e que se ele me desse para aprender eu ia quebrar, aí ele deixou só eu segurar, aí quando eu fui passar o dedo no *tablet* ele ficou brigando comigo e eu entreguei e não pedi mais fiquei só olhando, **esse foi o dia que eu fiquei mais triste** (C08).

Eu fico magoada, triste [...] **quando alguém tem uma coisa que eu não tenho eu acho ruim**, acho muito ruim porque assim tipo você pedi uma coisa pra sua mãe aí ela fala que não pode e que vai comprar depois aí eu peço uma coisa que a minha amiga tem aí eu acho um pouco ruim porque você quer ter e não pode e eu fico vendo que as minhas amigas tem e eu não posso ter, **eu fico triste** (C14).

Eu fico triste, é ruim porque ela (Responsável 22) não compra as coisas que eu quero e eu fico só vendo o de minhas amigas [...] **as vezes eu fico com raiva** e eu digo que ela não compra porque não quer e fico pedindo direto e ela diz que não tem dinheiro (C22).

[...] **já ficou com raiva** [...] mas eu sempre converso com ela, na hora ela fica calada, sem querer conversar, fica fazendo birra para comer, mas depois vai passando o tempo e ela vai se chegando [...] (R05).

Não, com raiva não, mas **eu acho que ela** (Criança 7) **fica triste**, quando eu digo um não a ela eu sempre explico que não posso porque não estou com condições, aí eu vejo que ela fica calada sem querer conversa, fica quieta, **eu acho que essa é a tristeza dela** (R07).

O sentimento de raiva em tais situações é compreendido como uma reação das crianças em virtude de suas privações (HILL, 2001a). Esse sentimento, algumas vezes, ocasiona um comportamento agressivo nas crianças para com seu responsável.

Já fiquei com raiva [...] **aí eu fiquei xingado ela** (Responsável 09) eu disse um monte de palavrão com ela, que eu não posso falar pra você (risos) porque foi bem feia as palavras (C09).

Ele chora querendo as coisas fala que eu não quero dá, **fica brigando, grita, as vezes ele fica com raiva**, aí eu termino fazendo esforço e acabei tendo que dar (R02).

Assim como a criança, seu responsável também sofre consequências negativas das privações, mesmo que seja pelo consumo da criança, os mesmos sentem em não poder atender os desejos de consumo das mesmas. Dentro dessa ótica, é importante ressaltar que não só as crianças parecem ser vulneráveis às consequências da pobreza, mas seus pais também (DUNCAN; GUNN, 2000).

[...] **a gente pensa que não é nada, não pode nada** [...] vê um filho pedindo uma coisa que é barata e a gente não poder comprar não é fácil... eu fico sem ter o que fazer porque não tenho dinheiro, **eu sempre acho que a culpa é minha** (R01).

Quando eu não posso comprar o que ele quer? **Ah! é sempre muito triste**, ele pedi, as vezes chora, fica com raiva, briga, **eu fico triste em não poder dar**, mas é como eu te disse ele já tem muito do que eu não tive quando tinha a idade dele (R10).

Eu fico triste também, as vezes a gente tenta fazer alguma coisa para atender todos os pedidos, mas não pode (R12).

Ah! É doloroso, eu nunca gosto de dizer um não pra ele (Criança 15), mas não tenho muito o que fazer, **eu fico triste**, mas ... (choro) eu peço felicidade a Deus... eu sempre digo que quando ele crescer e começar a trabalhar ele vai ter tudo o que tem vontade, mas é muito triste um filho pedir uma coisa e você não ter para dar (R15).

Só quando puder, quando chegar um aniversário ou dia das crianças que a pessoa faz um esforço para comprar uma coisa e dar de presente a ela (Criança 22). **Eu acho triste não poder comprar, eu também fico triste, angustiada**, mas não tenho o que fazer (R22).

Diante da falta de recursos os responsáveis pelas crianças não atendem aos desejos de consumo das mesmas, ocasionando consequências emocionais negativas não só para criança, mas também aos seus responsáveis. O sentimento de vergonha pela impossibilidade de não poder consumir o que deseja também foi identificado “**eu fico com vergonha dela** (Responsável 08) **e dos meninos saberem que ela não pode comprar** [...] eu não gosto de pedir muita coisa a ela, quando eu peço e ela diz que não posso dar **eu fico com vergonha e ela fica triste, eu também fico**, eu vejo as coisas nas lojas, no mercado fico com vontade de comprar, mas não tem dinheiro, às vezes eu peço, mas deixo-a triste porque não pode comprar (C08). A culpa social afeta a vida individual (BLOCKER *et al.*, 2013) como apontado pela Criança 08 quando explica que sente vergonha dos amigos saberem que ela não tem condições financeiras de comprar brinquedos considerados importantes para os mesmos.

Também podemos ver, a partir da fala do Responsável 01, o seu sentimento de fraqueza diante da situação de privação. A falta de poder mencionada pela entrevistada é explicada por Crespo e Gurovitz (2002) como a incapacidade de controlar o que acontece ao indivíduo devido à pobreza. Os pobres têm consciência de sua falta de voz, poder e independência que os deixa mais vulneráveis à humilhação (CRESPO; GUROVITZ, 2002), vergonha e culpa (BLOCKER *et al.*, 2013).

4.4.2 Social

As crianças pobres sofrem de problemas emocionais e sociais com mais frequência do que as crianças não pobres, tais como ansiedade, isolamento social e depressão que estão associados com a pobreza familiar (GUNN; DUNCAN, 1997).

A criança é excluída de grupos em decorrência da falta de consumo. Nesse sentido, Crespo e Gurovitz (2002) consideram que, a incapacidade de participar na vida comunitária leva a uma ruptura das relações sociais. Isso ocorre por que elas acabam não tendo acesso a pré-requisitos importantes para a ascensão social e podem ter a socialização negativamente comprometida.

As vezes eles (amigos) estão brincando aí **como eu não tenho como brincar com eles eu vou para casa e fico brincando sozinho**, aí quando eu saio acho que eles ficam falando que eu não tenho brinquedo para brincar com eles, isso já aconteceu comigo, **eu fico achando que não tenho amigos** porque não tenho muitos brinquedos para brincar com eles e pra empresta também [...] (C09).

É assim tem menino que quer ser melhor que os outros, mas eu nem ligo para isso, eles ficam querendo ser mais ricos ficam zombando de mim só porque eu moro nessa casa eles ficam falando que minha casa é no chiqueiro só porque é de taipo (feita de barro), mas eu me conformei já (choro) **nem todo mundo quer ser amigo de quem mora numa casa assim e não tem brinquedo, nem celular...** (C15).

Na minha escola tem aula de música, de teatro, mas **eu não faço porque eu tenho vergonha** de cantar em público de ficar falando na frente de todo mundo, eu fico com muita vergonha e não faço, mas eu tenho vontade de fazer, mas eu tenho medo de ficar em frente ao povo [...] **os meninos gostam de ficar zombando de mim aí fico sem querer participar e prefiro ficar sozinho** (C19).

Tem uma menina que não deixa ele brincar quando ela tá, ele sempre diz que ela **tira ele da brincadeira, fala que ele não tem como brincar porque não tem brinquedo...** quando isso acontece **ele gosta de ficar só sem brincar com ninguém** (R01).

As vezes ele diz que ninguém gosta dele [...] quando ele sai de casa para brincar e volta as vezes ele diz isso, teve uma vez que **ele disse assim: ‘só a senhora gosta de mim, eu sou sozinho’** [...] (R13).

Como são apontadas nas falas das crianças, as mesmas são excluídas de grupos sociais em virtude da falta de itens que são considerados importantes entre os grupos, essa exclusão gera o sentimento de tristeza e solidão. A pobreza relativa remete ao sentimento de exclusão, pois nesse segmento da pobreza as pessoas não têm acesso aos itens de consumo considerados comuns naquela sociedade, com isso as privações de consumo ocasionam a exclusão da vida em comunidade, devido à falta de renda (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, BERTHOUD; BRYAN, 2011). Isso vem ao encontro da dificuldade de socialização relatada pelos entrevistados que é uma consequência da pobreza (GUO; HARRIS, 2000).

A exclusão da criança ocasiona solidão e isolamento. A Responsável 09 afirma que seu filho gosta de ficar sozinho e tem dificuldades de fazer amizades e alega que a criança já fez acompanhamento psicológico e que seus problemas são decorrentes do contexto familiar

pesaroso que vive e como pela dificuldade de interação com outras crianças em decorrência da falta de posse de bens considerados importante para conquistar amigos “**se ele tem um brinquedo que outra criança não tem aí eles (outras crianças) querem ser amigos dele, se ele não tiver ele não brinca, fica só** (R09). A solidão, a alienação e os desentendimentos são descritos como fontes de grande estresse psicológico para a criança (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

4.5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Em decorrência das implicações negativas das privações de consumo, os consumidores pobres desempenham estratégias de enfrentamento para sua pobreza relativa. Conforme Hill e Stephens (1997), essas estratégias podem ser emocionais ou comportamentais. E são empregadas com a finalidade de sobrevivência (HILL, 2002a). Nessa pesquisa as estratégias de enfrentamento da pobreza se mostram como resultados empíricos da pesquisa, essa dimensão surgiu no decorrer da pesquisa.

4.5.1 Emocional

Esse método de enfrentamento da pobreza é de natureza psicológica. Aqui os consumidores tentam alterar seu estado emocional, reorientando suas mentes em circunstâncias materiais mais agradáveis ou fantasias de melhores oportunidades de consumo no futuro (HILL, 2002a). Essa situação reflete a mesma encontrada na entrevista da Criança 16, em que ela conta em vários momentos que realizou a compra de itens que não possuiu como foi afirmado pela sua responsável (16). Com isso, é possível compreender que a criança descreve momentos que ela idealiza e que gostaria de viver, mas que não são verdadeiros. No decorrer da entrevista a mesma criança (16) mostra que as coisas que ela conta estão apenas em seu pensamento, confirmando o que foi exposto por Hill (2002a). Outras crianças corroboram esse comportamento de enfrentamento emocional.

Eu fico pensando que eu vou trabalhar, vou fazer faculdade, vou ganhar meu dinheiro e **vou poder comprar essas coisas**, eu penso que eu vou trabalhar numa lanchonete e vou estudar para veterinária (C06).

Quando eu vou dormir eu fico pensando que se eu tivesse muitos brinquedos eu ia ter mais amigos porque eles iam pedir para jogar, iam me chamar para ir para a casa

deles [...]quando eles combinam de ir para a casa de alguém jogar eles não me chamam porque eu não tenho os jogos, eles iam me chamar para tirar foto com eles de quando a gente tivesse jogando para botar no facebook [...] **tem noite que eu até sonho (risos) eu fico na minha cabeça pensando como era eu comprando essas coisas com minha avó** (C08).

Eu fico pensando e digo a ela (Responsável 13) que **um dia eu vou me formar e vou comprar uma casa pra gente morar** e que vou poder comprar tudo o que a gente precisa (C13).

Eu fico sonhando na minha cabeça como seria se eu tivesse tudo o que eu penso, eu sonho que eu moro em uma casa grande com piscina e que eu tenho muitas roupas e um celular grande (risos) **essas coisas ficam só no meu pensamento, mas um dia eu vou ter** (C16).

Eu fico pensando que seria legal ter as coisas que eu vejo nas lojas, as roupas que eu queria ter, mas eu só fico olhando eu não peço não porque eles não podem comprar aí eu não posso ficar pedindo, eu já sei que nem sempre eles (pais) podem comprar [...] **eu fico pensando eu comprando várias coisas, brinquedos, eu podendo comprar tudo que eu queria** (C23).

[...] **ele** (Criança 01) **as vezes fala assim: ‘quando eu crescer eu vou estudar vou trabalhar vou comprar uma casa pra mainha’, outra pra mim** fala que vai ser policial depois que vai ser médico. Ele fala mais isso que vai trabalhar e que vai ajudar eu e a irmã dele (R01).

A estratégia de enfrentamento emocional também foi identificada quando algumas crianças contam o que pensam em relação ao seu futuro, elas idealizam que futuramente vão desempenhar esforços que as conduzirá a uma situação financeira desejável, como começar a trabalhar e concluir os estudos. Porém, durante a infância a criança é dependente de outras pessoas, elas são pobres porque nasceram em famílias pobres, então nessa fase da vida a criança não podem alterar suas condições financeiras e as condições de sua família (GUNN; DUNCAN, 1997).

4.5.2 Comportamental

Segundo Hill e Stephens (1997), a estratégia de enfrentamento comportamental está associada às atividades legais e ilegais desempenhadas com a finalidade de adquirir o que se deseja.

[...] **teve só uma toalhinha minha que sumiu** [...] no ano passado quando minhas colegas ficam de castigo elas sempre escondiam as coisas das outras crianças, [...] só que nessa brincadeira **tinha gente que ficava sem brinquedo porque os brinquedos sumiam** (C04).

[...] **na escola já teve**, a menina saiu aí outra menina chegou e abriu a bolsa dela e pegou o brinquedo dela, aí quando a menina chegou começaram a brigar porque a dona do brinquedo viu que ela pegou e ela foi dizer a professora e ela mandou

devolver, mas **a menina que pegou disse que queria a boneca porque ela não tinha** [...] ela queria a boneca e ficou chorando [...] (C05).

[...] eu estava assim de costas e minha bolsa tem um bolso de lápis aí **teve um menino que pegou meu lápis sem me pedir** [...] **acho que ele pegou porque ele não tinha um lápis daquele e queria** [...] (C09).

[...] **um menino que pegou o lanche de uma amiga minha**, mas ele sempre pega lanche das pessoas, **acho que ele pega porque ele não leva lanche** (C23).

A partir das falas apresentadas, as crianças entrevistadas não confirmaram que já tinham praticado o furto, o que elas contam é que amigos próximos, geralmente da escola e que estão na mesma situação econômica praticam essas atividades. Outras afirmaram que foram vítimas da situação.

Outro aspecto apontado pelos entrevistados como forma de enfrentamento da pobreza foi indicado pelos responsáveis 01 e 15.

[...] no aniversário dele (Criança 1) ele queria uma festa e eu não tinha condição de fazer aí eu fui tentar arrumar dinheiro para tentar fazer a festa dele, aí **eu empelei com um agiota o meu cartão do bolsa família e fiz a festinha** passei vários meses sem meu cartão porque além do dinheiro que eu peguei ainda tinha os juros, mas fiz a festa e chamei os amigos dele (R01).

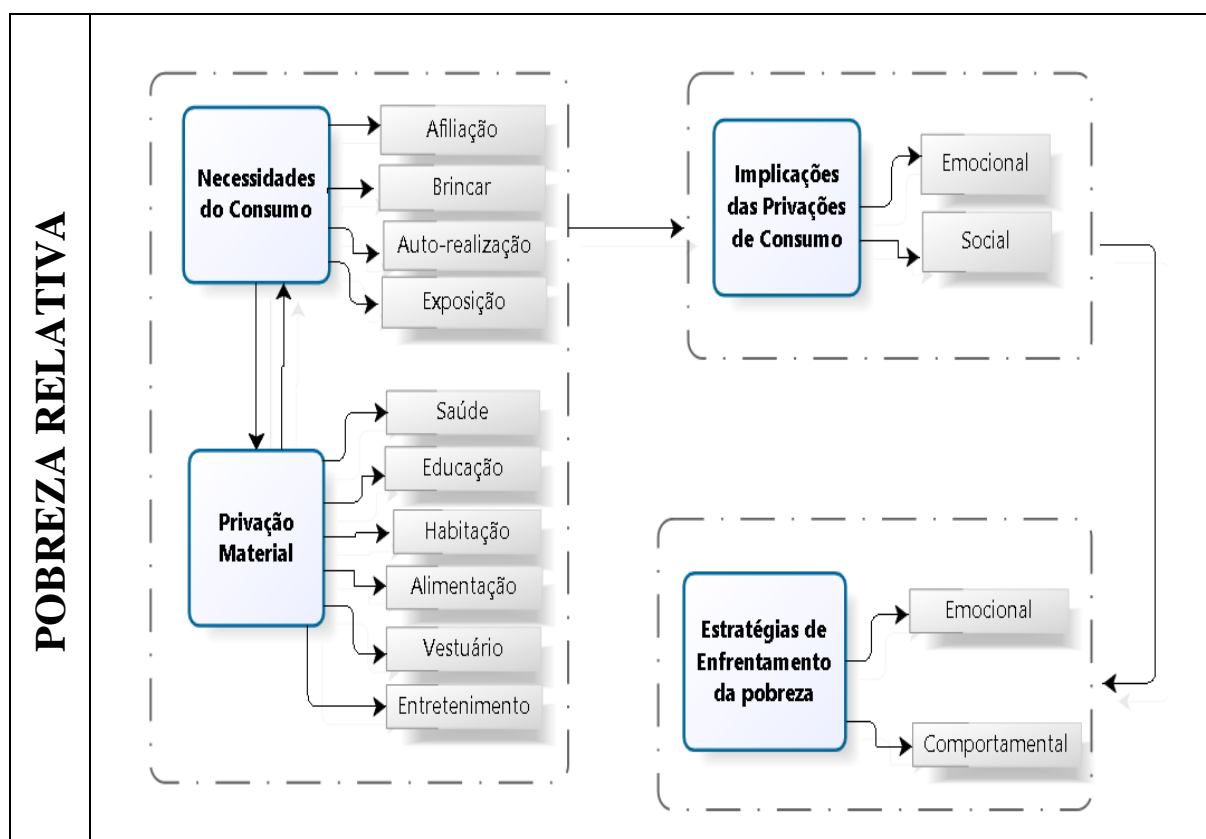
[...] **para comprar a bicicleta** que te falei fiz muito esforço, **fiz um empréstimo** pra comprar essa bicicleta pra ele (Criança 15) porque era um sonho, por meus filhos eu faço tudo, tô passando por aperto pra pagar, ainda tô pagando, mas vai dá certo (R15).

Jaiswal e Gupta (2015) explicam que consumidores pobres em decorrência de suas habilidades intelectuais limitadas muitas vezes são explorados por agiotas, como foi caso da Responsável 01 que conseguiu empréstimo de forma ilegal, entregando o cartão do bolsa família como forma de garantia pelo pagamento da dívida, para que pudesse realizar a festa de aniversário para seu filho (Criança 01).

Quanto à Responsável 15, diante das condições financeiras precárias, realizou um empréstimo para que pudesse comprar a bicicleta da Criança 15. Ela explicou que o empréstimo foi necessário porque não tinha crédito na loja para comprar a bicicleta parcelada e que no banco o empréstimo foi conseguido sem dificuldades. Essa colocação da Responsável 15 vem ao encontro do que foi demonstrado por Jaiswal e Gupta (2015) que consumidores pobres têm facilmente condições de crédito no mercado, porém a juros altos. Essa situação pode ser agravada por incapacidade de saldar empréstimos e, consequentemente, endividamento.

Após os resultados empíricos da pesquisa, com o surgimento de uma nova dimensão, estratégia de enfrentamento da pobreza e suas categorias: emocional e comportamental elaboramos o modelo empírico da pesquisa.

FIGURA 14 - Modelo empírico da pesquisa.



FONTE: Elaboração própria (2016).

Essa dimensão que surgiu na fase empírica da pesquisa, já era abordada por Hill e Stephens (1997), os autores explicam que as **estratégias de enfrentamento da pobreza** podem ser de duas formas: (1) **emocional** em que pessoas tentam direcionar seu estado emocional, reorientando suas mentes em circunstâncias materiais mais agradáveis ou fantasias de melhores oportunidades de consumo no futuro; e (2) **comportamental** como se desempenhar atividades legais e ilegais com o propósito de adquirir renda ou produtos desejados (HILL; STEPHENS, 1997, HILL, 2002a). Assim, essa pesquisa confirma o modelo dos autores Hill e Stephens (1997) abordado na revisão da literatura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa, as conclusões são apresentadas com base no objetivo geral e nos objetivos específicos.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa. Para isso foram definidos os objetivos específicos.

Com base na revisão da literatura e em concordância com os objetivos previamente definidos foram elaboradas três dimensões de pesquisa: necessidade de consumo, composta por quatro subcategorias (afiliação, brincar, auto realização e exposição); privação material (saúde, educação, habitação, alimentação, vestuário e entretenimento); e implicações das privações de consumo (emocional e social). No decorrer da fase empírica da pesquisa surgiu a quarta dimensão: estratégias de enfrentamento da pobreza (emocional e comportamental). Acredita-se que as dimensões definidas e a que surgiu no decorrer da pesquisa foram suficientes para analisar as privações de consumo infantil no âmbito da pobreza relativa.

Para atender aos objetivos foram realizadas entrevistas com 23 crianças em situação de pobreza relativa e um responsável para cada criança entrevistada, somando um total de 46 entrevistas realizadas, com a utilização de um roteiro pré-elaborado.

Os critérios definidos previamente para a inclusão dos sujeitos da pesquisa tiveram como base: classe socioeconômica, idade da criança entrevistada e ser estudante de escola pública. O responsável entrevistado era a pessoa que respondia legalmente pela criança.

Assim, a média de rendimento nominal domiciliar *per capita* dos entrevistados foi de R\$ 231,35, as crianças tinham a idade entre 8 e 12 anos e a maioria (18 crianças) eram estudantes de escolas da rede estadual de ensino do estado da Paraíba, as demais (5 crianças) foram de escolas da rede municipal. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Cajazeiras, João Pessoa e Sousa, na Paraíba. Com base na média obtida com a soma da renda das famílias, pode ser observado que tanto a criança como seu responsável estão em pobreza relativa, pois tem um rendimento mensal domiciliar *per capita*, inferior a estimativa do IBGE, na Paraíba o rendimento corresponde ao valor de R\$ 682,00 (IBGE, 2014).

Inicialmente, procurou-se compreender a **necessidade de consumo** de crianças pobres, foi identificado que, ocorre devido à necessidade que a criança sente de **afiliação, brincar, auto realização e exposição**, assim confirmando a categoria (necessidade de consumo) correspondente ao primeiro objetivo específico. Foi observado que as crianças sentem a necessidade de consumir para interagir com outras crianças e que esse consumo é usado como facilitadores de socialização, atraindo a atenção de outras crianças para si fazendo com que

tenham mais amigos e para serem aceitas em grupos sociais, quando não têm os itens considerados importantes dentre os grupos, em muitos casos, são excluídas. As crianças também sentem a necessidade de consumir itens, como roupas, para transmitir uma boa impressão a outras pessoas e se destacar. Como, geralmente, são privadas desse consumo, acreditam que não são vistas de uma boa maneira. Essa percepção foi identificada tanto nas falas das crianças como dos responsáveis. Os itens de consumo que proporciona realização na criança, em adquirir são consumidos por outras pessoas as quais se associam, como amigos, familiares ou pessoas que viram na TV e que, buscam inspiração. Com isso, foi identificado que o consumo de crianças em situação de pobreza ocorre pela necessidade de afiliação, brincar, auto realização e exposição, aqui todas as subcategorias de análises se destacaram de forma significativa.

Em seguida, buscou-se identificar as **privações materiais** vivenciadas por crianças pobres, foi identificado que as crianças sofrem diversas privações de consumo, tanto de itens que são necessários à sobrevivência, como de itens que são importantes para a vida em sociedade. As privações de necessidades básicas como **alimentação** e saúde foram percebidas de forma mais expressiva pelos responsáveis, os mesmos relataram que a alimentação proporcionada às crianças não é adequada, devido à falta de nutrientes, a alimentação das crianças se resume ao “básico” como foi exposto pelos responsáveis.

As privações relacionadas a **saúde** da criança, também são percebidas pelo responsável, mais que pela criança, o responsável afirma que cuidados básicos não são atendidos, falta medicação, assistência médica e ainda, assistência psicológica e psicopedagógico para amenizar as consequências da pobreza e desestrutura familiar. Acreditamos que essa falta de percepção da criança em identificar as privações relacionadas à saúde seja porque é o responsável é quem desempenha os esforços para que a criança receba o atendimento básico ou comprar medicamentos.

Nesse sentido, as crianças também sofrem privação relacionada à **habitação**, como já previsto na literatura os lares de famílias empobrecidas são danificados e localizados em áreas periféricas, assim como os achados da pesquisa corroboram essa afirmação. As crianças e seus responsáveis contam que as casas não são seguras e ainda, são danificadas e em áreas marcadas pela criminalidade, fato este apontado pelos entrevistados e observado pela pesquisadora.

Com relação à **educação**, foi identificado que apenas quatro crianças realizam atividades extracurriculares que, contribuiria para o desenvolvimento da criança. Os entrevistados apontam que o ensino é de qualidade pela localização da escola que é próxima a residência das crianças e pela merenda oferecida na escola. Sendo que, uma escola precisa ser

mais do que um lugar onde a criança supre suas necessidades básicas que não são atendida por seus familiares, precisa ser um lugar agradável, onde se brinca, deve ser um espaço estimulante, educativo, seguro e afetivo para acompanhar a criança no seu desenvolvimento. Propiciando a possibilidade de uma base sólida que influenciará todo o desenvolvimento futuro da criança.

As privações relacionadas a itens importantes para a vida em sociedade, como **vestuários** e **entretenimentos** foram apontadas mais pelas crianças, as mesmas sentem falta de roupas, seja pela sua função básica de se vestir ou pela vontade de ficar parecido com alguém, para estar em conformidade com outras pessoas. O mesmo ocorre com itens de entretenimento, nessa pesquisa as crianças apontaram que suas privações de consumo estavam relacionadas a vestuário e beleza, eletrônicos e brinquedos, as demais privações são apontadas pelos responsáveis pelas crianças. Com isso, os achados dessa pesquisa apontam que os itens de consumo que as crianças sentem de forma mais significativa a sua privação estão relacionadas às categorias: vestuário e entretenimento, com destaque para produtos eletrônicos. As crianças percebem e sentem mais a falta desses itens, por serem eles os facilitadores de socialização entre os grupos. Porém nos aspectos relacionados as demais categorias (saúde, educação, habitação e alimentação) também foram encontradas privações de consumo, ora apontados pela criança, ora pelo seu responsável.

Em decorrência da pobreza, as crianças sofrem privações e por sua vez, **implicações das privações de consumo**, essas implicações são emocionais e sociais. Aqui, destacam-se as implicações emocionais que envolvem sentimento de vergonha, tristeza, raiva e humilhação, sofrido pelas crianças e por seus responsáveis devido a incapacidade de atender as necessidades de suas crianças.

Essa incapacidade ocorre por diversos motivos, como por exemplo, desemprego. As pessoas de famílias pobres sofrem desemprego muitas vezes pela falta de escolaridade e de capacitação, sendo este um fator encontrado nas entrevistas em que a Responsável 13 aponta que a família está passando dificuldades em decorrência da falta de emprego de seu esposo, o mesmo exerce a função de ajudante de pedreiro e a cidade em que mora está passando por um período de estiagem e em decorrência da seca as obras param. E o mesmo acontece com o esposo da Responsável 19 que também é ajudante de pedreiro (em outra cidade) e que está desempregado há três meses, a responsável explica que nesse período do ano geralmente o marido tem dificuldade de conseguir emprego, a mesma não soube explicar os motivos. Em ambos os casos as pessoas têm um nível de escolaridade baixa e suas habilidades para desenvolver novos ou outros trabalhos além dos que já exerciam é limitada o que contribui para o desemprego e com isso, a insuficiência de renda dessas famílias.

Como já mencionado, as **implicações emocionais** foram encontradas com maior frequência, uma vez que todas as crianças entrevistadas caracterizaram a privação de consumo como o sentimento de tristeza, vergonha e raiva. Além da criança, seu responsável também apresentaram os mesmos sentimentos em relação à privação de consumo de suas crianças, assim como, foi identificado o sentimento de impotência dos responsáveis frente a impossibilidade de atender os apelos das crianças. Com relação às **implicações sociais** as crianças apontam a exclusão de grupos, pela falta de itens considerados facilitadores de socialização, quando privados, são excluídos dos grupos ou tem dificuldades de conquistar novas amizades, sendo esta a principal implicação social de consumo: exclusão social, que, por sua vez, ocasiona isolamento e solidão.

Frente às privações de consumo as crianças desempenham esforços para enfrentar sua pobreza, esses esforços são previstos na literatura como: **estratégias de enfrentamento da pobreza** que podem ser **emocional** e **comportamental**. Nesse sentido, foi encontrado como uma forma de estratégia emocional o direcionamento emocional, nessa pesquisa, as crianças contavam situações de consumo que gostariam de vivenciar, sendo verificado um caso em que a criança afirma possuir itens que não são seus. As crianças reorientam suas mentes em situações de consumo mais agradáveis e ainda, idealizam momentos de consumo futuro para que, consigam enfrentar sua situação de pobreza e dessa forma, omitem a tristeza da realidade que enfrentam em decorrência da pobreza que vivem. Já como estratégias de enfrentamento comportamental foram relatadas furtos, sendo que, as crianças relataram terem sido vítimas de roubos ou que teriam acontecido com seus amigos, em nem uma das entrevistas alguma criança afirmou ter praticado o ato. Além da mudança de comportamento da criança, seu responsável também desempenha esforços para atender aos apelos de consumo de suas crianças, os mesmos relataram a obtenção de empréstimos que ocasionaram dividas e comprometimento da renda familiar ainda foi encontrado práticas de atividades ilegais, como aquisição de empréstimos a agiotas, tais práticas foram desempenhadas para que as crianças pudessem ter acesso a algo que desejassem.

Diante das conclusões apresentadas, podemos afirmar que o objetivo geral do estudo foi atendido, assim como a problemática da pesquisa, tendo em vista o alcance dos objetivos específicos.

Nesse sentido, a presente pesquisa contribuiu para o campo acadêmico de modo que, abordou a pobreza relativa relacionada ao consumo infantil, uma vez que são raros os estudos que abordam a pobreza infantil unindo as dimensões necessidades do consumo, privações de consumo, implicações dessas privações e ainda, por discutir as estratégias de enfrentamento da

pobreza, dessa forma esse estudo pode contribuir de forma significativa para futuras pesquisas sobre este tema, vinda a preencher as lacunas ainda existentes nas pesquisas da área de marketing que abordem o comportamento do consumidor infantil, mais especificamente a criança em contexto de pobreza.

Por fim, essa pesquisa aponta que as crianças sentem a necessidade de consumir para o alcance de afiliação, brincar, auto realização e exposição. Quando sentem a necessidade de consumir, as crianças são privadas desse consumo em decorrência da falta de renda de seus responsáveis, as crianças sentem de forma mais expressiva as privações de itens que são considerados indispensáveis para ascensão social, isso ocorre também, porque as crianças em pobreza relativa têm acesso a itens básicos como saúde, alimentação e habitação. Dentre as implicações, a emocional foi a mais citada e para enfrentar a pobreza a estratégia de enfrentamento emocional também foi a mais apontada.

5. 1. LIMITAÇÕES DE PESQUISA E RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Nesse tópico são apresentadas limitações e recomendações para futuros estudos na área em estudo.

A primeira dificuldade encontrada foi referente ao referencial teórico, foram encontrados poucos estudos que abordavam o contexto de consumo de crianças empobrecidas. Ainda com relação ao referencial teórico não encontramos estudos que abordassem a pobreza relativa no Brasil, os estudos achados abordavam a pobreza considerando o seu fator puramente econômico, como também não foram encontrados estudos que abordassem os diferentes segmentos da pobreza, como foi realizado nessa pesquisa que analisou as necessidades do consumo, privações, implicações e estratégias de enfrentamento da pobreza, com crianças que vivem em pobreza relativa.

Com relação à fase empírica da pesquisa a dificuldade encontrada foi em decorrência da resistência dos responsáveis residentes na cidade de João Pessoa em participar da pesquisa. Mesmo que tenham sido contatados previamente nas escolas os responsáveis não participaram da fase da entrevista, diante dessa dificuldade as entrevistas realizadas na cidade de João Pessoa aconteceram por indicação de pessoas dos grupos sociais da pesquisadora.

Como sugestão para futuras pesquisas, essas podem abordar não apenas as privações relacionadas ao consumo da criança, mas também as privações do consumo familiar como um todo, em que o sujeito principal seria o responsável pela família. Como também, estudos que

abordem aspectos relacionados a vulnerabilidade e endividamento no contexto da pobreza. Ainda podem ser desenvolvidos outros estudos relacionados à temática da pobreza considerando outros grupos, como por exemplo, adolescentes.

REFERÊNCIAS

AJZEN, I.; FISHBEIN, M. **Understanding attitudes and predicting social behavior**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1980.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Rev. Nutr.**, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.

ALWITT, L. F.; DONLEY, T. D. Retail stores in poor urban neighborhoods. **Journal of Consumer Affairs**, v. 31, n. 1, p. 139-164, 1997.

BACHMANN, G. R.; JOHN, D. R.; RAO, A. R. Children's susceptibility to peer group purchase influence: an exploratory investigation. **Advances in Consumer Research**, v. 20, n. 6, p. 463-468, 1993.

Banco Mundial. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/tema/pobreza#tp_wdi> Acesso em: 01/2015.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5a. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEARDEN, W. O.; ETZEL, M. J.; Reference group influence on product and brand purchase decisions. **Journal of Consumer Research**, v. 9, n. 2, p. 183-194, 1982.

BEISER, M.; HOU, F.; HYMAN, I.; TOUSIGNANT, M. Poverty, family process, and the mental health of immigrant children in Canada. **American Journal of Public Health**, v. 92, n. 2, 2002.

BERTHOUD, R.; BRYAN, M. Income, deprivation and poverty: a longitudinal analysis. **Journal of Social Policy**, v. 40, n. 1, p. 135 – 156, 2011.

BOROOAH, V. Measuring economic inequality: deprivation, economising and possessing. **Social Policy and Society**, v. 6, n. 1, p. 99 – 109, 2007.

BLOCKER, C. P.; RUTH, J. A.; SRIDHARAN, S.; BECKWITH, C.; EKICI, A.; GOUDIE-HUTTON, M.; ROSA, J. A.; SAATCIOGLU, B.; TALUKDAR, D.; TRUJILLO, C.; VARMAN, R. Understanding poverty and promoting poverty alleviation through transformative consumer research. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 8, p. 1195-1202, 2013.

CHAKRAVARTI, D. Voices unheard: the psychology of consumption in poverty and development. **Journal of consumer psychology**, v. 16, n. 4, p. 363-376, 2006.

COOK, D. T. Spatial biographies of children's consumption market places and spaces of childhood in the 1930s and beyond. **Journal of Consumer Culture**, v. 3, n. 2, p. 147-169, 2003.

COOK, D. T. Beyond either/or. **Journal of Consumer Culture**, v. 4, n. 2, p. 147-153. 2004.

COOK, D. T. The Dichotomous child in and of commercial culture. **Childhood**, v. 12 n. 2, p. 155-159, 2005.

COOK, D. T. The disempowering empowerment of children's consumer "choice" Cultural discourses of the child consumer in North America. **Society and Business Review**, v. 2, n. 1, p. 37-52, 2007.

COOK, D. T. The missing child in consumption theory. **Journal of Consumer Culture**, v. 8, n. 2, p. 219-243, 2008.

COOK, D. T. Taking exception with the child consumption. **Childhood**, v. 20, n. 4, p. 423-428, 2013.

COSTA, F. J. Marketing e sociedade [Texto da disciplina do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB]. João Pessoa, 2014.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. [recurso eletrônico] Trad.: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRETIAZ, E.; SUTER. C. The impact of adaptive preferences on subjective indicators: An Analysis of Poverty Indicators. **Soc Indic Res**, v. 114, p.139-152, 2013.

DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures decomposition with applications to India in the 1980. **Journal of Development Economics**, v. 38, n. 2, p. 275-295, 1992.

DENSLOW JR, D.; TYLER, W. Perspectives on poverty and in Brazil. **World Development**, v. 12, n. 10, p. 1019-1028, 1984.

DUNCAN, G. J.; GUNN, J. B. Family Poverty, Welfare Reform, and Child Development. **Child Development**, v. 71, n.1, p. 188-196, 2000.

FAAG, J. H.; CURTIS, S. E.; CUMMINS, S.; STANSFELD, S. A. QUESNEL-VALLÉE, A. Neighbourhood deprivation and adolescent self-esteem: Exploration of the 'socio-economic equalisation in youth' hypothesis in Britain and Canada. **Social Science & Medicine**, v. 91, p. 168-177, 2013.

FIELDS, G. S. Poverty and Income Distribution Data for measuring poverty and inequality changes in the developing countries. **Journal of Development Economics**, v. 44, n.1, p. 87-102, 1994.

FIRAT, A. F.; VENKATESH, A. Liberatory Postmodernism and the Reenchantment of Consumption. **Journal of Consumer Research**, v. 22, n. 3, p. 239-267, 1995.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FREDERICO, E.; ROBIC, A, R. Estudo dos fatores determinantes da satisfação do consumidor com vestuário infantil. **Enanp**, 2006.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. **A pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva 2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P.L.C.L. de. **Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUNN, J. B.; DUNCAN, G. J. The effects of poverty on children. **The Future of Children**, v. 7, n. 2, p. 55-71, 1997.

GUNN, J. B.; DUNCAN, G. J. YEUNG, W. J. SMITH, J. R. How much does childhood poverty affect the life chances of children? **American Sociological Review**, v. 63, n. 3, p. 406-423, 1998.

GUO, G.; HARRIS, K. M. The mechanisms mediating the effects of poverty on children's. **Demography**, v. 37, n. 4, p. 431-447, 2000.

HALLEROD, B. Sour grapes: relative deprivation, adaptive preferences and the measurement of poverty. **Journal of Social Policy**, v. 35, n. 03, p. 371 – 390, 2006.

HICK, R. The capability approach: insights for a new poverty focus. **Journal of Social Policy**, v. 41, n. 2, p. 291 – 308, 2012.

HILL, R. P.; STEPHENS, D. L. Impoverished consumers and consumer behavior: the case of afdc mothers, **Journal of Macromarketing**, v. 17, n. 2, p. 32-48, 1997.

HILL, R. P. Surviving in a material world evidence from ethnographic consumer research on people in poverty. **Journal of contemporary ethnographic**, v. 30. n. 4, p. 364-391, 2001a.

HILL, R. P. Consumer culture and the culture of poverty: implications for marketing theory and practice. **Marketing theory**, v. 2, n. 3, p. 273-293, 2002a.

HILL, R. P. Stalking the poverty consumer: a retrospective examination of modern ethical dilemmas. **Journal of Business Ethics**, n. 2, n. 37, p. 209-19, 2002b.

HILL, R. P; MARTIN, K. D. Absolute and relative restriction and consumer behavior: implications for understading global consumption. *Journal of consumer affairs*, v. 46, n. 1, p. 37-61, 2012.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/90. **Revista Brasileira de Economia**, v. 49, n. 2, p. 277-294, 1995a.

HUSTON, A. C. Children e poverty. Can public polity alleviate the consequences? **Australian Institute of Family Studies**, n. 87, p. 13-26, 2011.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mercado brasileiro infantil cresce 14% ao ano, segundo o IBGE. G1Globo-Maranhão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/08/mercado-brasileiro-infantil-cresce-14-ao-ano-segundo-o-ibge.html>>. Acesso em: 08/2014.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 04/2015.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características da população. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>. Acesso em: 04/2015.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014 em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf. Acesso em: 05/2015.

INSTITUTO ALANA. Disponível em: <http://alana.org.br/project/crianca-e-consumo/>. Acesso em: 3/2015.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 02/2015.

ISAKSEN, K. J.; ROPER, S. The impact of branding on low-income adolescents: a vicious cycle? **Psychology & Marketing**, v. 25, n. 11, p. 1063–1087, 2008.

JAISWAL, A. K.; GUPTA, S. The influence of marketing on consumption behavior at the bottom of the pyramid. **Journal of Consumer Marketing**, v. 32, n. 2, p. 113 – 124, 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

KELLER, M.; KALMUS, V. What makes me cool? estonian tweens' interpretative repertoires. **Young Consumer**, v. 10, n. 4, p. 329-341, 2009.

KOTLER, P.; LEE, N. R. **Up and out poverty: the social marketing solution**. Pearson Education, 2009.

LANGER, B. The business of branded enchantment: ambivalence and disjuncture in the global children's culture industry. **Journal of Consumer Culture**, v. 4, n. 2, p. 251-277, 2004.

LAREAU, A. Social class and the daily lives of children: a study from the united states. **Childhood**, v. 7, n. 2, p. 155-171, 2000.

LAYTE, R.; NOLAN, B.; WHELAN, C. T. Targeting poverty: lessons from monitoring Ireland's national anti-poverty strategy. **Journal of Social Policy**, v. 29, n. 4, p. 553-575, 2000.

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Art 2º Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 06/11/2014.

LINN, S. **Crianças do consumo - a infância roubada**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

LUNDBY, E. “You can’t buy friends, but...” children’s perception of consumption and friendship. **Young Consumers: Insight and Ideas for Responsible Marketers**, v. 14, n. 4, p. 360-374, 2013.

MACINNIS, D. J; FOLKES, V. S. The disciplinary status of consumer behavior: a sociology of science perspective on key controversies. **Journal of Consumer Research**, v. 36, n. 6, p. 899-914, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTENS, L. SOUTHERTON, D. SCOTT, S. Bringing children (and parentes) into the sociology of consumption: towards a theoretical and empirical agenda. **Journal of consumer**, v 4, n. 2, p. 155–182, 2004.

MAYER, S. E.; JENCKS, C. Poverty and the distribution of material hardship. **The journal of human resources**, v. 24, p. 88-114, 1989.

MAYER, B. D.; SULLIVAN, J. X. Identifying the disadvantaged: official poverty, consumption poverty, and the new supplemental poverty measure. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 3, p. 111-135, 2012.

McCRACKEN, G. The history of consumption: a literature review and consumer guide. **Journal of Consumer Policy**, v.10, n. 2, p.139-166, 1987.

McNEAL, J. U. The chid consumer: a new market. **Journal of Retailing**, v. 45, n. 2, p. 15-22, 1969.

McNEAL, J. U. **Kids as customers – a handbook of marketing to children**. New York: Lexinton Books, 1992.

McNEAL, J. U. **Children as consumers of commercial and social products**. Washington, DC: Pan American Health Organization, 2000.

McNEAL, J. U.; JI, M. F. Children's visual memory of packaging. **Journal of Consumer Marketing**, v. 20, n. 5, p. 400 – 427, 2003.

O'CONNOR, T. G.; BREDENKAMP, D. RUTTER, M. Attachment disturbances and disorders in children exposed to early severe deprivation. **Infant Mental Health Journal**, v. 20, n. 1, p. 10–29, 1999.

PANTAZIS, C.; GORDON, D.; LEVITAS, R. The concept and measurement of poverty. Bristol, The Policy Press, p, 29-69, 2006.

PILCHER, J. No logo? Children's consumption of fashion. **Childhood**, v. 18, n. 1, p. 128–141, 2011.

PUGH, A. J. Windfall child rearing: low-income care and consumption. **Journal of Consumer Culture**, v. 4, n. 2, p. 229–249, 2004.

ROEDDER-JOHN, D. Consumer socialization of children: a retrospective look at twenty-five years of research. **Journal of Consumer Research**, v. 26, n. 3, p. 183-213, 1999.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Simpósio: transtornos alimentares: anorexia e bulimia nervosas**, v. 39, n. p.333-339, 2006.

ROPER, S.; SHAH, B. Vulnerable consumers: the social impact of branding on children. **Equal Opportunities International**, v. 26, n.7, p. 712-728, 2007.

ROCHA, A.; SILVA, J. F. Inclusão social e marketing na base da pirâmide: uma agenda de pesquisa. **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 2, Art. 23, 2008.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos resultados empíricos. **Pesquisa de Planejamento Econômico**, v. 22, n. 3, p. 541-560, 1992.

ROCHA, S. M. R. Pobreza e renda no Brasil. **Rev. Bras. Estudos Pop**, v. 10, n. 2, p. 99-106, 1993.

ROCHA, S. M. R. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: **DESIGUALDADE e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 110-126, 2000a.

ROCHA, S. M. R. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROCHA, S. M.R. *Pobreza no Brasil – a evolução de longo prazo (1970-2011)*, in Velloso, J.P.R. (coord.) *Transformando Crise em Oportunidade*, Rio de Janeiro: INAE, pp.428-9. 2013.

ROSA, M. V. F. P. C. ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para avaliação dos resultados.** 1a. ed. Belo Horizonte: Autentica editora, 2008.

ROPER, S.; SHAH, B. Vulnerable consumers: the social impact of branding on children. **Equal Opportunities International**, v. 26, n.7, p. 712-728, 2007.

ROPER, S.; NIECE, C. L. The importance of brands in the lunch-box choices of low-income British school children''. **Journal of Consumer Behavior**, v. 8, n. 2-3, p. 84-99, 2009.

RUCKENSTEIN, M. Time scales of consumption: children, Money and transactional orders. **Journal of consumer culture**, v. 10, n. 3, p. 383-404, 2010.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 23 ed. Petrópolis: Vozes 1998.

SAATCIOGLU, B.; CORUS, C. Poverty and intersectionality: a multidimensional look into the lives of the impoverished. **Journal of Macromarketing**, v. 34, n. 2, p. 122-132, 2014.

SANTOS, T.; SOUZA, M. J. B. Materialismo entre crianças e adolescentes: o comportamento do consumidor infantil de Santa Catarina. **V Encontro de Marketing da ANPAD**. Curitiba/PR, 20 a 22 de maio de 2012.

SANTOS, K.; L. Sob o mesmo teto: pobreza e globalização na periferia de São Paulo/ Kauê Lopes dos Santos. Dissertação mestrado – FAUUSP, 163 p. São Paulo, 2011.

SAUNDERS, P.; NAIDOO, Y.; GRIFFITHS, M. Towards new indicators of disadvantage: deprivation and social exclusion in Australia. *Australian Journal of Social*, v. 43, n. 2, p.175-194, 2008.

SIMONSON, I.; CARMON, Z.; DHAR, R.; DROLET, A.; NOWLIS, S. M. Consumer research: in search of identity. **Annu. Rev. Psychol**, v. 52, n. 75, p. 249–267, 2001.

SLATER, D. **Cultura do consumo & modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?isbn=8521311613>>. Acesso em: 31 agosto de 2014.

STILLERMAN, J. Gender, class and generational contexts for consumption in contemporary Chile. **Journal of consumer culture**, v. 4, n. 1, p. 51–78, 2004.

THOMAS, V. Differences in Income and Poverty within Brazil. **World Development**, v. 15. n. 2, pp. 263-273.1987.

TOLOSA, H. C. Causes of Urban Poverty in Brazil. **World Development**, v. 6, n. 9/10, p. 1087-1101, 1978.

ULLAH, A. SHAH, M. Vulnerability to deprivation from material and economic resources and social exclusion in children from pakhtun culture. **European scientific journal**, v. 10, n. 11, p. 237- 256, 2014.

UNICEF, 2015 <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>> Acesso em 31 de outubro de 2015.

VALKENBURG, P.; CANTOR, J. The development of a child into a consumer. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 22, n. 1, p. 61-72, 2001.

VELOSO, A. R.; HIDELEBRAND, D. F. N.; DARÉ, P. R. C.; CAMPOMAR, M. C. A criança no varejo de baixa renda. **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 2, Art. 19, jul./dez. 2008.

VELOSO, A. R.; HIDELEBRAND, D. F. N. Representação social do ato de comprar para o consumidor infantil de alta renda. In: **Anais do XXXI Encontro da Anpad**. Rio de Janeiro/RJ. 2007.

VIEIRA, V. A.; TIBOLA, F. Pesquisa qualitativa em marketing e suas variações: trilhas para pesquisas futuras. **RAC**, v. 9, n. 2, p. 9-33, 2005.

VINTER, A. How meaning modifies drawing behavior in children. **Child Development**, vol. 70, n. 1, p. 33-49, 1999.

WELLS, K. Reconfiguring the radical other urban children's consumption practices and the nature/culture divide. **Journal of Consumer Culture**, v. 2, n. 3, p. 291–315. 2002.

WILK, R. Consuming Morality. **Journal of Consumer Culture**, v. 1, n. 2, p. 245–260, 2001.

WHELAN, C.; T.; MAÎTRE, B. Understanding material deprivation: A comparative European analysis. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 30, n. 4, p. 489–503, 2012.

APÊNDICE A - Questões filtro

1 – Idade da criança:
2 – Tipo de Escola: () estadual () municipal
3 – Renda familiar:

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista em profundidade com a criança

PARTE 1-Produção do desenho

Gostaria que você desenhasse itens que você compraria, pode ser brinquedos, roupas, alimentos etc., caso estivesse em um shopping ou fosse dar um passeio para realizar compras. Você pode ficar à vontade para desenhar o que for importante para você, não tem itens certos ou errados, aqui o que ‘vale’ é seu gosto.

PARTE 2- Entrevista em profundidade

DIMENSÕES	CATEGORIAS	PERGUNTAS
Sondagem		1. Por que você desenhou estes itens? Me fala sobre eles.
Necessidades do Consumo McNeal (2000), Isaksen e Roper (2008),	Afiliação	2. Você tem muitos amigos? Tem muitos grupos na escola, no seu bairro? Tem alguma coisa que é importante para brincar em grupo? E quando não tem o que acontece?
	Brincar	3. Você tem brinquedos? E se não tiver o que acontece? Alguém já deixou de brincar por que não tinha algum brinquedo ou outra coisa?
	Auto realização	4. Você já comprou alguma coisa que te deixou feliz? Se não, tem vontade? Pedir exemplo.
	Exposição	5. Como você acha que as pessoas veem você?
Privação Material McNeal (2000), Langer (2004), Huston (2011)	Saúde	6. Você já ficou doente? Me conta como foi.
	Educação	7. Você tem atividades extras na sua escola (aula de música e dança)?
	Habitação	8. Você gosta de morar nessa casa? Se sente seguro (a) aqui? Você gostaria que sua casa fosse Diferente? Se sim, como você gostaria que fosse?
	Entretenimento	9. Você costuma sair com sua família para passear? O que você faz para se divertir?
	Vestuário	10. Você sempre compra roupas?
	Alimentos	11. Você tem uma boa alimentação?
Implicações das privações de consumo	Emocional	12. Quando você não tem alguma coisa que os seus amigos tenham, como você se sente?

<p>Gunn e Duncan (1997), Guo e Harris (2000) Hill e Stephens (1997) Borooah (2007), Blocker (<i>et al.</i> 2013)</p>	<p>Social</p>	<p>13. Você já se sentiu excluído por seus amigos por que não tinha alguma coisa (brinquedo, roupa, etc.)? Você alguma vez já se sentiu sozinho ou sem amigos? Qual foi o motivo?</p>
--	---------------	---

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista em profundidade com o responsável pela criança

Questões perfil do responsável	
✓	Tipo de parentesco com a criança?
✓	Idade?
✓	Estado civil?
✓	Escolaridade?

DIMENSÕES	CATEGORIAS	PERGUNTAS
Desenho		1. Qual a sua percepção sobre o desenho?
Necessidades do Consumo McNeal (2000), Isaksen e Roper (2008),	Afiliação	2. Seu filho (a) tem muitos amigos? De onde são essas crianças (escola, vizinhos)?
	Brincar	3. Ele/ela já falou se alguma vez deixou de brincar com alguém? Você costuma comprar brinquedos (celular e etc.)? O que você pensa em relação ao 'não poder comprar' quando é pedido?
	Auto realização	4. Ele/ela já pediu alguma coisa que você achou caro? O que? Comprou?
	Exposição	5. Você acha que ele se preocupa com a forma que os amigos dele/ dela pensa sobre ele/ela?
Privação Material McNeal (2000), Langer (2004), Huston (2011)	Saúde	6. A criança já ficou doente? Como foi?
	Educação	7. A criança tem atividades extras na escola (aula de música e dança)? E fora da escola?
	Habitação	8. Você acha que essa casa é um ambiente bom pra criança? Por quê? Gostaria de morar em outro lugar?
	Entretenimento	9. Vocês costuma sair pra passear?
	Vestuário	10. Você compra roupa com frequência pra criança?
	Alimentos	11. Você acha a criança tem uma alimentação adequada?
Implicações das privações de consumo Gunn e Duncan (1997), Guo e Harris (2000) Borooah (2007), Blocker (<i>et al.</i> 2013)	Emocional	12. Quando seu filho (a) não tem alguma coisa que os seus amigos têm, como você acha que ele/ela se sente? E você o que pensa disso?
	Social	13. Ele/ela já falou se, sentiu-se excluído por seus amigos por que não tinha alguma coisa (brinquedo, roupa, etc.)?

APÊNDICE D - Termo de consentimento**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Eu, Mayara Muniz de Oliveira, aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade da Universidade Federal da Paraíba e minha orientadora, Professora Doutora Rita de Cássia de Faria Pereira, responsáveis pela pesquisa intitulada “Mamãe, eu quero: privações de consumo infantil na pobreza relativa” estamos fazendo um convite para você e seu/sua filho(a) participarem como voluntários deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar como se dá as privações de consumo de crianças entre 8 e 12 anos para tanto gostaria de realizar uma entrevista com você e com seu/sua filho (a) individualmente.

Para registro das entrevistas, estas serão gravadas. Suas participações não envolvem nenhum risco ou desconforto.

Durante todo o período dessa pesquisa, que se encerram em janeiro/2016, vocês têm o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, durante e após as entrevistas, bastando para isto entrar em contato com a pesquisadora.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas exclusivamente em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo em relação sua participação (confidencialidade).

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, após a leitura deste documento, acredito estar suficientemente informado (a), que minha participação e do(a) meu/minha filho(a) são voluntárias. Estou ciente também do objetivo da pesquisa, dos procedimentos e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo e autorizar a participação do(a) meu/minha filho(a).

Assinatura do voluntário

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável:

Dados da Pesquisadora:
Mayara Muniz de Oliveira
Matrícula: 2014103077
mayaramunizoliveira@gmail.com

APÊNDICE E – Família e Pobreza

FAMÍLIA 1
<p>A criança vive em um ambiente familiar pesaroso, marcado por atritos familiares e privações de consumo de itens considerados básicos, como uma boa alimentação e habitação adequada. A criança vive com a mãe (divorciada do pai) e mais dois irmãos uma menina de 7 anos e outro menino de 2 anos, este último, fruto de um relacionamento que a mãe teve após a separação, a casa que moram é alugada e a renda familiar é constituída por 500,00 reais de pensão alimentícia e 168,00 reais de bolsa família, além das crianças e da mãe, o entrevistado afirma convivência com o padrasto (pai do seu irmão mais novo) a criança diz que o conjugue da mãe não gosta dele e que já foi agredido pelo mesmo diversas vezes e que sua mãe também sofre agressões, a criança ainda relata que seu pai mora em outra cidade e há anos não vê os filhos e acredita que o mesmo não sabe dos problemas que os assola em decorrência do relacionamento vivido pela sua mãe. A mãe nega as agressões sofridas por ela e pela criança, mas afirma que a casa foi danificada pelo padrasto da criança durante uma briga e cita a porta quebrada.</p>
FAMÍLIA 2
<p>A criança vive com a mãe em uma casa localizada em área periférica e de difícil acesso a criança explica que já assaltado próximo a sua casa e que o lugar é perigoso. Ainda foi observado pela pesquisadora que a residência dos mesmos está danificada e que a criança sofre privações de itens considerados necessários à vida. A renda familiar é apenas o que a mãe ganha como garçonne, à criança não recebe pensão alimentícia do pai.</p>
FAMÍLIA 3
<p>A criança vive com os pais e um irmão em uma residência construída no muro da casa de seus avós paternos. A mãe explica que a residência é pequena e sem conforto. O pai da criança está desempregado e a renda da família é constituída pelo trabalho informal que a mãe exerce como diarista.</p>
FAMÍLIA 4
<p>Os avós maternos da criança são os seus responsáveis, a criança não vive com os pais, a criança afirma não vê a mãe há anos e seu pai apesar de morar na mesma cidade não tem uma convivência rotineira, afirma a criança. A mesma vive com os avós e um tio. A renda familiar é formada pela aposentadoria dos avós.</p>

FAMÍLIA 5

A criança vivencia um ambiente familiar agradável, relata que é feliz na casa que mora com a mãe o pai e dois tios, a mesma afirma que suas necessidades básicas como saúde, alimentação e moradia são atendidas de forma satisfatória, a criança demonstra a vontade de ter mais roupas, mais brinquedos, porém a mesma dispõe dos itens citados. A renda familiar é composta pelo salário do pai e seus tios desempenham atividades remuneradas, mas não tem uma renda fixa, quando essa entrevista foi realizada os mesmos estavam desempregados, quando estão trabalhando exercem atividades relacionadas a agricultura.

FAMÍLIA 6

A família mora em uma casa emprestada do avô paterno da criança entrevistada e ao mesmo não pagam aluguel. A família é constituída por pai, mãe e três filhos, a mãe alega que deixou de trabalhar porque não tinha como deixar as crianças sozinhas em casa, pois o filho mais novo está com 4 meses, a mãe explica que desde quando deixou de trabalhar ficou mais difícil para comprar roupas e brinquedos para as crianças, pois apenas seu esposo trabalha e o dinheiro é destinado a compra de itens para atender as necessidades de saúde e alimentação.

FAMÍLIA 7

A família é formada por pai, mãe e duas filhas, a renda familiar é constituída apenas pelo salário do pai, a mãe está desempregada e afirma que o salário do marido não é suficiente para todas as despesas da família, principalmente para comprar roupas, brinquedos e realizar passeios com as crianças.

FAMÍLIA 8

A casa da família é própria, porém deteriorada e com pouco espaço para o número de pessoas, a criança mora com a Avó, tias e primos, além de estar localizado em uma rua com falta de infraestrutura, o pai da criança está desempregado e não paga pensão, a única renda fixa da família é um salário de aposentadoria. Em decorrência da baixa renda não só a criança, mas todos da família sofrem privações de consumo.

FAMÍLIA 9

A criança mora com a mãe e realizava acompanhamento psicológico em consequência do contexto pesaroso que vivencia em sua família, o pai da criança está em estado de reclusão, aguardando julgamento, quando vivia com a criança e com a mãe da mesma, o pai era usuário de droga e a criança nasceu e cresceu vivenciando conflitos entre seus pais, como consequência a mãe aponta que a criança tem dificuldade de socialização, já sofreu *bullying* de outras crianças na cidade em que residiam antes da que moram atualmente, pois muitas

peessoas sabiam como era a vida familiar da criança e isso acaba influenciando a convivência do mesmo com outras crianças. Em 2015 o pai da criança foi transferido de presidio fazendo com que ela e a mãe também se mudassem de cidade, com isso a criança passou a ter novas amizades, a mãe alega que na cidade em que moram atualmente as pessoas não sabem dos problemas já enfrentados pela família e que só assim a criança conseguiu fazer algumas amizades, porém a mãe relata que a criança ainda precisa de acompanhamento com psicólogo e psicopedagoga.

FAMÍLIA 10

A família é formada por sete pessoas, pai, mãe e cinco filhos. A única renda fixa da família é um salário mínimo da mãe que trabalha como diarista, a mesma afirma que nem sempre tem trabalho. A família e consequentemente a criança vivem restrições de consumo, em decorrência a renda da família o consumo se resume a alimentação e habitação, esta última em construção, à família não tem dinheiro para melhorar a casa que atualmente encontra-se apenas com as paredes, teto e portas, o piso é de terra e as paredes no tijolo.

FAMÍLIA 11

A criança mora com a mãe e o irmão, há mais de um ano não vê o pai, o mesmo foi morar em outra cidade distante de onde a família mora em decorrência da falta de emprego. A mãe aguarda a conclusão do período escolar para que possa ir morar na cidade em que seu marido reside e conseguiu trabalho.

FAMÍLIA 12

A criança vive um contexto pesaroso em sua família, marcado por constantes conflitos familiares, o pai trabalha, mas não ajudam nas despesas da casa, nem com outros gastos relacionados à família, as crianças já passaram necessidade de comprar roupa e material escolar, a principal renda da família é o benefício de uma das filhas do casal que é portadora da síndrome de Down. A mãe demonstra preocupação com o futuro dos filhos, a mesma alega que as crianças sempre pedem muitas coisas, e muitos dos pedidos não são atendidos, com isso a mãe diz temer as formas que as crianças podem fazer no futuro para ter os itens que desejam consumir, para amenizar tal sofrimento, a genitora relata que sempre mantém um diálogo com os filhos (4) mostrando que a situação financeira desfavorável é temporária e que com o tempo quando eles crescerem e se concluírem os estudos eles vão poder comprar o que desejam. A casa da família é própria, ainda em estado de construção.

FAMÍLIA 13

Foi observado que a casa em que a criança reside é deteriorada, sem segurança e a criança dorme na sala da casa, a mesma toma remédio de uso controlado e faz acompanhamento com psicólogo, durante toda a entrevista a criança apresentava inquietação e nervosismo, segundo a avó esse comportamento é normal, e ocorre em decorrência aos problemas psicológicos que a criança adquiriu aos 6 anos, após ter sido abandonado pela mãe. Os remédios que toma não são disponibilizados pela prefeitura município e a quantia de 60 reais (ao mês) de medicamentos comparados à soma da renda familiar é um valor significativo, a avó ainda relata que passa dificuldades para conseguir comprar os remédios. A renda familiar é formada pelo trabalho da avó como diarista, o avô da criança está desempregado em decorrência a estiagem que assola a região em mora.

FAMÍLIA 14

A criança mora em uma casa com a mãe, os irmãos e outras pessoas da família (tios, tias e primos) um total de 8 pessoas pra uma casa pequena e com pouca segurança. A renda familiar é baixa e a criança sofre diversas privações de consumo. Seus pais são divorciados e a quase um ano a entrevistada não vê o pai e nem recebe pensão do mesmo.

FAMÍLIA 15

Em relação à habitação foi observado pela pesquisadora que a casa da família foi construída com barro e madeira (taipo) não proporcionando segurança que a família necessita, a casa é localizada em um bairro de periferia com baixo acesso, próximo a terrenos baldios com lixo e esgoto a céu aberto. A mãe relatou que as crianças da família veem pessoas consumindo drogas legais e ilegais, fato esse observado pela pesquisadora, a mãe ainda relata que esse tipo de pratica ocorre diariamente. A renda familiar é baixa e a por ter um número significativo de crianças (6), com isso o consumo da família se resume a alimentação e moradia inadequada.

FAMÍLIA 16

A casa da família também é construída com barro e madeira (taipo) e está localizada no mesmo bairro da casa da família 15, com isso as mesmas condições. A mãe da criança entrevistada é divorciada e mora com 4 filhos, a única renda da família é o bolsa família, a mãe alega que não pode trabalhar porque sua filha mais nova tem apenas 10 meses e não tem com quem deixar as crianças.

FAMÍLIA 17
A criança é filha única, mora com a mãe em uma casa simples em bairro periférico, quando a entrevista foi realizada completava um mês que o pai da criança havia falecido, a mãe relatou que a única renda das duas estava sendo a Bolsa Família e que estava procurando emprego, mas diante da baixa escolaridade e falta de experiência ainda não tinha conseguido trabalho.
FAMÍLIA 18
A criança mora com a mãe adotiva e duas irmãs desde os 8 anos de idade, a mesma demonstra satisfação com a nova família e afirma que tem suas necessidades básicas atendidas. Quando morava com sua mãe biológica vivia com outros irmãos e após o falecimento do pai a família se desestruturou, a mãe passou a ter outro relacionamento e a casa deixou de ser um ambiente apropriado para a entrevistada e os irmãos. A criança diz que é feliz e deseja morar sempre com a mãe adotiva.
FAMÍLIA 19
A criança mora em uma casa pequena e com pouca segurança com a mãe, irmã, avós e tia, um total de 6 pessoas. Foi observado que a criança vive um contexto de pobreza, desestrutura familiar e privações de consumo característica de famílias de baixa renda.
FAMÍLIA 20
A criança mora com a mãe e o pai, o mesmo foi adotado quando tinha poucos meses de vida, mora em casa própria, a renda <i>per capita</i> domiciliar é a segunda mais alta nesta pesquisa, suas necessidades básicas como: educação e alimentação são atendidas de forma satisfatória, as privações encontradas foram de itens relacionados a desejos por itens caros. Com relação à habitação a casa é localizada em área periférica e pequena, mas a mãe alega que é segura.
FAMÍLIA 21
A criança mora com os pais e um irmão, a casa está danificada e precisando de uma reforma para que melhore o ambiente e a segurança, explica a responsável pela criança, a mesma ainda afirma que diante das condições financeiras da família essa reforma não será possível de ser realizada.

FAMÍLIA 22

A criança mora com a mãe, avós e irmãos em uma residência com localizada em área periférica e com pouca segurança a casa está danificada pelo tempo e falta de reforma. A responsável entrevistada é a avó da criança e afirma a vivência de diversas privações de consumo relacionadas a saúde, educação, alimentação e habitação de forma adequada, porém a família recebe a ajuda de outras pessoas em condições financeira mais favorável. A renda familiar é de apenas um salário mínimo proveniente de uma aposentadoria.

FAMÍLIA 23

A criança mora com os pais, a mesma tem acesso à educação e saúde. A renda familiar é formada pelo trabalho do pai como vigilante de uma escola e de sua mãe como auxiliar em serviços gerais de um hospital. A casa família foi cedida pela escola em que o pai trabalha e não paga aluguel, os pais da criança afirmam que é uma habitação segura por estar dentro das dependências da escola.

APÊNDICE F – Desenhos: explicação das crianças e percepção dos responsáveis

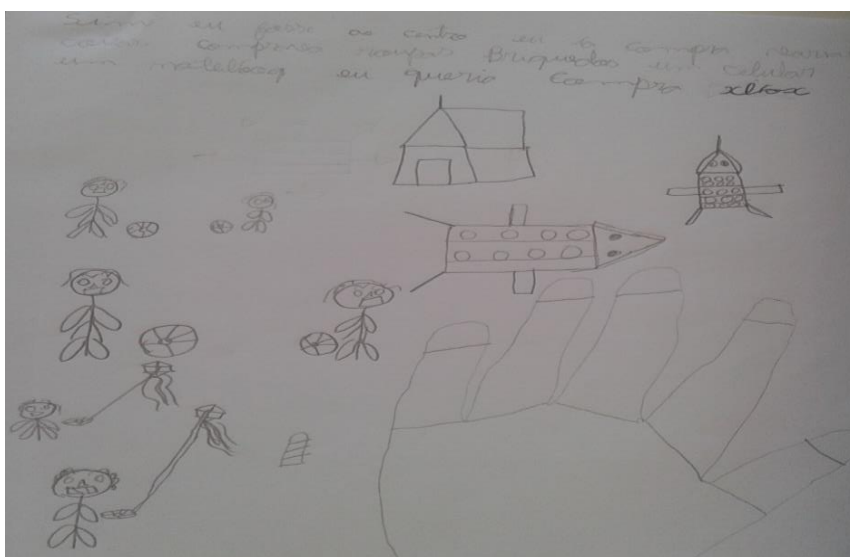
DESENHO 1



Criança 1 - Aqui é eu e minha mãe indo pra o centro e estamos indo comprar um skate que custa 35,00 reais daí aqui é eu e meu amigo, eu tô brincando no esqueite e meu amigo na bicicleta e nós estamos no parque. E pronto, fomos pra casa.

Responsável 1 - O skate é uma vontade dele, mas eu tenho medo de comprar porque ele nunca usou isso, vai que ele se machuca e outra coisa o pai deles manda pensão, só que agora tá mandando pouco, eu não trabalho e acaba que eu não tenho dinheiro para comprar, ele só manda 500 reais, pago aluguel de 250 e energia vem 120, aí não sobra quase nada, o bolsa família é 182 reais então não dá né? É muita coisa... quando é aniversário dele essas coisas ele diz: mainha eu quero isso, quero aquilo. O pai dele mandou 100 só pro aniversário dele aí eu levo ele na loja ele quer comprar o brinquedo mais caro que tem, passa de 100 reais aí eu não posso... fica difícil assim.

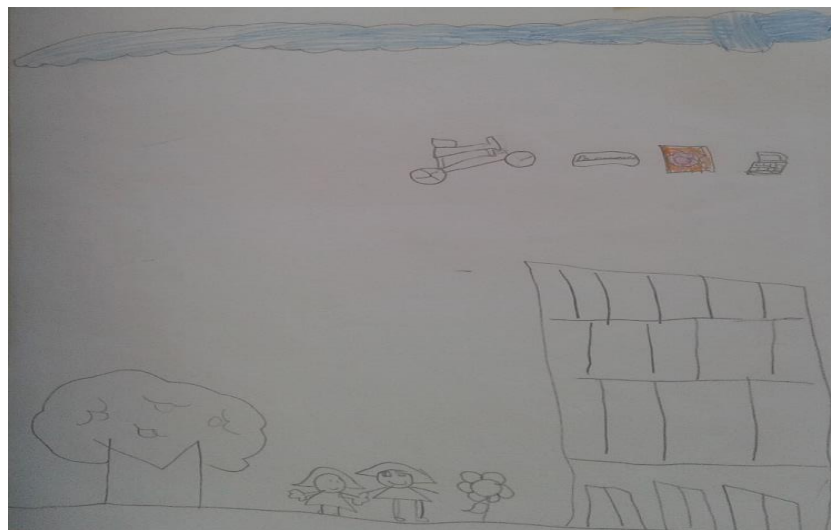
DESENHO 2



Criança 2 - Aqui é minha casa que eu queria ter, aqui sou eu jogando bola, e eu queria comprar a bola, X-box que eu não soube desenhar aí eu escrevi, um celular um notebook novo.

Responsável 2 - a casa até eu queria ter (risos), essas coisas ele pedi as vezes, quando eu posso eu compro, me organizo e compro pra ele.

DESENHO 3



Criança 3 - Eu desenhei as coisas que eu queria comprar no passeio, só!

Responsável 3 – essas coisas ela me pedi sempre, pedi maquiagem, brinquedos e pedi outras coisas que não estão no desenho, minha vida é trabalhar para comprar coisa pra ela. Se eu comprar maquiagem pra mim ela usa também.

DESENHO 4



Criança 4 – eu fiz eu e outra menina aí aqui somos nos na loja de brinquedos, compramos e pagamos os brinquedos, eu ia comprar mais dois só que eu não tinha mais dinheiro, era uma florzinha e uma panelinha com fogãozinho e tem uns brincos, um colar e uma pulseira e tem também uma maquiagem completa que eu queria porque eu tenho uma, mas ela é pequena. A maquiagem as vezes a gente usa para ficar igual e tem o cabelo também que as vezes a gente arruma igual.

Responsável 4 - ela tem maquiagem, ela gosta, a geladeira de brinquedo ela está querendo, ela gosta de brinquedo, quase tudo que ela desenhou ela já tem, acho que ela fica querendo mais, ela desenhou maquiagem e ela sempre me pedi, mesmo ela já tendo mas sempre fica querendo um batom que está na moda, sombra essas coisas, bijuteria ela pedi sempre, ela é muito, muito vaidosa. Sempre quando eu vou pro centro ela me pedi, quando eu não tenho dinheiro eu digo logo a ela antes de sair de casa pra ela para não pedir nada porque eu não tenho dinheiro.

DESENHO 5



Criança 5 – essa boneca é na loja que minha mãe compra boneca, e aqui é a loja que ela compra roupa e tiara e aqui é os prédios, aí eu queria comprar a boneca e uma roupa e as tiaras também.

Responsável 5 – é isso mesmo, são essas coisas que ela sempre me pedi para comprar, tiara ela gosta, ela adora brinquedo, essas coisas aqui ela sempre me pedi, principalmente brinquedo sempre que ela ganha um brinquedo ela fica muito feliz, você está vendo o tanto de brinquedo que ela tem né, e mesmo assim ela sempre me pedi.

DESENHO 6



Criança 6 – aqui são as pessoas comprando roupa e brinquedo, eu comprei boneca essas coisas, carrinho de boneca, mamadeira para as bonecas, uma *Barbie* e aqui é minha mãe comprando roupa para mim, ela comprou uma calça, uma blusa e um tênis da *adidas* e pro meu irmão também.

Responsável 6 – é o que ela gosta né, ela gosta de roupa de brinquedo se eu tivesse podendo eu comprava pra ela, ela me pedi sempre brinquedo, boneca principalmente doce, ela pedi muitas coisas eu digo a ela que esse mês não posso que as coisas estão apertadas, eu falo essas coisas.

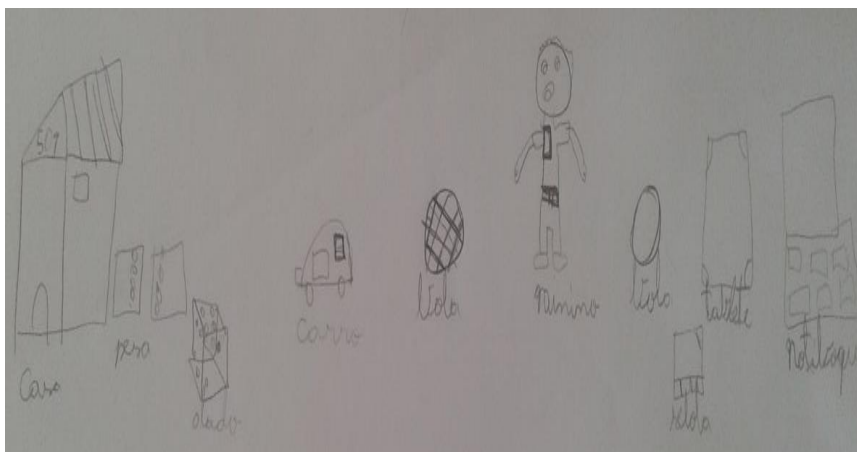
DESENHO 7



Criança 7 – eu fiz essa casa porque eu não tenho casinha de brinquedo (choro) e eu desenhei essa boneca porque eu não tenho nem uma princesa.

Responsável 7 – é, ela não tem casinha de boneca, agora se eu for pensar nas coisas que ela quer comprar é bem mais do que isso, mas graças a Deus um sonho dela eu realizei que foi comprar o *tablet* dela.

DESENHO 8



Criança 8 – eu comprava uma casa de brinquedo, peças de montar, um dado, um carro de brinquedo, uma bola para jogar daquelas de esporte, um celular, um *tablet* e um *notebook*.

Responsável 8 – ele tem vontade de ter essas coisas, ele diz que tem vontade possuir um *tablet*, uma televisão, as eu sempre digo a ele que se eu pudesse eu comprava, mas as condições aqui são poucas é só um salário para todo mundo, eu tenho vontade de comprar as coisas para ele, eu vejo que ele fica querendo, muitas vezes nem me pedi, mas eu vejo ele triste, pelos cantos, eu sei que ele fica vendo os amiguinhos dele tendo e ele não. Mas ele sempre diz, olha voinha quando eu crescer que eu vou estudar e trabalhar eu vou ter condições de arrumar a casa da senhora, de comprar um

computador para mim, de ajudar minha mãe, ele sempre fala. É o sonho dele, ter uma casa melhor para morar, comprar computador essas coisas que ele desenhou, ele não é de ficar pedindo todo dia não, mas ele pedi o *tablet* fica falando que os amigos dele têm e que ele ficou com vontade de ter também para brincar com eles, o celular ele diz que é para ligar para a mãe dele, porque ele mora comigo, a mãe dele não mora aqui e ela demora para ligar para ele, aí ele fica falando que se tivesse um celular ele ligava todo dia para ela, eu digo a ele que quando as coisas um dia melhorarem eu compro para ele, por enquanto eu não posso comprar não, ele fica falando que tem vontade de ter uma televisão com antena sabe? Porque a televisão daqui está muito velha, está quase sem ver a imagem, aí ele diz que quer ter uma televisão com antena para assistir desenho que ele gosta, a casa é minha mas é muita coisa para comprar só com um salário, tenho que fazer a fera, comprar gás, pagar energia e eu sempre digo a ele que primeiro tenho que pagar as contas é assim que eu explico a eles que não tenho condições e digo que a gente tem que esperar ele crescer e trabalhar para ter e não pegar o que é do outro, eu me preocupo com isso porque ele vive uma vida sem ter direito a muita coisa, não tenho como comprar as coisas que ele pedi, e no mundo de hoje eu tenho medo que ele cresça e fique revoltado e eu não quero que ele fique violento, use droga ou fique bebendo, eu me preocupo, mas eu sempre converso com ele e ele entende minha situação.

DESENHO 9



Criança 9 – aqui é a banana, maçã e a uva que eu gosto de comer, e aqui é um carrinho e uma bicicleta, e os brinquedos eu queria para brincar com meus amigos e eles acharem que eu sou mais legal, porque essas coisas aqui do jeito que eu quero eu não vi eles ainda, só vi em uma loja lá no centro, aí eu queria que minha mãe tivesse dinheiro para ela comprar essas coisas pra mim. Acho que se eu tivesse essas coisas os meninos iam me acham mais legal, porque se eu tiver e eles não tiver eles vão ficar me pedindo aí eu pego e empresto a eles, aí quando a pessoa empresta a pessoa é legal.

Responsável 9 – fruta ele gosta e de brinquedo também, de bicicleta principalmente, ele adora é louco por uma bicicleta, o aniversário dele de 9 anos foi agora né em julho aí eu tinha prometido uma bicicleta a ele, mas como eu estou com um problema de saúde e eu tive que fazer consulta, comprar remédio e não tive como comprar, aí a vizinha aqui deu uma bicicletinha a ele, não é nova, mas é boa, está dando pra ele andar direitinho e brinquedo é isso mesmo que ele pedi, carrinho e bola também ele pedi, ele pedi se enraiva as vezes, fica brigando, fala que eu não compro porque eu não quero,

ai vou explicar a ele que eu não compro nem sempre é porque eu não quero, as vezes ele entende, as vezes não.

DESENHO 10



Criança 10 – esse daqui é uma bolacha, aqui é uma pipoca daquelas da qui-queijo, pastel e isso daqui é um boneco do “buzz lightear”.

Responsável 10 – ele sempre pedi essas coisas, pedi e pra ele a gente tem que comprar e nem sempre a gente compra porque as condições não deixam, ele pedi demais as coisas, tudo o que ele vê ele pedi se ele vê alguma coisa na televisão ou no centro ou algum amigo com alguma coisa, ele quer também.

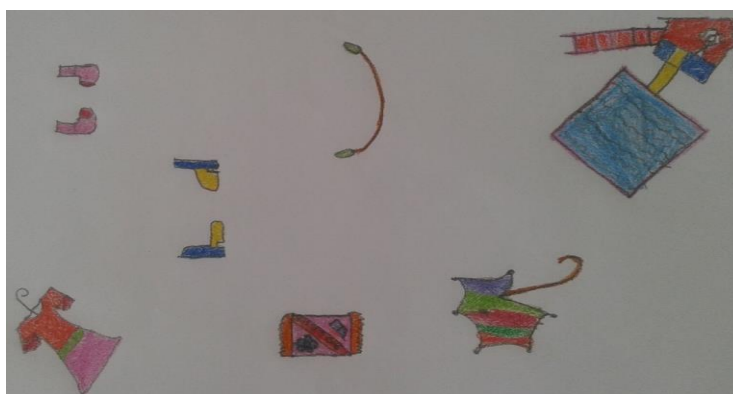
DESENHO 11



Criança 11 – eu ia comprar dois DVD e um computador, o DVD era de Elza, eu queria outro e o DVD dos bonequinhos tipo pedras que eu vi na televisão, o computador eu queria porque acho legal.

Responsável 11 – ela sempre pedi, ela pedi sempre DVD ela tem muitos, eu comprei um *tablet* pra ela, mas agora ela que um computador e com internet. O *tablet* mesmo ela só parou de pedir quando ela ganhou, agora é o computador eu explico a ela que eu só dou quando ela crescer, quando eu tiver podendo, agora não.

DESENHO 12



Criança 12 – aqui é um vestido colorido que eu gosto de vestidos coloridos como os das princesas e essa bota era para eu ir ao parque e o tobogã eu achei bem legal quando vi na TV e eu ia comprar um no passeio que eu podia comprar tudo. E o guarda-chuva era pra eu ir pra escola com ele.

Responsável 12 – eu acho que é o desejo dela mesmo que são coisas pra ela se divertir e usar, ela também gosta de comer biscoito esse tobogã ela viu na televisão, essa bota ela já me pediu e a meia também. Ela começou agora a assistir as Chiquititas (novela) e ela começou a querer essas coisas e eu acho que foi lá que ela viu e teve vontade.

DESENHO 13



Criança 13 – esses dinossauros é que eu queria ter um monte para brincar e eu queria ter uns caminhões também, esse livro aqui é que eu queria também aí eu desenhei esse livro para mostra que eu gosto muito de ler, eu gosto de ler todos os livros e eu desenhei esse carrinho aqui porque eu queria um carrinho e eu gosto muito de brincar também e esse boneco é um do ‘max steel’. Meu primo que tem um boneco desse e tem uns dinossauros e eu tive vontade de ter um também.

Responsável 13 – é, essas coisas ele tem vontade comprar, ele pedi as vezes, mas eu digo a ele que não tenho condições né, se eu tivesse eu comprava, aí eu digo a ele que não estou podendo e que quando as coisas melhorarem eu vou poder comprar, ele fica quieto, aí diz assim: ‘vovó quando a senhora puder, compra’, aí eu digo que compro quando tiver dinheiro.

DESENHO 14

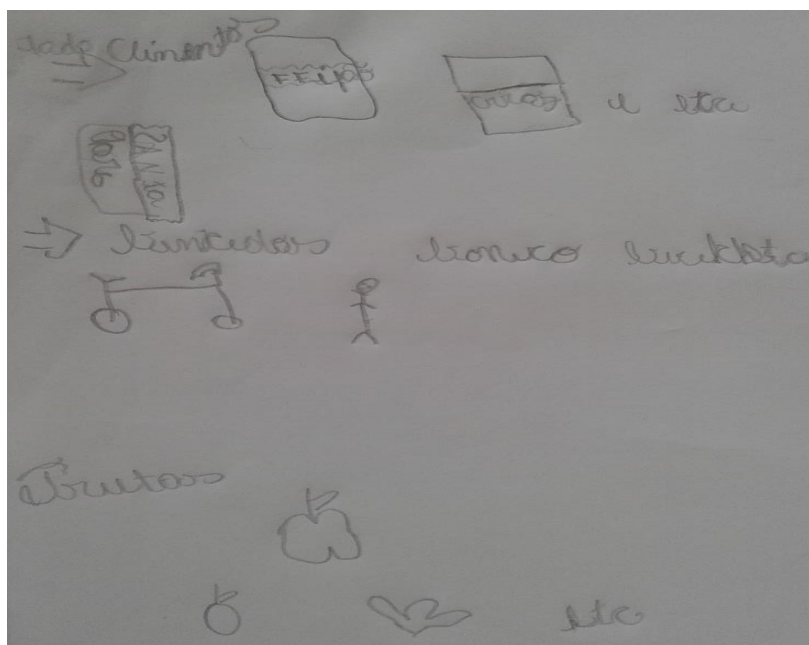


Criança 14 – quando eu crescer eu vou comprar roupa, muita roupa, uma moto elétrica, vou brincar muito, e vários brinquedos, vou comprar carro e celular para minha mãe, e vou comprar uma casa que é para todos os meus irmãos morarem comigo, essas coisas

eu coloquei no desenho e aqui em cima é o parque que eu vou com seus irmãos pra gente brincar nos brinquedos.

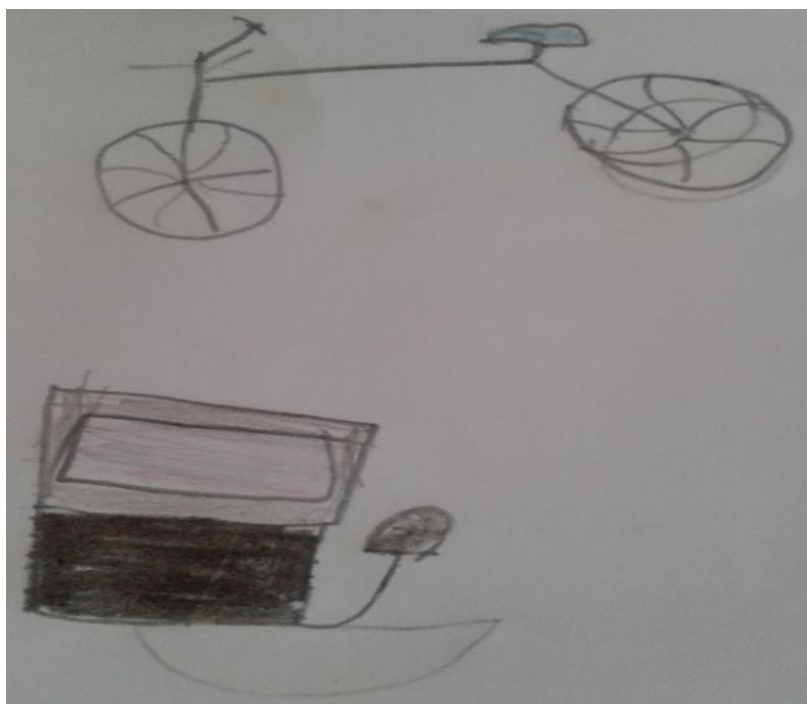
Responsável 14 - Essas coisas que ela desenhou algumas são coisas que ela pedi. Acho que esse parque é porque ela gosta de ir para o parque, acho que ela pensa em comprar o passeio porque onde morávamos eu sempre levava ela, mas aqui não dá para levar muito porque não tem shopping e também porque aqui eu tenho menos dinheiro e também quando eu morava em São Paulo tinha os tios dela que sempre levava ela para passear e aqui somos só nós mesmo. Essas outras coisas ela já pediu, o celular, a moto elétrica, mas como são coisas caras eu sempre digo a ela que quando ela se formar e começar a trabalhar aí ela pode comprar.

DESENHO 15



Criança 15 – eu desenhei a bicicleta, uns brinquedos e os alimentos aqui pra casa e os produtos de limpeza. A bicicleta e os brinquedos eu vejo nas lojas quando eu vou no centro eu fico com vontade de comprar e também porque tem menino que não quer ser meu amigo porque eu não tenho essas coisas aí eles iam ser meus amigos, eu sei que era só porque eu ia ter essas coisas, mas... (frase sem conclusão, choro).

Responsável 15 – eu acho que assim... que ele gosta bem muito de brinquedo e essas coisas de supermercado acho que ele vai comigo e fica pedindo as coisas que vê lá, chocolate, pipoca, essas coisas, ele gosta de bicicleta, inclusive a bicicleta ele me pediu, eu até já comprei, mas os brinquedos que ele me pediu eu não comprei não.

DESENHO 16

Criança 16 – eu queria que esses desejos se realizassem, eles ficam só no meu sonho, mas eu queria comprar essas coisas porque eu gosto delas, aí eu queria que meu computador tivesse internet igual ao que minhas amigas têm.

Responsável 16 – o computador ela fica me pedindo para comprar, ela tem muita vontade de mexer em computador, pedi sempre, ela diz: ‘mainha compre um computador pra mim’, eu digo: minha filha tenha paciência que um dia sua mãe compra.

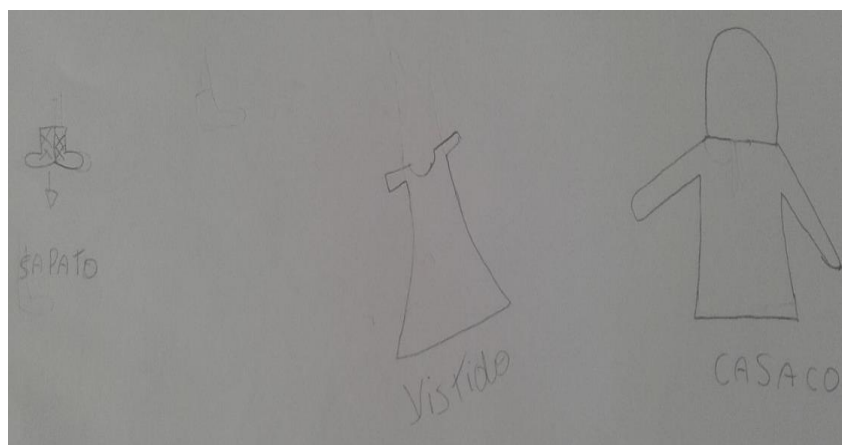
DESENHO 17



Criança 17 – aqui é uma barbie vida sereia sumer que muda de cor no cabelo dela, aqui é a casinha da barbie e a geleia que eu vi lá no centro quando eu vi, a barbie e a casinha da barbie eu vi na televisão aí eu pedi a minha mãe porque eu queria essas coisas para brincar porque eu achei legal.

Responsável 17 – da boneca ela adora se eu pudesse já tinha comprado pra ela, a boneca e a casinha, mas como é caro eu não posso comprar e a geleia eu vou comprar que é barata quando eu for no centro eu vou comprar pra ela, mas a boneca e a casinha não vou ter como comprar não. Sempre quando eu vou no centro com ela, ela fica pedindo pra eu comprar as coisas pra ela, essas que ela fez o desenho.

DESENHO 18



Criança 18 – eu comprava mais roupas, sapatos, vestidos e um casaco que vi em uma loja esses dias.

Responsável 18 – ela não pedi essas coisas é delas mesmo não pedi nada, nada me pedi sempre espera que eu diga que é pra comprar, mas sempre quando ela vai pra alguma festinha eu compro alguma coisa pra ela, organizo tudo, acho que por isso ela não pedi. Aqui em casa é tudo bem tranquilo com relação a essas coisas. O que ela quer é mais sair para passear, para comprar as coisas ela não me pede nada não.

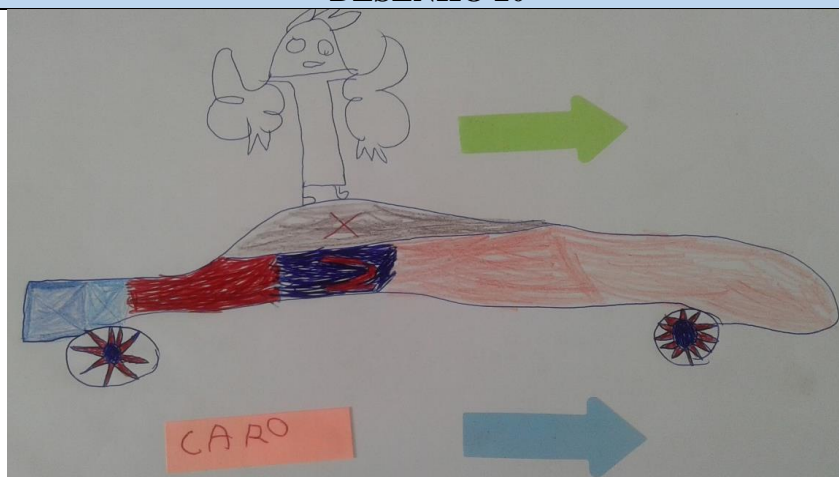
DESENHO 19



Criança 19 – eu queria comprar uma casa que fosse grande e que desse pra todo mundo morar, porque essa casa está com as paredes molhadas a porta tá velha e é muito pequena a casa.

Responsável 19 – eu entendo, ele quer uma casa e eu também tenho essa vontade porque essa casa está velha, as paredes estão com o reboco caindo, a porta está quebrada e só tem um quarto eu também queria uma casa melhor.

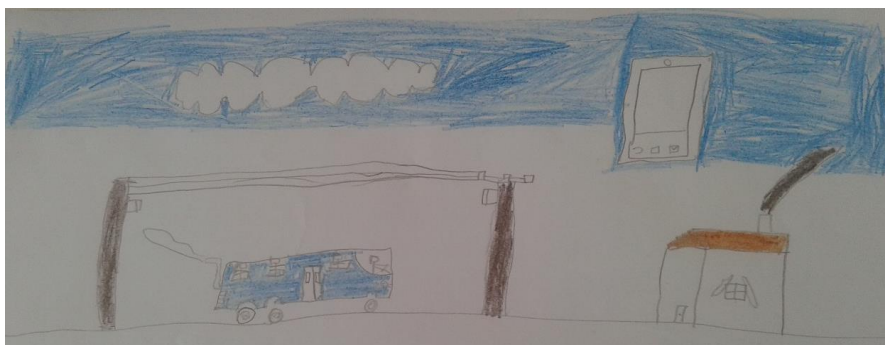
DESENHO 20



Criança 20 – esse é aqueles carrinhos de motor que tem pra criança dirigir eu queria comprar um desse que eu vi lá na praça.

Responsável 20 – ele já pediu, ele disse: ‘mamãe eu quero comprar um carro desse da praça’, mas ele não tem idade e nem eu tenho dinheiro para comprar um carrinho desses pra ele, até motor tem.

DESENHO 21



Criança 21 – aqui sou eu e minha mãe pegando o ônibus e indo até a loja do centro, essa aqui é a loja e aqui é o celular que a ela (mãe) ia comprar pra mim.

Responsável 21 – o celular ele viu no centro quando a gente foi lá, ele já me pediu, mas eu já disse que agora eu não posso porque estou com outras contas e eu tenho dois filhos não posso dá a um e não ao outro.

DESENHO 22

Criança 22 - aqui é eu minha mãe e meu irmão, nós estamos voltando da loja e ela comprou um celular para cada um.

Responsável 22 – ela pedi, mas eu não posso comprar e a gente só compra quando pode e eu digo a ela que quando ela crescer que ela trabalhar ela vai poder comprar as coisas que ela tem vontade de ter.

DESENHO 23

Criança 23 – se minha mãe e meu pai dissesse que eu podia comprar tudo o que eu queria eu queria comprar a casa da poli que eu vi na TV, um celular para brincar com minhas amigas e um vestido de bolinha.

Responsável 23 - o celular faz tempo que ela me pediu, mas agora não tô podendo comprar, já expliquei pra ela, roupa ela já tem também é porque menina sempre quer ter mais roupa né? (Risos) e esse brinquedo acho que é uma casinha que ela me mostrou na internet, mas eu não comprei ainda não.

